



UFAM



PROFNIT

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E
TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO

THALISSON FREITAS LEITE

DIREITO AUTORAL NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR

Manaus

2026

THALISSON FREITAS LEITE

DIREITO AUTORAL NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR

Dissertação apresentada
como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre
em Programa de
Pós-Graduação em
Propriedade Intelectual e
Transferência de Tecnologia
para Inovação – PROFNIT –
Ponto Focal Universidade
Federal do Amazonas.

Orientadora: Célia Regina
Simonetti Barbalho

Manaus

2026

**Ficha catalográfica elaborada pelo
Bibliotecário Thalisson Freitas Leite CRB/11 - 1067**

L533 Leite, Thalisson Freitas.
 Direito Autoral no contexto do ensino superior / Thalisson
 Freitas Leite. – 2026.
 128 p.: il., color; 30 cm

 Orientadora: Célia Regina Simonetti Barbalho
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas,
 Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e
 Transferência de Tecnologia para a Inovação, Manaus, 2026.

 1. Direito Autoral. 2. Plágio. 3. Ética. I. Barbalho, Célia Regina
 Simonetti (Orient.). II. Universidade Federal do Amazonas –
 Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e
 Transferência de Tecnologia para a Inovação. III. Título

CDU 347.78

THALISSON FREITAS LEITE

DIREITO AUTORAL NO CONTEXTO DO ENSINO SUPERIOR

Dissertação apresentada
como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre
Programa de Pós-Graduação
em Propriedade Intelectual e
Transferência de Tecnologia
para Inovação - PROFNIT-
Ponto Focal Universidade
Federal do Amazonas.

Aprovada em: 01/04/2026

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Célia Regina Simonetti Barbalho (Presidente/UFAM)

Profa. Dra. Kleomara Gomes Cerquinho (PROFNIT/UFAM)

Profa. Dra. Fabiana Lucena Oliveira (PROFNIT/UEA)

Dra. Angela Emi Yanai (UFAM)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais
Terezinha Vanderleia Nogueira de Freitas e
Mário Leite Filho pelo apoio incondicional
durante toda minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo incentivo contínuo à educação desde a infância até o ensino superior. O apoio, os valores e a dedicação de vocês foram essenciais para que esta conquista se tornasse possível.

Ao meu companheiro, Jhonatan dos Santos Roque, pela compreensão e incentivo nos momentos mais desafiadores do mestrado. Agradeço pelas palavras de encorajamento e pelos jantares carinhosamente preparados após as longas jornadas de aula que se estendiam além das 22 horas.

Aos colegas de turma landra dos Santos Crisóstomo, Jhones Monte da Silva e Karina Cardoso Dutra de Alencar, pelas trocas enriquecedoras de experiências acadêmicas e pelo apoio mútuo nos momentos de tensão, muitas vezes compartilhados em conversas informais pelo WhatsApp.

Aos professores e colaboradores do Ponto Focal PROFNIT/UFAM, pela generosidade no compartilhamento de conhecimentos e orientações fundamentais durante o período das disciplinas.

À Professora Dra. Célia Regina Simonetti Barbalho, minha orientadora, expresso minha profunda gratidão pela paciência, comprometimento e excelência na condução deste trabalho. Sua orientação foi indispensável e agregou imensamente à qualidade da pesquisa.

À Universidade Federal do Amazonas (UFAM), instituição à qual estou vinculado como servidor, pelo suporte institucional e pelas condições proporcionadas para o desenvolvimento parcial desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT), pelo fomento à formação de recursos humanos qualificados na área da inovação e transferência de tecnologia.

LEITE, Thalisson Freitas. **Direito autoral no contexto do ensino superior**. 2026. 128f. (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Faculdade de Estudos Sociais. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2026.

RESUMO

A pesquisa discute, à luz das novas demandas tecnológicas, as interações entre ética, direito autoral e práticas acadêmicas. Adotou-se abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, com base em pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionário junto aos participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/UFAM). Analisaram-se a legislação e a literatura acadêmica sobre direitos autorais e plágio, bem como iniciativas de sistemas de bibliotecas de universidades brasileiras voltadas à prevenção do plágio e à proteção autoral. Os resultados indicam que, embora existam iniciativas institucionais, ainda há carência de políticas estruturadas e de estratégias educativas sistematizadas. No âmbito discente, constatou-se noções gerais sobre plágio e reconhecimento da importância dos direitos autorais na produção científica, os participantes apresentam conhecimento limitado acerca da legislação autoral, das implicações jurídicas do plágio e das ferramentas de verificação de similaridade textual. Com base nos resultados, elaborou-se um material didático alinhado às especificidades da UFAM, voltado à promoção de boas práticas acadêmicas, integridade científica e ao uso adequado de obras protegidas. O estudo contribui para o fortalecimento das bibliotecas universitárias como agentes educativos na promoção da ética e da legalidade na produção intelectual, além de evidenciar desafios impostos pelas novas tecnologias, especialmente pela inteligência artificial, a proteção autoral.

Palavras-Chave: Direito autoral; Plágio; Biblioteca universitária; Propriedade intelectual; UFAM.

LEITE, Thalisson Freitas. **Direito autoral no contexto do ensino superior**. 2026. 128f. (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Faculdade de Estudos Sociais. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2026.

ABSTRACT

The research discusses, in light of new technological demands, the interactions between ethics, copyright, and academic practices. A qualitative, exploratory-descriptive approach was adopted, based on bibliographic and documentary research, as well as the application of an electronic questionnaire to students linked to the Institutional Program for Technological Development and Innovation Initiation Scholarships (PIBITI/UFAM). The study analyzed legislation and academic literature on copyright and plagiarism, as well as initiatives developed by library systems of Brazilian universities aimed at preventing plagiarism and promoting copyright protection. The results indicate that, although institutional initiatives exist, there is still a lack of structured policies and systematic educational strategies. At the student level, it was observed that, despite having general notions about plagiarism and recognizing the importance of copyright in scientific production, participants demonstrate limited knowledge regarding copyright legislation, the legal implications of plagiarism, and the use of similarity-checking tools. Based on the findings, an accessible educational material was developed, aligned with the specific context of UFAM, aimed at promoting good academic practices, fostering scientific integrity, and guiding the appropriate use of protected works. The study contributes to strengthening the role of university libraries as educational agents in promoting ethics and legality in intellectual production, while also highlighting challenges posed by new technologies, particularly artificial intelligence, to copyright protection.

Keywords: Copyright; Plagiarism; University library; Intellectual property; UFAM.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Divisão e subdivisão da Propriedade Intelectual no Brasil.....	27
FIGURA 2 - Estrutura do International Property Rights Index.....	30
FIGURA 3 - Cinco primeiras posições do International Property Rights Index 2025.....	31
FIGURA 4 - Tipos de plágio.....	40
FIGURA 5 - Percurso metodológico.....	44
FIGURA 6 - Fluxo da seleção dos sujeitos integrantes da pesquisa.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Quantitativo de participantes PIBITI.....	55
GRÁFICO 2 - Tipos de ações disponibilizadas nos sites dos sistemas de bibliotecas por instituição.....	62
GRÁFICO 3 - Frequência das capacitações oferecidas pelos sistemas de bibliotecas no período de 2019-2024.....	63
GRÁFICO 4 - Capacitações on-line oferecidas pelos sistemas de bibliotecas no período de 2019-2024.....	65
GRÁFICO 5 - Capacitações presenciais oferecidas pelos sistemas de bibliotecas no período de 2019-2024	67
GRÁFICO 6 - Edital de participação no PIBITI.....	69
GRÁFICO 7 - Conhecimento da Lei nº 9.610/98.....	71
GRÁFICO 8 - Conhecimento de ferramentas de verificação de plágio.....	75

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Vinte melhores universidades públicas no Brasil (2025).....	48
QUADRO 2 - Instituições públicas de ensino superior selecionadas	51
QUADRO 3 - Relação entre os objetivos específicos e as etapas metodológicas da pesquisa	58
QUADRO 4 - Quantidade das capacitações ofertadas pelos Sistemas de Bibliotecas entre 2019-2024 categorizadas por temática.....	64
QUADRO 5 - Categorias de compreensão sobre o conceito de plágio entre os respondentes.....	73

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CNDA	Conselho Nacional de Direitos Autorais
ECAD	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição
IA	Inteligência Artificial
IFSP	Instituto Federal de São Paulo
IPRI	International Property Rights Index
OMPI	Organização Mundial de Propriedade Intelectual
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica
PROFNIT	Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação
SBAT	Sociedade Brasileira de Autores Teatrais
SISTEBIB /UFAM	Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas
UNB	Universidade de Brasília
UFC	Universidade Federal do Ceará
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UENP	Universidade Estadual do Norte do Paraná
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná

UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	16
2. INTRODUÇÃO.....	18
3. JUSTIFICATIVA.....	22
3.1 ADERÊNCIA AO PROFNIT.....	23
3.2 IMPACTO.....	23
3.3 APLICABILIDADE.....	24
3.4 INOVAÇÃO.....	24
3.5 COMPLEXIDADE.....	25
4. OBJETIVOS.....	26
4.1 OBJETIVO GERAL.....	26
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	26
5. REFERENCIAL TEÓRICO.....	27
5.1 PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	28
5.2 DIREITOS AUTORAIS: PANORAMA INTERNACIONAL.....	30
5.3 A LEI DE DIREITOS AUTORAIS NO BRASIL: FUNDAMENTOS, LIMITES E DESAFIOS.....	33
5.4 DIREITO AUTORAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DESAFIOS ÉTICOS E JURÍDICOS DA CRIAÇÃO AUTOMATIZADA.....	36
5.5 ÉTICA NA PESQUISA E NA ESCRITA ACADÊMICA: DA FORMAÇÃO À RESPONSABILIDADE CIENTÍFICA.....	38
5.6 PLÁGIO E VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS NO AMBIENTE ACADÊMICO.....	40
5.7 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NA PREVENÇÃO E COMBATE AO PLÁGIO E VIOLAÇÕES DE DIREITOS AUTORAIS.....	42
6. METODOLOGIA.....	44
6.1 ETAPAS METODOLÓGICAS.....	44
6.2 DETALHAMENTO DO FLUXOGRAMA METODOLÓGICO.....	46
6.3 MATRIZ DE VALIDAÇÃO.....	58
7. RESULTADOS.....	60
7.1 PANORAMA DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NOS SISTEMAS DE BIBLIOTECAS DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (2019-2024).....	61
7.2 CONSCIÊNCIA AUTORAL NO CONTEXTO DA UFAM.....	68
8. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	80
9. IMPACTOS.....	88
10. CONCLUSÃO.....	91
11. PERSPECTIVAS FUTURAS.....	93
12. ENTREGÁVEIS DE ACORDO COM OS PRODUTOS DO TCC.....	95
REFERÊNCIAS.....	96
APÊNDICE A – Matriz FOFA (SWOT).....	103
APÊNDICE B – Modelo de Negócio CANVAS.....	104
APÊNDICE C – Questionário sobre plágio e direitos autorais na UFAM.....	105

APÊNDICE D – Direito Autoral, plágio e integridade acadêmica: cartilha informativa para a comunidade universitária e vídeo.....	114
--	------------

1. APRESENTAÇÃO

As questões que envolvem a produção de conhecimento no ensino superior perpassam por elementos relacionados aos direitos autorais, considerando eles como resultantes das criações humanas, que envolvem trabalhos artísticos (como músicas, pinturas e fotografias), científicos (artigos e livros técnicos, por exemplo) e literários.

Nesse cenário se insere a temática deste trabalho, motivado pela crescente relevância da proteção dos direitos autorais no contexto da inovação, especialmente no ambiente acadêmico, onde observa-se que, o uso inadequado de obras intelectuais, associado ao fenômeno do plágio, pode comprometer a segurança jurídica, a originalidade e a credibilidade das criações, impactando diretamente no desenvolvimento de tecnologias e processos inovadores dentro das universidades. Essa preocupação torna-se ainda mais evidente no cenário brasileiro em que a consolidação de uma cultura de respeito à propriedade intelectual é fundamental para o fortalecimento da competitividade e da produção científica.

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo principal discutir, à luz das novas demandas tecnológicas, as interações entre ética, direito autoral e as práticas acadêmicas. De forma específica, busca-se:

- a) examinar a literatura, legislações e jurisprudências sobre plágio e direitos autorais;
- b) identificar iniciativas dos sistemas de bibliotecas de universidades brasileiras voltadas para o combate ao plágio e violações de direitos autorais;
- c) investigar o conhecimento da comunidade universitária da UFAM sobre plágio e direitos autorais;
- d) estruturar e elaborar o material didático para boas práticas de Direitos Autorais.

Os resultados incluem o mapeamento de práticas institucionais para o enfrentamento do plágio e violações de direitos autorais, recomendações para fortalecer a gestão da propriedade intelectual no contexto de inovação por meio dos sistemas de bibliotecas das universidades públicas federais, bem como contribuir para a ampliação da compreensão acerca da

importância da proteção autoral como incentivo à produção intelectual original.

A justificativa da realização deste trabalho reside na necessidade de promover o aperfeiçoamento de boas práticas de proteção autoral no ambiente acadêmico, em especial em instituições de ensino superior do Brasil, como forma de impulsionar a inovação de maneira ética e juridicamente segura.

Quanto às contribuições, buscou-se fornecer subsídios teóricos e práticos para amparar políticas institucionais mais robustas de gestão da propriedade intelectual, fomentando a cultura do respeito ao direito do autor e, conseqüentemente, colaborando para o fortalecimento dos ecossistemas de inovação no país.

2. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a rápida evolução das tecnologias digitais, juntamente com o avanço da Inteligência Artificial (IA), tem provocado transformações significativas em várias áreas do conhecimento e da produção intelectual.

Aparício-Gómez (2023) afirma que a inteligência artificial e outras tecnologias emergentes vêm exercendo uma influência crescente na educação em todos os níveis. Tais recursos estão sendo empregados com o propósito de adaptar os processos de ensino-aprendizagem, em razão das vantagens que oferecem para a personalização educacional.

A expansão dessas tecnologias não apenas redefine as dinâmicas sociais, mas também desafia princípios fundamentais no campo da propriedade intelectual e da ética, especialmente nas universidades, por serem responsáveis pela produção, circulação e validação do conhecimento científico.

Embora os avanços na aplicação da inteligência artificial à educação sejam significativos, é fundamental refletir sobre os desafios éticos e sociais que acompanham esse processo, como as questões relacionadas à privacidade dos dados, aos vieses algorítmicos e à garantia de equidade no acesso às oportunidades educacionais (Lara Andino *et. al*, 2024).

O impacto da IA no campo da propriedade intelectual vai além da simples automatização de tarefas ou da criação de novos produtos, reconfigurando os conceitos tradicionais de autoria, originalidade e plágio.

Ao utilizar os amplos bancos de dados compostos por obras protegidas por direitos autorais, as IAs têm a capacidade de gerar conteúdos que, embora complexos e inovadores, dependem diretamente do trabalho intelectual pré-existente de autores humanos.

A ética, definida como o conjunto de princípios que orientam a conduta humana, assume um papel central no debate sobre as tecnologias emergentes, especialmente quando se trata de garantir a integridade nas práticas acadêmicas e científicas.

Calandín (2018) e Martínez Martín (2006) defendem que a formação universitária de qualidade deve ir além da dimensão técnica e profissional,

incorporando uma perspectiva ética capaz de promover uma cidadania moralmente consciente, solidária e responsável. Para ambas autoras, é essencial que o processo formativo contemple aspectos deontológicos, sociais, pessoais e cívicos, os quais desempenham papel central na construção de indivíduos comprometidos com os valores éticos e sociais.

Para Pérez-Crego, Muñoz-Cantero e Espiñeira-Bellón (2022) o ensino superior desempenha um papel central na formação ética e cidadã dos estudantes, sendo fundamental na consolidação de valores que orientam sua atuação como cidadãos. Os resultados de suas pesquisas indicam que essa responsabilidade é compartilhada tanto por professores quanto pelos próprios alunos, tornando a universidade um espaço privilegiado para o desenvolvimento das competências cidadãs.

No contexto da pesquisa, a ética é fundamental para orientar as metodologias, a coleta de dados e a disseminação de informações, com o objetivo de preservar a dignidade dos participantes e assegurar a veracidade dos resultados.

No entanto, apesar dos avanços nas regulamentações e na implementação de estruturas de ética acadêmica, práticas desonestas como o plágio, continuam a ser um desafio significativo para a integridade da pesquisa científica.

O plágio, seja ele integral, parcial, conceitual ou por erro, autoplágio, plágio consentido ou inadvertido e a apropriação indevida de fontes não citadas corretamente, é uma violação grave da propriedade intelectual e dos princípios éticos que regem o ambiente acadêmico.

Esse debate sobre plágio e violação dos direitos autorais se torna ainda mais relevante diante das novas formas de produção de conhecimento impulsionadas pelas tecnologias digitais e pela IA.

A facilidade com que informações podem ser copiadas, modificadas e redistribuídas na internet, sem o devido respeito pela origem ou autoria, ampliou de forma significativa os riscos de infrações aos direitos autorais.

Nesse cenário, o papel das instituições acadêmicas e dos sistemas reguladores de propriedade intelectual se torna ainda mais vital, exigindo esforços contínuos para conscientizar pesquisadores e acadêmicos sobre a

importância de adotar práticas responsáveis, que respeitem tanto os direitos autorais quanto os princípios éticos.

Este trabalho se propõe a analisar, à luz das novas demandas tecnológicas, as interações entre ética, direito autoral e as práticas acadêmicas. Examinam-se questões convencionais e como as inovações tecnológicas, especialmente a IA, estão remodelando as normas tradicionais de autoria e produção intelectual, destacando os desafios enfrentados pela academia no combate ao plágio e na promoção de uma cultura de respeito à propriedade intelectual.

Além disso, a pesquisa discute o impacto dessas mudanças no cenário da pesquisa científica, com ênfase na construção de uma ética sólida que possa guiar a inovação de maneira responsável e sustentável dentro das instituições de ensino superior.

A compreensão dos impactos da IA sobre os direitos autorais, a ética e as práticas de pesquisa não se configura apenas como um exercício acadêmico, mas uma necessidade urgente para a reflexão e práticas de profissionais que lidam com a produção intelectual.

É imperativo desenvolver um marco legal e ético que permita o crescimento da ciência e da tecnologia de forma que respeite os direitos fundamentais de todos os envolvidos, ao mesmo tempo em que promova um ambiente acadêmico livre de plágio e de violações dos direitos autorais.

Para atingir os objetivos desta pesquisa, foram exploradas questões sobre os direitos autorais, sua caracterização, a legislação pertinente e sua contextualização no ambiente universitário. Este ambiente, caracterizado pela produção intensa de conhecimento em múltiplas frentes, demanda por reflexões sobre a temática do plágio, abordando suas causas e implicações dentro do contexto ético e legal.

O trabalho está estruturado em 12 seções, que contemplam tanto os aspectos teóricos quanto os práticos da pesquisa. As seções incluem: apresentação, introdução e justificativa; definição dos objetivos geral e específicos; referencial teórico, que abrange temas como propriedade intelectual, panorama internacional do direito autoral, direito autoral no Brasil, intersecções entre direito autoral e inteligência artificial, ética na pesquisa e plágio, bem como a violação de direitos autorais no ambiente acadêmico. Em

seguida, são abordadas a metodologia adotada, os resultados obtidos, a discussão dos dados da pesquisa, a conclusão e as perspectivas de futuras pesquisas sobre a temática bem como, os entregáveis conforme os produtos do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), e por fim, as referências bibliográficas.

3. JUSTIFICATIVA

O tema da proteção dos direitos autorais e prevenção do plágio no ambiente acadêmico possui ampla relevância e impulsiona uma investigação aprofundada por várias razões fundamentais. Primeiramente, vive-se em uma realidade onde o acesso à informação é mais amplo do que nunca, graças à proliferação da internet e das tecnologias digitais. Isso cria um ambiente propício para a disseminação rápida de obras intelectuais, aumentando significativamente o risco de violações dos direitos autorais e práticas de plágio.

A integridade acadêmica e a ética na pesquisa são pilares essenciais da comunidade acadêmica. O plágio, em suas diversas formas, representa uma ameaça direta a esses princípios, comprometendo a credibilidade das instituições de ensino e diminuindo a confiança no sistema educacional e na produção de conhecimento científico no âmbito das instituições de ensino superior. Portanto, compreender os mecanismos de proteção dos direitos autorais e desenvolver estratégias eficazes para prevenir o plágio é essencial para preservar a integridade e a reputação da produção intelectual constituída no contexto das universidades.

Além da importância ética e acadêmica, há também implicações legais associadas à violação dos direitos autorais e práticas de plágio. O desconhecimento ou a negligência às leis de direitos autorais pode resultar em consequências jurídicas sérias para estudantes, pesquisadores e instituições de ensino superior. Desta forma, explorar essas questões no contexto acadêmico, possibilita construir elementos valiosos para garantir a conformidade da produção intelectual com a observância da legislação vigente de modo a evitar situações desnecessárias que comprometam a produção ética.

Ao abordar essas questões, presume-se que esta pesquisa possa proporcionar inúmeros benefícios tangíveis, contribuindo para a conscientização e a educação sobre a importância dos direitos autorais e a ética na produção intelectual. Espera-se também, por meio deste trabalho, contribuir para o fomento de uma cultura acadêmica mais responsável e

transparente, onde a originalidade e a atribuição adequada de autoria sejam valorizadas e incentivadas.

A pesquisa aborda elementos práticos e estratégias eficazes para prevenir e detectar o plágio no ambiente acadêmico. Isso inclui a apresentação de dispositivos legais, compreensão das tipologias de plágio, construção de ferramentas de detecção de plágio e a promoção de programas de educação e conscientização para estudantes e pesquisadores.

Por fim, ao abordar as complexidades emergentes relacionadas à tecnologia, como a Inteligência Artificial, a pesquisa se propõe a destacar políticas e regulamentações existentes para garantir uma coexistência harmoniosa entre inovação tecnológica e proteção dos direitos autorais.

Dessa forma, a pesquisa proposta não apenas preenche uma lacuna no conhecimento acadêmico, mas também tem o potencial de gerar impactos positivos significativos, tanto no ambiente acadêmico quanto na sociedade em geral.

3.1 ADERÊNCIA AO PROFNIT

Direito Autoral é uma das ramificações da Propriedade Intelectual, portanto está intimamente ligado ao Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT). O trabalho versa sobre mecanismos para mitigar o plágio e a violação de direitos autorais no ambiente acadêmico; para isto dará luz a discussão sobre a proteção dos direitos do autor ao mesmo tempo em que desenvolve um material didático voltado para a temática com foco na conscientização e prevenção da ocorrência do plágio no ambiente acadêmico.

3.2 IMPACTO

Atualmente, observa-se uma carência de documentos orientadores que tratem de forma clara e acessível as questões relativas ao plágio acadêmico e aos direitos autorais no contexto do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas (SISTEBIB/UFAM).

Embora exista a iniciativa de Simões (2024), intitulada Proposta de Política Institucional de Direitos Autorais para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas, apresentada e defendida em 2024 no âmbito do Ponto Focal do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), tal proposta ainda não foi implementada, nem submetida a ampla discussão entre os integrantes da UFAM.

Nesse cenário, a elaboração e a disponibilização de um material informativo sobre a temática se configura como a adoção de estratégias promissoras para gerar impacto significativo, contribuindo para a mudança positiva de comportamento da comunidade acadêmica, especialmente no que se refere ao fortalecimento da cultura do respeito aos direitos autorais e à prevenção de práticas de plágio.

3.3 APLICABILIDADE

O material didático será disponibilizado em formato digital, com linguagem acessível e de fácil compreensão, voltado a toda a comunidade acadêmica da Universidade Federal do Amazonas (discentes, docentes e técnicos), com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de criações intelectuais.

Seu conteúdo poderá ser utilizado por docentes em atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como em ações de capacitação promovidas pelo Sistema de Bibliotecas da UFAM, especialmente aquelas que abordem a temática dos direitos autorais e do plágio.

Caberá ao SISTEBIB/UFAM a ampla divulgação do material, utilizando-se de seus diversos canais de comunicação com a comunidade acadêmica.

3.4 INOVAÇÃO

A produção do material didático apresenta um grau moderado de inovação, ao combinar conhecimentos previamente consolidados com abordagens voltadas à prevenção e à conscientização sobre o plágio no

ambiente acadêmico. O conteúdo elaborado com base nos princípios do respeito aos direitos autorais nas instituições de ensino brasileiras, em conformidade com a legislação vigente no Brasil, buscando, ainda, o alinhamento às especificidades e à realidade institucional da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

3.5 COMPLEXIDADE

A produção é de média complexidade, combinando conhecimentos pré-estabelecidos e estudo sobre o tema direito autoral e combate ao plágio nos sites de sistemas de bibliotecas universitárias brasileiras, visando constituir estratégias para serem empregadas no ambiente da Universidade Federal do Amazonas.

4. OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Discutir, à luz das novas demandas tecnológicas, as interações entre ética, direito autoral e as práticas acadêmicas.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

4.2.1 Examinar a literatura, legislações e jurisprudências sobre plágio e direitos autorais;

4.2.2 Identificar iniciativas dos sistemas de bibliotecas de universidades brasileiras voltadas para o combate ao plágio e violações de direitos autorais;

4.2.3 Investigar o conhecimento da comunidade universitária da UFAM sobre plágio e direitos autorais;

4.2.4 Elaborar o material didático para boas práticas de Direitos Autorais.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho tem como propósito estabelecer os fundamentos conceituais e normativos que sustentam a pesquisa proposta, articulando os diferentes tópicos que, embora distintos, mantêm entre si uma estreita relação no contexto da produção e circulação do conhecimento no meio acadêmico.

A reflexão teórica inicia-se com uma abordagem ampla sobre a Propriedade Intelectual, apresentando suas bases conceituais e sua importância para a proteção das criações intelectuais, com ênfase nas obras protegidas pelo direito autoral.

Na sequência, traça-se um panorama internacional do direito autoral, evidenciando o Brasil em relação a outros países. Tal percurso histórico sedimenta os preceitos para a análise da Lei de Direitos Autorais Brasileira (Lei nº 9.610/1998), destacando seus principais dispositivos, suas limitações e as implicações para o ambiente acadêmico e científico.

O avanço tecnológico e o uso de ferramentas automatizadas suscitam novas questões jurídicas, razão pela qual essa pesquisa dedica-se também à discussão sobre o direito autoral frente à inteligência artificial, abordando desafios contemporâneos relativos à autoria, originalidade e responsabilidade jurídica em criações mediadas por algoritmos.

Complementarmente, o estudo contempla os princípios e diretrizes da ética na pesquisa, considerando sua interface com o respeito aos direitos autorais e a integridade acadêmica. Este tópico se conecta diretamente à análise do plágio e das violações de direitos autorais no ambiente acadêmico, compreendidos como práticas que comprometem a legitimidade da produção científica e que exigem atenção institucional.

Por fim, examina-se o papel das bibliotecas universitárias na prevenção e combate ao plágio e às violações de direitos autorais, reconhecendo essas instituições como agentes estratégicos na promoção da educação informacional, na orientação dos pesquisadores e na difusão de práticas éticas quando da utilização de obras protegidas.

Assim, o fio condutor teórico do trabalho constrói-se a partir da interdependência entre os fundamentos jurídicos do direito autoral, os

desafios éticos da pesquisa acadêmica e as estratégias institucionais de enfrentamento às práticas ilícitas, compondo um arcabouço crítico e interdisciplinar para compreensão do assunto estudado.

5.1 PROPRIEDADE INTELECTUAL

A propriedade intelectual pode ser explicada como um conjunto de direitos que abrange diversas criações do espírito humano, incluindo obras literárias, artísticas e científicas, interpretações e execuções artísticas, fonogramas, transmissões de radiodifusão, invenções, descobertas científicas, desenhos e modelos industriais, marcas e nomes comerciais, além de mecanismos de proteção contra a concorrência desleal, entre outros direitos relacionados às atividades intelectuais nos campos industrial, científico, literário e artístico (OMPI, 2002).

A proteção do conhecimento no Brasil, à luz da legislação vigente, organiza-se em três grandes categorias: direito autoral, propriedade industrial e proteção *sui generis* (Fiuza *et al.*, 2018)

As três categorias dividem-se em subcategorias como ilustrado na Figura 1.

Figura 1: Divisão e subdivisão da Propriedade Intelectual no Brasil

Direito autoral	Propriedade Industrial	Proteção <i>sui generis</i>
• Direito do autor • Direitos conexos • Programa de computadores	• Marca • Patente • Desenho industrial • Indicação geográfica	• Topografia de circuito integrado • Cultivar • Conhecimento tradicional

Fonte: Adaptado de Vanin (2016).

A Figura 1 apresenta uma representação esquemática dos principais ramos da Propriedade Intelectual no Brasil, a partir da sistemática consagrada tanto em tratados internacionais, como pela Convenção da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), quanto pelo ordenamento jurídico brasileiro, que regula essas categorias por meio de legislações específicas.

O Direito Autoral compreende os direitos do autor sobre obras intelectuais, os direitos conexos, que tutelam os intérpretes, produtores fonográficos e entidades de radiodifusão, e os programas de computador, estes equiparados às obras literárias para fins de proteção (Lei 9.610/1998).

A Propriedade Industrial, por sua vez, abrange os ativos de aplicação prática e comercial, como marcas, patentes, desenhos industriais e indicações geográficas (Lei 9.279/1996).

A Proteção *Sui Generis* contempla criações cuja natureza exige regulamentação específica, entre os quais se destacam as topografias de circuitos integrados, que também instituiu programas de incentivo às indústrias de semicondutores e de equipamentos para TV Digital (Lei 11.484/2007); As cultivares como variedades vegetais superiores que se diferenciam de cultivares conhecidas, homogêneas, estáveis e descritas em publicação especializada (Lei 9.456/1997); E o conhecimento tradicional, cuja normatização ainda é incipiente em diversos aspectos, embora sua proteção já seja reconhecida em tratados internacionais, como a Convenção sobre a Diversidade Biológica.

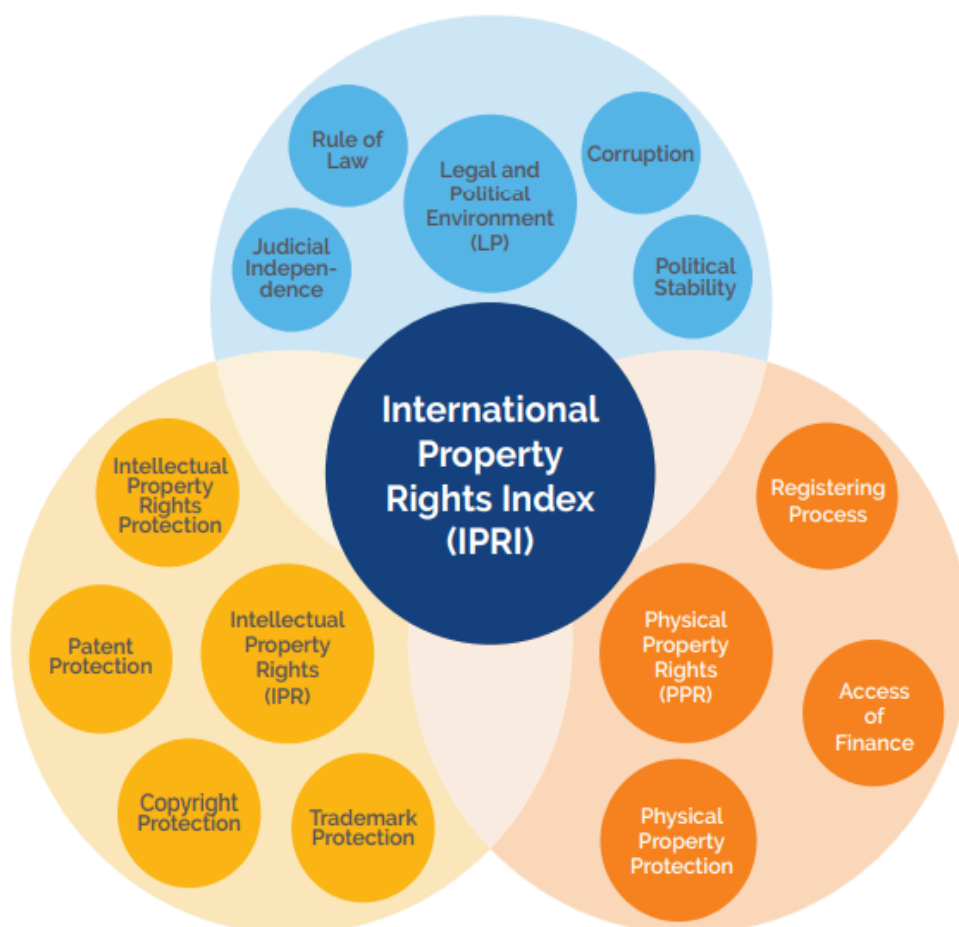
O trabalho dedica-se à análise de um dos componentes centrais do vasto campo da propriedade intelectual: o Direito Autoral. De acordo com Ghesti, Areas e Panzolini (2018) ele possui relevância não apenas pelo reconhecimento da autoria e pelos direitos relacionados à utilização, reprodução e circulação da obra intelectual, mas também por seu papel no incentivo à produção cultural. Sua importância reside no equilíbrio entre a proteção jurídica conferida aos autores e titulares e a garantia do acesso público à informação e ao conhecimento.

Diante da complexidade que envolve essa temática, torna-se fundamental explorar seus fundamentos teóricos, a evolução normativa ao longo do tempo, suas principais características, bem como os desafios contemporâneos que se impõem à proteção das obras intelectuais na era digital. A abordagem proposta visa evidenciar a relevância da proteção dos direitos autorais não apenas como mecanismo de valorização da criação intelectual, mas também como instrumento estratégico de fomento à inovação.

5.2 DIREITOS AUTORAIS: PANORAMA INTERNACIONAL.

O cenário internacional de proteção aos direitos autorais pode ser analisado a partir de indicadores do International Property Rights Index (IPRI) 2025, que, consiste em um instrumento de avaliação comparativa de mensuração da solidez dos regimes nacionais de direitos de propriedade, considerando três dimensões centrais: o ambiente jurídico e político, os direitos de propriedade física e os direitos de propriedade intelectual (IPRI, 2025), como exposto na Figura 2.

Figura 2: Estrutura do International Property Rights Index.



Fonte: IPRI 2025.

Avaliou-se na edição de 2025, cento e vinte e seis (126) países com base em três grandes dimensões: ambiente jurídico e político, direitos de propriedade física e direitos de propriedade intelectual, sendo esta última composta por indicadores relacionados à proteção de direitos autorais,

patentes e marcas. Esse indicador é particularmente relevante para a pesquisa, pois permite compreender o grau de robustez institucional da proteção autoral em diferentes países, oferecendo parâmetros comparativos para analisar o contexto brasileiro de proteção às obras intelectuais produzidas no ambiente acadêmico.

Nas posições mais altas do índice de 2025 figuram nações caracterizadas por altos níveis de proteção, como Luxemburgo, Suíça, Áustria, Suécia e Singapura como apresentado na Figura 3.

Figura 3: Cinco primeiras posições do International Property Rights Index 2025.

COUNTRY		IPRI	LP	PPR	IPR
1	LUX	8.2	8.1	9.3	7.3
2	AUS	8.0	8.1	8.6	7.4
3	CHE	8.0	8.3	9.2	6.6
4	JPN	7.9	7.7	8.9	7.1
5	DNK	7.8	8.7	7.6	7.0

Fonte: IPRI 2025.

No contexto do Brasil, os dados mais recentes do IPRI 2025 demonstram que o país ocupa a 58ª posição no *ranking* global, com uma pontuação total próxima de 4,984 pontos. No subíndice específico de direitos de propriedade intelectual, o valor do Brasil foi estimado em cerca de 4,988, com destaque para indicadores como proteção por patentes (5,717) e proteção de marcas (5,834). No entanto, a pontuação relativa à proteção de direitos autorais (*Copyright Protection*) permaneceu menor (3,757) em relação aos outros dois indicadores citados.

Diante dos dados, embora o Brasil apresente desempenho intermediário na proteção geral da propriedade intelectual, a menor pontuação atribuída especificamente à proteção de direitos autorais evidencia fragilidades nesse campo.

Esse cenário dialoga diretamente com o contexto do ensino superior, no qual a produção científica, técnica e cultural constitui parte essencial das atividades acadêmicas. A relativa limitação na percepção de proteção autoral

pode contribuir para a ocorrência de práticas inadequadas quanto ao uso de obras intelectuais, como o plágio, afetando a segurança jurídica, a credibilidade da pesquisa e o desenvolvimento de processos inovadores nas universidades.

Santos e Rebouças (2016) observam que a Convenção de Berna, mesmo após mais de um século de vigência, permanece como o principal instrumento internacional de referência da proteção dos direitos autorais, orientando as legislações dos países signatários por meio do estabelecimento de padrões mínimos de proteção. Destaca-se que o tratado permite que os estados prevejam, em suas legislações internas, exceções específicas que não configurem violação de direitos autorais. Contudo, no caso brasileiro, a legislação não incorporou de forma ampla essas limitações, o que resulta em restrições inclusive à realização de cópia integral para uso privado.

Ao comparar o Brasil com os cinco países melhor posicionados no IPRI 2025, observa-se pelos dados que esses países não apenas apresentam pontuações elevadas no índice geral, mas também se caracterizam por ambientes institucionais mais consolidados no que se refere à proteção da propriedade intelectual. De modo geral, esses contextos combinam marcos legais relativamente estáveis com estruturas institucionais voltadas à proteção e à gestão de ativos intelectuais, favorecendo a observância dos direitos autorais e o desenvolvimento de atividades criativas e inovadoras.

Segundo Casanova e Quintana (2013), torna-se necessário revisar determinadas normas relacionadas à propriedade intelectual para adequá-las ao contexto da sociedade da informação. Nesse cenário, deve-se preservar um equilíbrio entre o estímulo à criação, garantindo aos autores reconhecimento moral e patrimonial, e a possibilidade de utilização de obras preexistentes como base para novas ideias. Destaca-se também que, no ambiente digital contemporâneo, o uso de uma produção intelectual por um indivíduo não impede que outras pessoas também a utilizem, especialmente quando ocorre compartilhamento sem finalidade comercial, o que pode contribuir para a ampliação do acesso e para a democratização da cultura.

No âmbito da América Latina, o Brasil ocupa uma posição relativamente forte com relação aos Índices do IPRI 2025, ainda que seja superado por pelo menos cinco países da região em termos de sustentabilidade de regimes de propriedade mais robustos. Países como Uruguai e Chile figuram em posições frequentemente superiores em indicadores correlatos de proteção jurídica de propriedade intelectual, enquanto outras nações latino-americanas mantêm desempenhos próximos ou ligeiramente inferiores ao do Brasil, dependendo das especificidades do componente analisado.

Panzolini (2018) afirma que a Lei nº 9.610/98, base fundamental da abordagem autoral no Brasil, constitui um importante marco legal, porém necessita de uma ampla reforma legislativa. A Lei apresenta lacunas e aspectos que já não correspondem plenamente às demandas atuais dos direitos autorais, sobretudo diante das transformações provocadas pelo ambiente digital. Nesse contexto, destaca-se que o direito autoral é uma área jurídica essencialmente dinâmica, cuja atualização constante se torna necessária frente às novas formas de exploração econômica das obras intelectuais.

5.3 A LEI DE DIREITOS AUTORAIS NO BRASIL: FUNDAMENTOS, LIMITES E DESAFIOS.

No Brasil, a legislação em vigor sobre direitos autorais é a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, sancionada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso (Brasil, 1998).

O direito autoral compõe a propriedade intelectual, tendo relação com as criações humanas, podendo ser caracterizado como:

[...] um termo legal usado para descrever os direitos que os criadores têm sobre suas obras literárias e artísticas. As obras protegidas por direitos autorais variam de livros, músicas, pinturas, esculturas e filmes a programas de computador, bancos de dados, anúncios, mapas e desenhos técnicos. (WIPO, 2024)

A entidade destaca a função central do direito autoral: a proteção jurídica das criações intelectuais de natureza expressiva, ressaltando o seu caráter multifacetado, que se estende não apenas às obras tradicionais do

campo artístico, como livros, músicas, pinturas, esculturas e filmes, mas também a expressões mais contemporâneas, tais como programas de computador, bancos de dados, anúncios e desenhos técnicos.

A Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, destaca em seu Art. 7º os tipos de obras intelectuais passíveis de proteção incluindo as literárias, artísticas ou científicas, como também:

- II - as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza; III - as obras dramáticas e dramático-musicais;
- IV - as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;
- V - as composições musicais, tenham ou não letra;
- VI - as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;
- VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;
- VIII - as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;
- IX - as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;
- X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;
- XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;
- XII - os programas de computador;
- XIII - as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual. (Brasil, 1998).

A legislação apresenta um caráter abrangente, protetivo e incentivador do direito autoral brasileiro, voltado à valorização do trabalho intelectual como bem jurídico digno de tutela. Ao mesmo tempo torna perceptível o desafio de interpretação dos pesquisadores à luz de novos contextos sociais e tecnológicos, levando em consideração os limites impostos pela legislação e pelos princípios constitucionais, como o acesso à cultura e à informação.

Existem flexibilidades específicas de limitações aos direitos patrimoniais do autor, permitindo uso da obra protegida sem necessidade de autorização prévia, desde que observados os critérios legais, tais como a finalidade educativa, a ausência de intuito lucrativo e o devido crédito ao autor. Esses dispositivos têm por objetivo equilibrar a proteção aos direitos do criador com o interesse público no acesso ao conhecimento, à cultura e à informação (Lei nº 9.610/1998).

Há exceções, em relação ao Direito Autoral (DA), conforme a Lei nº 9.610 (1998), são eles:

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:

I - a reprodução:

a) na imprensa diária ou periódica, de notícia ou de artigo informativo, publicado em diários ou periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos;

b) em diários ou periódicos, de discursos pronunciados em reuniões públicas de qualquer natureza;

c) de retratos, ou de outra forma de representação da imagem, feitos sob encomenda, quando realizada pelo proprietário do objeto encomendado, não havendo a oposição da pessoa neles representada ou de seus herdeiros;

d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários;

II - a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro;

III - a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra;

IV - o apanhado de lições em estabelecimentos de ensino por aqueles a quem elas se dirigem, vedada sua publicação, integral ou parcial, sem autorização prévia e expressa de quem as ministrou;

V - a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas, fonogramas e transmissão de rádio e televisão em estabelecimentos comerciais, exclusivamente para demonstração à clientela, desde que esses estabelecimentos comercializem os suportes ou equipamentos que permitam a sua utilização;

VI - a representação teatral e a execução musical, quando realizadas no recesso familiar ou, para fins exclusivamente didáticos, nos estabelecimentos de ensino, não havendo em qualquer caso intuito de lucro;

VII - a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas para produzir prova judiciária ou administrativa;

VIII - a reprodução, em quaisquer obras, de pequenos trechos de obras preexistentes, de qualquer natureza, ou de obra integral, quando de artes plásticas, sempre que a reprodução em si não seja o objetivo principal da obra nova e que não prejudique a exploração normal da obra reproduzida nem cause um prejuízo injustificado aos legítimos interesses dos autores.

Art. 47. São livres as paráfrases e paródias que não forem verdadeiras reproduções da obra originária nem lhe implicarem descrédito.

Art. 48. As obras situadas permanentemente em logradouros públicos podem ser representadas livremente, por meio de pinturas, desenhos, fotografias e procedimentos audiovisuais.

Nesse contexto, destaca-se a relevância da correta atribuição da autoria e o respeito aos limites legais, uma vez que qualquer utilização que ultrapasse o escopo das exceções legalmente previstas pode configurar

infração autoral e, em casos mais graves, plágio. Tal conduta contraria não apenas os dispositivos normativos, mas também os princípios éticos que regem a produção e o uso de conteúdos intelectuais, especialmente em ambientes acadêmicos e científicos.

Por fim, compreende-se que as limitações e exceções aos direitos autorais, apesar de constituírem matéria sensível, desempenham papel essencial na preservação do equilíbrio do sistema autoral, especialmente diante das situações em que o exercício desses direitos pode entrar em tensão com outros direitos fundamentais (Lima, 2019).

A discussão torna-se ainda mais complexa quando inserida no cenário contemporâneo da inteligência artificial (IA). Nesse sentido, torna-se imprescindível refletir sobre como os dispositivos da legislação autoral brasileira dialogam com o surgimento da IA generativa e com as novas formas de produção de conteúdo.

5.4 DIREITO AUTORAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: DESAFIOS ÉTICOS E JURÍDICOS DA CRIAÇÃO AUTOMATIZADA.

A ideia de reunir máquinas de computação e inteligência como atributo foi estabelecida por Alan Turing, na década de 1950, no entanto o termo “inteligência artificial” (IA) é creditado ao cientista John McCarthy que utilizou a expressão em 1956 (Costa *et. al*, 2021).

A IA pode ser caracterizada como um avanço tecnológico produzido pela inteligência humana, com resultados programados e autônomos, a partir de meios avançados e do fornecimento de informações e dados (Boff; Abido, 2020).

Pode-se inferir que os resultados gerados por sistemas de inteligência artificial são programados e dependem do fornecimento de informações e dados, evidenciando que esses sistemas não operam em um vácuo criativo. Pelo contrário, eles reproduzem, processam e reconfiguram elementos oriundos de bancos de dados alimentados por obras humanas, muitas vezes protegidas por direitos autorais (Salmeron, 2023).

Divino e Magalhães (2020) pontuam que, apesar de muito desenvolvida, a tecnologia não é capaz de compreender o conceito de autoria e, conseqüentemente, não tem a competência de se assemelhar ao ser humano ao não possuir uma operação mental biológica. Diante destas afirmações:

[...] ainda que hajam posições contrárias sobre a autoria de uma IA, observa-se que há possibilidade de atribuir-se inteligência a um sistema artificial, o que já se vê na prática em todas as áreas de atuação organizacional, inclusive diante, por meio da atividade volitiva apresentada pelas novas tecnologias. Diante de tais circunstâncias, é necessário se pensar na regulação do uso da IA nos mais diversos setores e, em especial, no que concerne à propriedade intelectual, por se tornar passo essencial para a correta introdução e permanência desta tecnologia na sociedade. (Maia, 2021, p. 27).

Pelo exposto, o autor destaca a importância da regulamentação do uso da IA em diferentes frentes, especialmente no contexto da propriedade intelectual, levando em conta questões éticas, legais e de responsabilidade.

A produção de obras intelectuais por sistemas de inteligência artificial provoca uma releitura crítica dos pressupostos clássicos do direito autoral, sobretudo no que se refere à definição de autoria e à delimitação do objeto de proteção jurídica, uma vez que tenciona categorias historicamente construídas a partir da centralidade da criação humana (Hohendorff; Cantali; D'ávila, 2020).

Souza *et al.* (2024) destacam que o direito autoral apresenta características próprias que o vinculam diretamente à proteção das criações do espírito humano e à capacidade criativa da mente humana. Nesse sentido, mesmo que se venha a reconhecer uma possível personalidade jurídica eletrônica para sistemas de inteligência artificial, tal reconhecimento não seria suficiente para afastar o paradigma da autoria humana no campo do direito autoral. Os autores argumentam que, assim como ocorre com pessoas jurídicas, como associações, sociedades e fundações, que possuem personalidade jurídica mas não são consideradas autoras intelectuais de obras artísticas, também não seria adequado equiparar a capacidade criativa da inteligência artificial à criatividade humana. Dessa forma, defendem a necessidade de cautela para evitar tanto a diluição da distinção entre obras de origem humana quanto a desvalorização das produções geradas por sistemas de IA.

Lopes e Almada (2025), afirmam que as inteligências artificiais contemporâneas ainda não possuem capacidade para realizar aquilo que a legislação considera essencial à autoria de uma obra intelectual, isto é, a chamada “criação do espírito”. Diante desse cenário, os autores defendem a necessidade de o Estado brasileiro estabelecer uma legislação específica sobre o uso da inteligência artificial na produção de obras, prevendo um nível mínimo de participação humana no processo criativo como requisito para a proteção pelo direito autoral, a fim de assegurar maior segurança jurídica aos criadores que utilizam essas tecnologias.

Lantyer (2024), argumenta que diante dos desafios trazidos pela inteligência artificial generativa, torna-se necessário que empresas de tecnologia adotem estratégias capazes de reduzir possíveis impactos negativos sobre o mercado de obras originais. Para o autor, a definição de boas práticas e diretrizes claras para o uso de conteúdos protegidos por direitos autorais no treinamento de sistemas de IA pode contribuir para ampliar a segurança jurídica, assegurar a proteção aos autores e, ao mesmo tempo, possibilitar o avanço responsável das tecnologias baseadas em inteligência artificial.

Nesse sentido, Panzolini (2018) destaca que o conhecimento dos direitos autorais é fundamental para a sociedade, uma vez que promove valores essenciais como segurança jurídica, pacificação social, justiça, transparência, ética, clareza, boa-fé e honestidade intelectual.

5.5 ÉTICA NA PESQUISA E NA ESCRITA ACADÊMICA: DA FORMAÇÃO À RESPONSABILIDADE CIENTÍFICA

Ética, segundo Fortes (1998), é um dos mecanismos de regulação das relações sociais do homem que visa garantir a coesão social e harmonizar interesses individuais e coletivos.

Pires e Shimizu (2013) afirmam que a ética não deve ser reduzida a um simples conjunto de normas ou proibições, mas compreendida em sua complexidade, exigindo observação, análise e ação fundamentadas na

consideração das consequências que decorrem das interações entre indivíduos e o meio em que estão inseridos.

Witter (2009) ressalta que a ética na pesquisa deve ser entendida como um processo de aprendizado contínuo, presente desde a educação básica até a pós-graduação, sendo esperado que os profissionais que utilizam e produzem conhecimento científico incorporem em sua formação permanente o constante aprimoramento em ética científica.

A autora ainda enfatiza que a ética está presente em todas as etapas do fazer científico, desde a escolha do tema ou problema de pesquisa até a publicação e divulgação dos resultados, seja no âmbito acadêmico ou perante a sociedade. Desse modo, a formação ética do pesquisador deve contemplar a compreensão das implicações sociais, legais e científicas envolvidas em cada fase da pesquisa.

Nesse ponto, cabe mencionar que o Sistema CEP-CONEP, instituído em 1996 e composto por Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), constitui uma instância reguladora importante no que se refere à coleta de dados envolvendo seres humanos. Seu papel é assegurar a proteção dos participantes e garantir que os estudos respeitem as diretrizes éticas estabelecidas (CEP UFAM).

Considerando a relevância dos direitos autorais e seus reflexos nas dinâmicas sociais contemporâneas, destaca-se a necessidade de sua inclusão nas matrizes curriculares em diferentes níveis de formação, desde a graduação até estágios acadêmicos mais avançados, como estratégia para fomentar uma cultura de conscientização e promover uma gestão mais adequada das criações intelectuais (Panzolini, 2018).

A análise crítica, o debate e a conscientização acerca da ética no contexto acadêmico, bem como o entendimento do conceito de plágio, de suas diferentes tipologias, de seus fatores motivadores e das estratégias de prevenção, constituem medidas relevantes para o enfrentamento dessa problemática (Alves; Casarin; Fernández-Molina, 2016).

Diante disso, torna-se fundamental compreender as diferentes formas de plágio, suas causas, consequências e os mecanismos disponíveis para sua prevenção e combate, especialmente no ambiente universitário, onde se

espera a formação de pesquisadores comprometidos com a originalidade e a honestidade intelectual.

5.6 PLÁGIO E VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS NO AMBIENTE ACADÊMICO

Para Moraes (2004), o plágio configura-se como uma forma de imitação fraudulenta de uma obra protegida por direitos autorais, representando uma violação dos direitos morais do autor, especialmente no que se refere à paternidade e à integridade da criação original.

Vasconcelos (2007) observa que a discussão sobre o plágio está intrinsecamente ligada aos conceitos de autoria e de propriedade intelectual.

Destaca-se que os principais tipos de plágio para Lopes *et. al.* (2024) são o: integral ou direto, parcial ou indireto e o conceitual. Além destes, existem derivações que incluem plágio de fontes, consentido, erro técnico e autoplágio. Os autores detalham as caracterizações dos tipos de plágio como disposto na Figura 4.

Figura 4: Tipos de plágio



Fonte: Elaborado pelo autor com emprego do Gemini (2026) baseado em Lopes *et. al.* (2024).

Nota-se que as caracterizações de plágio trazem consigo a questão da apropriação indevida de parte ou da íntegra da produção de terceiros sem os créditos devidos, impactando nas questões da propriedade intelectual, mais especificamente nos direitos autorais.

Pressupõe-se que o aprofundamento das discussões acerca do plágio amplia as possibilidades de abordagem preventiva, priorizando a dimensão ético-pedagógica em detrimento de medidas meramente punitivas. Deste modo, o conhecimento consistente sobre o tema, especialmente diante das facilidades proporcionadas pela internet e da cultura de reprodução acrítica de conteúdos, pode influenciar positivamente as práticas de estudantes, docentes e pesquisadores.

A necessidade de fomentar uma cultura de formação ética que ultrapasse os mecanismos de controle adotados no ensino superior e na pós-graduação, valorizando a honestidade intelectual em todas as etapas da formação acadêmica e em todas as áreas do conhecimento, inclusive nas pesquisas realizadas em ambientes digitais, é fundamental, razão pela qual o debate permanente sobre o tema se mostra indispensável (Rodrigues e Lopes, 2019).

Ávila e Epstein (2015) ao avaliarem a Política para Fraudes Acadêmicas de 1998, da Universidade de Chicago afirmam que ela engloba o plágio, a fabricação ou falsificação de evidências, dados ou resultados, a supressão de evidências ou dados relevantes, além da má interpretação voluntária de fontes de pesquisa, o roubo de ideias e a apropriação indevida de dados ou de trabalhos de outros. Cabe destacar, pela data do documento produzido pela instituição, que a preocupação com essa questão não é recente e se configura como um ponto crucial para a produção de conhecimento no contexto da formação acadêmica a ponto de ser estabelecida uma política institucional.

Diante desse cenário, as bibliotecas universitárias adquirem importância estratégica para promover uma cultura de integridade científica nas práticas acadêmicas. Para reforçar a postura responsável do pesquisador e contribuir para o fortalecimento da ética no ambiente universitário, as bibliotecas e os bibliotecários desempenham um papel fundamental, promovendo ações que estimulam o desenvolvimento da dimensão de responsabilidade no uso da informação (Alves; Casarin; Fernández-Molina, 2016).

5.7 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS NA PREVENÇÃO E COMBATE AO PLÁGIO E VIOLAÇÕES DE DIREITOS AUTORAIS

Autores como Burke (2004), Gibson e Chester-Fangman (2011), bem como Idiegbeyan-Ose *et.al* (2018), argumentam que, diante dos problemas causados pelo plágio à integridade acadêmica e aos direitos de propriedade intelectual, torna-se essencial adotar medidas eficazes para enfrentá-lo.

Patterson (2017) afirma que em grande parte das instituições a gestão dos direitos autorais permanece sob responsabilidade das bibliotecas, justificando-se historicamente pelo fato de concentrarem tanto os acervos quanto os meios de reprodução do conhecimento. Embora o ambiente digital tenha descentralizado as práticas de cópia, as bibliotecas ainda se destacam como o local mais adequado para essa gestão por incorporarem princípios como liberdade intelectual, alfabetização informacional, acesso à informação e justiça social. Alerta ainda o autor, que a transferência dessa função para outros setores pode resultar na perda dessas nuances essenciais.

De acordo com Bezerra e Serafim (2018) a competência informacional, também denominada competências em informação, em virtude da ausência de consenso quanto à tradução do termo em inglês, quando estruturada sob a forma de programas educacionais, constitui um importante recurso de apoio ao planejamento pedagógico e ao currículo escolar ou acadêmico, sendo passível de adaptação para distintas faixas etárias, níveis de ensino e etapas da educação superior. O fomento a essa competência se constitui de um mecanismo para dar mobilidade informacional ao pesquisador, auxiliando a mitigar as questões que envolvem o plágio.

Adu e Van der Walt (2021) destacam que o conhecimento a respeito da infraestrutura de direitos autorais nas instituições acadêmicas, especialmente no que se refere aos mecanismos de comunicação dessas informações, é geralmente limitado e insuficiente.

Nota-se, com base nos autores, a fragilidade das universidades e centros de pesquisa em prover orientação clara, acessível e sistematizada sobre as normas e práticas relacionadas à proteção da produção intelectual.

Adu, Asare e Arthur (2024) explicam que o baixo nível de conhecimento sobre direitos autorais por parte da comunidade universitária

esteja, em parte, relacionado ao fato de que tanto estudantes quanto funcionários não estão inseridos nos programas de capacitação disponíveis em seus respectivos ambientes universitários.

Di Valentino (2016) demonstra uma preocupação importante ao perceber que, embora muitos usuários possam conhecer as diretrizes institucionais sobre direitos autorais, uma parte considerável ainda não tem clareza sobre a existência de ações formativas disponíveis. O autor evidencia que, mesmo havendo iniciativas de capacitação, sua efetividade é comprometida quando o público ao qual se destina não tem conhecimento de sua oferta.

Segundo Simões (2024), é fundamental que se estabeleça um equilíbrio entre a proteção dos direitos autorais e o acesso à informação, ao conhecimento e à cultura, de modo a permitir que as bibliotecas universitárias cumpram adequadamente sua missão de apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação. Nesse contexto, destaca-se a relevância da implementação de uma política institucional de direitos autorais, especialmente no âmbito das bibliotecas universitárias, reconhecidas como espaços para fomentar a produção de conhecimento.

Reitera-se a importância de intensificar esforços voltados à implementação e à ampla divulgação de iniciativas que promovam o desenvolvimento de competências informacionais, especialmente no que se refere às dimensões legais, éticas e sociais relacionadas ao acesso e ao uso da informação no ambiente universitário. Tal direcionamento contribui para o enfrentamento mais adequado do plágio acadêmico, além de fortalecer práticas responsáveis e alinhadas aos fundamentos éticos e jurídicos que orientam a gestão e a utilização da informação nas universidades brasileiras (Alves; Casarin; Fernández-Molina, 2016).

6. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com objetivo exploratório-descritivo, e foi desenvolvida em etapas metodológicas sequenciais e complementares. Os instrumentos técnicos utilizados incluem pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e questionário para captar informações sobre os desafios e práticas atuais relacionadas ao plágio e direitos autorais no contexto acadêmico. Examinou-se a literatura científica e a legislação pertinente à área de direitos autorais para composição do material didático de boas práticas de Direitos Autorais.

6.1 ETAPAS METODOLÓGICAS

A pesquisa se concretizou a partir das etapas dispostas na Figura 5.

Figura 5: Percurso metodológico.



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando *NotbookLM* (2026).

Inicialmente, a pesquisa foi estruturada a partir de duas frentes complementares de investigação. A primeira consistiu no levantamento das iniciativas desenvolvidas por bibliotecas universitárias brasileiras relacionadas à prevenção do plágio acadêmico e à promoção do respeito aos direitos autorais. Essa etapa teve como objetivo identificar práticas institucionais já existentes, possibilitando a realização de um processo de *benchmarking*, no qual experiências consolidadas foram observadas e

analisadas como referência para subsidiar a proposição de ações no contexto desta pesquisa.

A segunda frente buscou compreender a perspectiva dos estudantes acerca do tema. Para isso, foi realizado um levantamento junto aos discentes, com o propósito de dimensionar suas percepções, conhecimentos e práticas relacionados ao plágio acadêmico e aos direitos autorais. Essa etapa teve como finalidade fornecer subsídios empíricos que orientassem a elaboração do produto educacional proposto, garantindo que sua construção estivesse alinhada às necessidades informacionais e formativas do público-alvo da pesquisa.

Com base nessa estrutura investigativa, o percurso metodológico foi organizado em etapas sequenciais. A primeira etapa consistiu no levantamento bibliográfico e documental sobre plágio acadêmico e direitos autorais, visando à construção de um referencial teórico e normativo que subsidiou a pesquisa. Em seguida, foi realizado o mapeamento das instituições públicas de ensino superior que integraram o estudo, a fim de identificar aquelas cujas experiências serviram para direcionar ações a serem propostas nesta pesquisa.

Na terceira etapa, realizou-se a coleta e mensuração das ações adotadas por essas instituições, especificamente pelos seus sistemas de bibliotecas, no enfrentamento ao plágio e à violação de direitos autorais. Esta análise foi feita por meio da observação sistemática dos conteúdos disponíveis nos sites institucionais desses sistemas de bibliotecas.

Posteriormente, visando dimensionar o ambiente específico eleito para esta pesquisa, a UFAM, elaborou-se um instrumento (APÊNDICE C) direcionado aos estudantes de graduação que fizeram parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) UFAM nos últimos 5 anos, com o propósito de captar impressões, conhecimentos e práticas relacionadas ao plágio e aos direitos autorais. Após a definição da amostra, o instrumento foi aplicado por meio de formulário *online*.

Concluída a etapa de aplicação, as respostas obtidas foram analisadas com base em técnicas de análise de conteúdo e estatística descritiva, de modo a identificar tendências, lacunas e necessidades

formativas. A partir dos dados coletados e das análises realizadas, foram levantados os principais elementos para subsidiar a construção de um material didático sobre boas práticas em direitos autorais, o qual foi produzido e disponibilizado em formato digital.

Essa estrutura metodológica assegurou a consistência e a aplicabilidade dos resultados, contribuindo para o fortalecimento das ações educativas e preventivas no âmbito da UFAM e, potencialmente, em outras instituições de ensino superior.

6.2 DETALHAMENTO DO FLUXOGRAMA METODOLÓGICO

A operacionalização desta pesquisa seguiu uma sistematização sequencial, dividida em sete fases interconectadas, conforme representado visualmente na Figura 5. O detalhamento a seguir tem como objetivo descrever, com precisão, as ações, ferramentas e fontes utilizadas em cada etapa, justificando as escolhas metodológicas e demonstrando o rigor aplicado na coleta e análise dos dados.

Etapa Metodológica 1: Levantamento Bibliográfico

Esta etapa envolveu a escolha das fontes de informação de acordo com a abrangência de documentos e território de cobertura, criação e refinamento das estratégias a serem utilizadas para obtenção de resultados satisfatórios.

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, foram consultadas diversas fontes primárias e secundárias que fundamentam teoricamente e cientificamente o tema em questão. Essas fontes podem ser organizadas em pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, conforme a natureza dos materiais analisados.

No âmbito da pesquisa documental, foram examinadas legislações e políticas institucionais, consideradas fontes primárias relevantes para a compreensão do arcabouço normativo e institucional relacionado ao direito autoral.

Por sua vez, a pesquisa bibliográfica compreendeu a análise de livros, artigos acadêmicos e dissertações voltadas à área do direito autoral, que contribuíram para a fundamentação teórica e científica da investigação.

A pesquisa bibliográfica foi conduzida por meio de plataformas como o Portal de Periódicos da CAPES, o Portal OasisBr e o site do PROFNIT, especificamente na seção dedicada aos trabalhos de conclusão de curso de seus egressos. Essas bases disponibilizam artigos científicos, teses, dissertações e outros documentos que serviram de suporte para a construção dos debates propostos neste estudo. Foram selecionadas obras tanto clássicas quanto contemporâneas, conforme a pertinência e a relevância dos conteúdos identificados.

A estratégia de busca adotada nesta pesquisa envolveu a utilização dos seguintes termos em português: *“bibliotecas OR bibliotecas acadêmicas OR bibliotecas universitárias OR educação superior AND ética em pesquisa OR direito autoral OR plágio OR práticas de citação”*, e em inglês: *“libraries OR Academic libraries OR University libraries OR higher education AND Research ethics OR copyright OR plagiarism OR Citation practices”*. Esses descritores foram aplicados sempre que possível nas funcionalidades de busca avançada das bases de dados.

No caso específico dos trabalhos de conclusão de curso disponíveis no site do PROFNIT, por limitações da ferramenta, optou-se pela utilização dos termos em português de forma isolada. Com o objetivo de garantir a atualidade e a relevância dos resultados, as buscas foram centradas sempre que possível no período de 2015 a 2025 em todas as plataformas consultadas.

Etapa Metodológica 2: Mapeamento das ações desenvolvidas pelas bibliotecas universitárias brasileiras.

Foram adotados dois procedimentos para selecionar os sistemas de bibliotecas universitárias públicas para o levantamento das ações executadas para enfrentar a questão do plágio no ambiente acadêmico. O primeiro (p1) envolve o Ranking Universitário Folha (RUF), sendo considerados os sistemas de bibliotecas das vinte primeiras universidades públicas brasileiras melhores ranqueadas. O segundo procedimento (p2) se configurou na

disponibilização de um instrumento elaborado e enviado na Lista de discussão da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU), onde integram bibliotecários pertencentes aos diversos sistemas de bibliotecas universitárias existentes no Brasil visando levantar preliminarmente as instituições que possuíam ações relacionadas ao combate ao plágio e violações de direitos autorais.

p1) Ranking RUF

Para atender ao objetivo específico de identificar iniciativas dos sistemas de bibliotecas de universidades públicas brasileiras voltadas ao combate ao plágio e à violação dos direitos autorais, adotou-se como referência o Ranking Universitário Folha (RUF). Embora existam outros instrumentos de avaliação, tanto em âmbito nacional quanto internacional, como o Índice Geral de Cursos (IGC), elaborado pelo Ministério da Educação, e rankings internacionais como o Center for World University Rankings, QS World University Rankings e o Times Higher Education World University Rankings, a escolha pelo RUF justifica-se por sua ampla utilização em pesquisas científicas no contexto brasileiro.

O RUF, criado em 2012 pelo jornal Folha de S.Paulo, consiste em uma avaliação do ensino superior cuja metodologia é inspirada em rankings internacionais. O instrumento classifica as instituições em duas categorias: universidades e cursos. Utilizou-se a categoria “universidades”, que avalia e classifica instituições públicas e privadas credenciadas pelo MEC, com base em cinco indicadores: ensino, pesquisa, inovação, internacionalização e mercado. Essa escolha permitiu a definição de um recorte consistente e comparável entre as instituições analisadas.

O Quadro 1 mostra, com base no Ranking RUF 2025, as vinte melhores universidades públicas do Brasil.

Quadro 1: Vinte melhores universidades públicas no Brasil (2025).

1	Universidade de São Paulo (USP)
2	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
3	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
4	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

5	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
6	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
7	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
8	Universidade de Brasília (UNB)
9	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
10	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)
11	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
12	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
13	Universidade Federal de Goiás (UFG)
14	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
15	Universidade Federal Fluminense (UFF)
16	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
17	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
18	Universidade Federal de Viçosa (UFV)
19	Universidade Federal do Ceará (UFC)
20	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Fonte: Ranking RUF (2025).

O Quadro 1 apresenta, com base no Ranking RUF 2025, as vinte universidades públicas brasileiras mais bem classificadas, que foram identificadas como universo de análise para o levantamento das informações institucionais relacionadas às ações de enfrentamento ao plágio acadêmico e à promoção do respeito aos direitos autorais. Ressalta-se que, nesta etapa, essas instituições foram utilizadas exclusivamente como referência para a identificação e análise das práticas divulgadas por seus sistemas de bibliotecas, especialmente por meio de informações disponibilizadas em seus sites institucionais.

p2) Lista de discussão da CBBU

Para ampliar o levantamento, foi elaborado um instrumento *online* na plataforma *Google forms*, composto de quatro questões relacionadas à

vinculação do sistema de bibliotecas, nome do sistema de biblioteca, existência de iniciativas no sistema de bibliotecas voltadas para o combate ao plágio e violação de direitos autorais, e localização no *site*.

Em seguida o instrumento foi enviado à Lista de discussão da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU) da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), criada como um “o espaço de aprendizado coletivo e que vêm se firmando como importante plataforma de troca de experiências entre os profissionais que atuam nas Bibliotecas Universitárias” (<https://www.febab.org/cbbu/lista-de-discussao/>), onde participam bibliotecários de todo o país.

A coleta de dados foi realizada no período de 10 a 24 de fevereiro de 2025. Obteve-se vinte respostas ao instrumento de pesquisa enviado à Lista de discussão da CBBU, sendo quatro destas descartadas em função de serem instituições privadas, que não se enquadram no escopo previamente selecionado para ser analisado nesta pesquisa.

As respostas obtidas no instrumento dizem respeito aos sistemas de bibliotecas da Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Alfenas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Universidade Federal de Roraima, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Instituto Federal de São Paulo, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal do Rio de Janeiro (2 respostas, uma foi descartada), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Oeste da Bahia, Universidade Federal de São Carlos (2 respostas, sendo uma descartada) e Universidade Federal de Santa Catarina.

Entre as instituições que não estão presentes no Ranking, estão os sistemas de bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Universidade Federal de Roraima, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Instituto Federal de São Paulo, Universidade Federal do Piauí e Universidade Federal do Oeste da Bahia.

A partir da integração das informações provenientes de duas fontes, o Ranking Universitário Folha (RUF) 2025 e as respostas ao instrumento de

coleta enviado à Lista de Discussão da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU), foram identificados os sistemas de bibliotecas de universidades públicas que fizeram parte da pesquisa. Após a eliminação de duplicidades entre as instituições já constantes no RUF e aquelas que responderam ao questionário enviado, foi elaborada uma lista única de sistemas de bibliotecas. Como resultado desse processo, chegou-se à composição final da amostra com 27 sistemas de bibliotecas de universidades públicas, conforme o fluxo metodológico apresentado na Figura 6.

Figura 6: Fluxo da seleção dos sujeitos integrantes da pesquisa.



Fonte: Autoria própria (2025).

Diante do exposto, os sistemas de bibliotecas das instituições públicas de ensino superior selecionados para serem sujeitos do levantamento sobre instrumentos de combate ao plágio e mitigação de violação de direitos autorais da pesquisa, estão demonstrados em ordem alfabética conforme o Quadro 2.

Quadro 2: Instituições públicas de ensino superior selecionadas

1	Instituto Federal de São Paulo (IFSP)
2	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
3	Universidade de Brasília (UNB)
4	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
5	Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)

6	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
7	Universidade Federal da Bahia (UFBA)
8	Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)
9	Universidade Federal de Goiás (UFG)
10	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
11	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
12	Universidade Federal de Roraima (UFRR)
13	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
14	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
15	Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)
16	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
17	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
18	Universidade Federal de Viçosa (UFV)
19	Universidade Federal do Ceará (UFC)
20	Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)
21	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
22	Universidade Federal do Piauí (UFPI)
23	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
24	Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
25	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
26	Universidade Federal Fluminense (UFF)
27	Universidade de São Paulo (USP)

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Etapa metodológica 3: Mensuração da atuação das instituições contra o plágio

Coleta e mensuração da forma como as instituições pesquisadas, especificamente seus sistemas de bibliotecas, atuam para mitigar as questões que envolvem o plágio e a violação de direitos autorais no contexto

acadêmico por meio da análise dos sites principais dos sistemas de bibliotecas.

A partir da lista das instituições públicas de ensino superior definidas, analisou-se no período de 24 de janeiro a 01 de março de 2025, os sites principais dos sistemas de bibliotecas das instituições com objetivo de identificar ações realizadas para mitigar/orientar quanto a questões de plágio e de violação de direitos autorais. Tomou-se por variáveis de análise a presença de *softwares* de detecção de plágio gratuitos e assinados, manual de Propriedade Intelectual geral, disponibilização de vídeos da plataforma Youtube elaborados pelos sistemas de bibliotecas, cartilha e materiais correspondentes ao plágio e direito autoral.

Essa etapa teve como finalidade verificar o grau de engajamento das bibliotecas universitárias na promoção da integridade acadêmica e na difusão de informações que contribuam para a formação ética dos usuários no que tange à observância dos direitos autorais.

Etapa metodológica 4: Instrumento de coleta de dados (alunos PIBITI)

O instrumento (APÊNDICE C) foi desenvolvido com o intuito de atender aos objetivos específicos 3 e 4 do estudo, quais sejam: investigar o conhecimento da comunidade universitária da UFAM sobre plágio e direitos autorais e subsidiar a elaboração de material didático para promoção de boas práticas autorais no contexto acadêmico.

O instrumento foi elaborado com base em revisão prévia de literatura, legislações e iniciativas institucionais sobre o tema, de acordo com os objetivos da pesquisa. O questionário foi disponibilizado por meio da plataforma Google Forms, visando à ampla acessibilidade e facilidade na análise das respostas.

A estrutura do questionário foi organizada em quatro blocos temáticos:

- (i) perfil do respondente;
- (ii) conhecimento sobre direitos autorais;
- (iii) conhecimento sobre plágio acadêmico;
- (iv) práticas formativas e sugestões para a construção de materiais educativos.

O instrumento incluiu perguntas fechadas (de múltipla escolha e de escala) e abertas (respostas discursivas), permitindo tanto a quantificação quanto a captação de percepções qualitativas.

Os dados obtidos nesta etapa subsidiaram a análise do nível de conhecimento e das lacunas formativas existentes na instituição, orientando a elaboração de um material didático voltado para a prevenção do plágio e a promoção do respeito aos direitos autorais no âmbito do ensino superior.

Etapa metodológica 5: Sujeitos da pesquisa

Nesta etapa, foram definidos os sujeitos da pesquisa, bem como disponibilizado o instrumento de coleta de dados.

Considerando o objetivo de investigar o nível de conhecimento da comunidade acadêmica da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) sobre plágio e direitos autorais, optou-se por direcionar a estudantes de graduação que integraram o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) UFAM nos últimos 5 editais, que corresponde ao período entre 2020 e 2025.

A escolha pela aplicação do instrumento exclusivamente junto aos estudantes de graduação que participaram do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), nos últimos cinco anos, justifica-se em razão dos objetivos e características inerentes ao referido Programa, que visa estimular os estudantes de graduação ao desenvolvimento e à transferência de novas tecnologias e inovações, mediante a participação em atividades de pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico, conforme estabelecido nas diretrizes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e implementado pela UFAM.

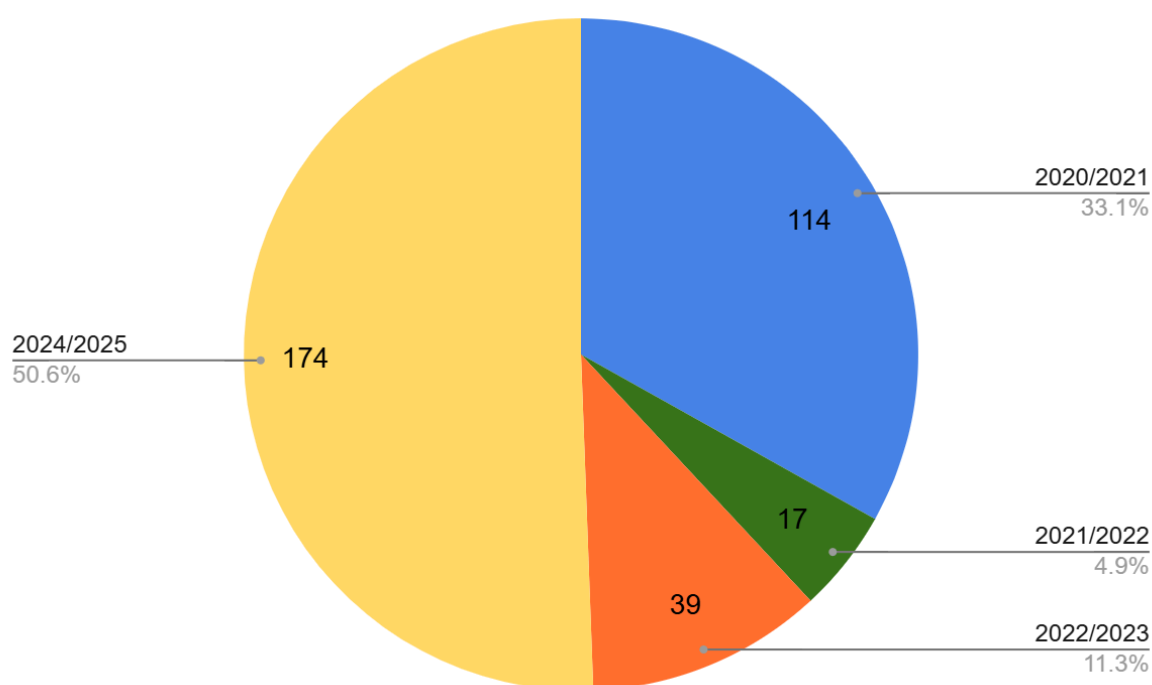
De acordo com informações disponibilizadas pela Pró-Reitoria de Inovação Tecnológica (PROTEC/UFAM), o Programa tem como finalidade contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicam ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País, bem como à promoção do empreendedorismo e da cultura da proteção intelectual.

Dessa forma, os bolsistas do PIBITI constituem uma amostra qualificada, uma vez que possuem experiência direta com práticas de inovação, desenvolvimento tecnológico e, muitas vezes, com processos relacionados à propriedade intelectual, transferência de tecnologia e proteção de criações. Além disso, conforme destacado pela PROTEC, os projetos vinculados ao PIBITI são orientados por docentes e Técnicos Administrativos em Educação com entrega de relatório parcial e final, documento que descreve as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos durante o período definido no cronograma do edital.

Ao delimitar o público-alvo aos estudantes participantes do PIBITI nos últimos cinco anos, buscou-se captar as impressões de indivíduos que vivenciaram recentemente as atividades e os desafios relacionados ao desenvolvimento tecnológico e à inovação no âmbito acadêmico. Tal recorte temporal também visou assegurar a relevância das respostas para a compreensão das práticas mais recentes adotadas pela UFAM e pela sua comunidade acadêmica no contexto do plágio e violações do direito autoral.

O total de discentes de graduação que participaram do PIBITI no período analisado corresponde a 462 (Gráfico 1).

Gráfico 1: Quantitativo de participantes PIBITI.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Observa-se que o reduzido número de participantes entre as edições de 2020 a 2023 reflete os impactos provocados pela pandemia de COVID-19, que comprometeu a realização de atividades presenciais voltadas à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.

Para a coleta dos dados, um *link* de acesso ao formulário foi amplamente divulgado entre o período de 10/11/2025 a 09/03/2026 por meio dos canais institucionais da UFAM, incluindo *e-mails*, redes sociais, grupos acadêmicos e demais meios digitais, com o intuito de alcançar o maior número possível de participantes e garantir a representatividade dos dados coletados.

Adicionalmente houve coleta de *e-mails* presencialmente para envio do formulário durante a trigésima quarta edição do Congresso de Iniciação Científica (CONIC) na UFAM/Sede (Manaus), realizado entre os dias 03 e 05 de dezembro de 2025, onde os participantes do PIBITI estavam expondo suas pesquisas.

A participação foi voluntária, precedida pela apresentação de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e os dados foram tratados com confidencialidade, respeitando os princípios éticos que regem a pesquisa científica.

Essa etapa foi fundamental para garantir a coleta de dados primários que serviriam de base para a análise do conhecimento institucional sobre plágio e direitos autorais e, posteriormente, para a elaboração de material educativo destinado à promoção de boas práticas acadêmicas na UFAM.

Etapa metodológica 6: Análise dos dados

A análise das respostas obtidas por meio do questionário aplicado junto à comunidade universitária da UFAM buscou identificar o grau de conhecimento, percepção e práticas relacionadas ao plágio e aos direitos autorais no contexto acadêmico. Os dados permitiram observar tendências, lacunas formativas e demandas pedagógicas. As respostas foram extraídas da plataforma *Google Forms* e organizadas em planilha eletrônica para tratamento estatístico.

Etapa metodológica 7: Definição do material pedagógico

Esta etapa consistiu na escolha do formato para a elaboração de um material didático educativo sobre boas práticas de direito autoral voltado à comunidade universitária da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

O material didático foi concebido com caráter preventivo, educativo e acessível, visando ao fortalecimento da cultura de integridade acadêmica, à difusão do conhecimento sobre direitos autorais e à orientação prática quanto à correta utilização, citação e produção de conteúdos acadêmicos. São considerados os formatos apontados como mais eficazes pelos respondentes do questionário, como cartilhas digitais, vídeos explicativos e infográficos, compondo um conjunto de recursos complementares. A pesquisa adotou cartilha e vídeo como recurso considerando o que foi dimensionado na análise dos dados.

Para a definição dos conteúdos, foram selecionados elementos centrais, como: conceito e fundamentos dos direitos autorais no Brasil; plágio acadêmico: tipos, consequências e formas de prevenção; uso legal de obras protegidas no contexto educacional; direitos morais e patrimoniais dos autores; boas práticas de citação e referência (normas e ferramentas); atribuição correta de autoria e coautoria científica e licenciamento aberto, domínio público e uso de obras com licenças livres.

A linguagem do material foi dimensionada para o público-alvo e para os objetivos pedagógicos, buscando conciliar clareza, precisão e aplicabilidade. O conteúdo foi redigido com base na legislação vigente (notadamente a Lei nº 9.610/1998), nas diretrizes institucionais e nos princípios da integridade acadêmica.

A etapa definiu o produto educacional da pesquisa, o qual se propõe a servir como instrumento formativo e de apoio institucional para a mitigação do plágio e a promoção do respeito aos direitos autorais no âmbito do ensino superior.

6.3 MATRIZ DE VALIDAÇÃO

O percurso metodológico desenvolvido nesta pesquisa foi planejado de forma a assegurar o pleno atendimento aos quatro objetivos específicos propostos, estruturando uma sequência lógica e coerente de etapas que permitiram tanto o aprofundamento teórico quanto a obtenção de dados empíricos relevantes. No Quadro 3, apresenta-se a correspondência entre os objetivos específicos e as etapas metodológicas adotadas.

Quadro 3: Relação entre os objetivos específicos e as etapas metodológicas da pesquisa.

Objetivos Específicos	Etapas Metodológicas Correspondentes
1. Examinar a literatura, legislações e jurisprudências sobre plágio e direitos autorais	Etapa 1 – Levantar material bibliográfico e documental sobre plágio e direito do autor
2. Identificar iniciativas dos sistemas de bibliotecas de universidades brasileiras voltadas para o combate ao plágio e violações de direitos autorais	Etapa 2 – Levantar as instituições públicas de ensino superior que irão participar da pesquisa Etapa 3 – Coletar e mensurar as iniciativas dos sistemas de bibliotecas via análise de sites institucionais
3. Investigar o conhecimento da comunidade universitária da UFAM sobre plágio e direitos autorais	Etapa 4 – Construção do questionário para captação de dados Etapa 5 – Definir a amostra e aplicar o questionário Etapa 6 – Analisar as respostas obtidas
4. Estruturar e elaborar o material didático para boas práticas de Direitos Autorais	Etapa 7 – Levantar elementos e criar o material didático com base nos dados empíricos e teóricos obtidos

Fonte: Autoria própria (2025).

O objetivo específico 1, examinar a literatura, legislações e jurisprudências sobre plágio e direitos autorais, foi contemplado na etapa metodológica 1, dedicada ao levantamento bibliográfico e documental. Nessa fase, foram reunidos e analisados fundamentos teóricos, normativos e jurisprudenciais que permitiram compreender o arcabouço legal e conceitual da temática, oferecendo sustentação científica às fases subsequentes.

O objetivo específico 2, identificar iniciativas dos sistemas de bibliotecas de universidades brasileiras voltadas para o combate ao plágio e violações de direitos autorais, foi operacionalizado por meio da etapa

metodológica 2, que consistiu na seleção das instituições públicas de ensino superior participantes, e da etapa metodológica 3, na qual foi realizada a análise dos sites institucionais dos sistemas de bibliotecas. Essa análise teve por finalidade identificar estratégias, políticas, ações educativas e uso de ferramentas voltadas à prevenção do plágio e à promoção dos direitos autorais no contexto acadêmico.

O objetivo específico 3, investigar o conhecimento da comunidade universitária da UFAM sobre plágio e direitos autorais, foi contemplado na etapa metodológica 4, com a construção e aplicação do instrumento de coleta (questionário); na etapa metodológica 5, que definiu a amostra e operacionalizou a aplicação do questionário; e da etapa metodológica 6, dedicada à análise dos dados obtidos. Essa sequência possibilitou mapear o nível de compreensão, as percepções e as práticas da comunidade acadêmica em relação à temática.

Por fim, o objetivo específico 4, estruturar e elaborar o material didático para boas práticas de Direitos Autorais, foi desenvolvido na etapa metodológica 7, a partir da síntese das evidências levantadas nas fases anteriores. O material foi elaborado considerando as lacunas identificadas, os conteúdos mais demandados e os formatos preferidos pelos participantes, com o intuito de constituir um recurso educativo eficaz para a mitigação do plágio e a promoção da integridade acadêmica.

Dessa forma, destaca-se que da etapa metodológica foi diretamente vinculada ao cumprimento de um ou mais objetivos específicos da pesquisa, garantindo a coesão entre os propósitos do estudo e os procedimentos adotados para sua realização.

7. RESULTADOS

Os resultados apresentados nesta seção correspondem ao atendimento dos objetivos específicos e, portanto, expostos em dois momentos relacionados ao proposto para:

(i) identificar iniciativas dos sistemas de bibliotecas de universidades brasileiras voltadas para o combate ao plágio e às violações de direitos autorais. Para tanto, foi realizado um levantamento abrangente do panorama de ações desenvolvidas por esses sistemas no período de 2019 a 2024, com especial atenção para os tipos de ações disponibilizadas nos respectivos sites institucionais. Além disso, a análise contemplou a frequência das capacitações oferecidas pelos sistemas de bibliotecas ao longo desse intervalo temporal, bem como as modalidades adotadas para a realização dessas atividades, considerando-se as diferentes estratégias de ensino implementadas. As informações reunidas e sistematizadas buscam fornecer uma visão detalhada e atualizada sobre o agir das bibliotecas universitárias públicas brasileiras na promoção da integridade acadêmica e na difusão de boas práticas relacionadas ao uso ético da informação;

(ii) investigar o conhecimento da comunidade universitária da UFAM sobre plágio e direitos autorais. Foi elaborado e divulgado um questionário que permitiu identificar o perfil dos estudantes participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) da UFAM, bem como analisar seus conhecimentos, percepções e práticas relacionadas aos direitos autorais e ao plágio acadêmico. Para isso, o instrumento reuniu questões sobre a formação e o vínculo institucional dos respondentes, o nível de familiaridade com a legislação de direitos autorais, a compreensão do conceito de plágio e de suas consequências, além das orientações recebidas ao longo da formação acadêmica. Também investigou o uso de ferramentas de verificação de similaridade, as práticas adotadas na elaboração de citações e

referências, além das necessidades formativas dos estudantes, visando subsidiar a elaboração de material educativo sobre o tema.

7.1 PANORAMA DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NOS SISTEMAS DE BIBLIOTECAS DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (2019-2024)

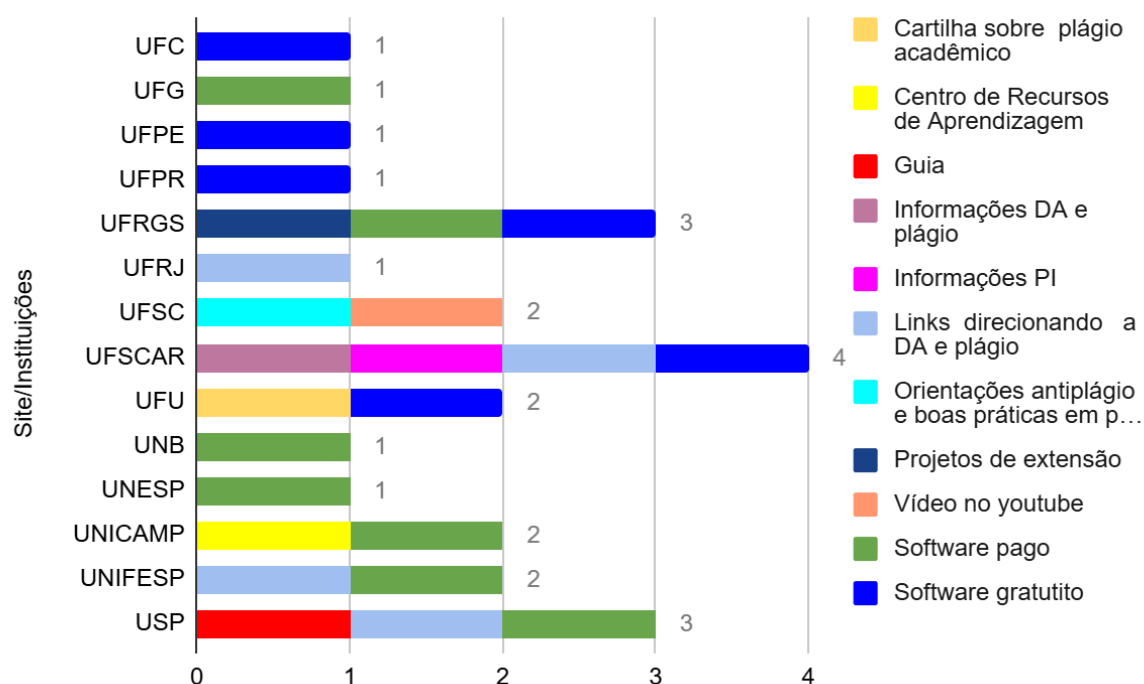
O panorama a seguir demonstra como os sistemas de bibliotecas das universidades brasileiras analisadas atuam no combate ao plágio e às violações de direitos autorais, com base nas iniciativas identificadas em seus sites institucionais, a partir da observação da presença de *softwares* de detecção de plágio gratuitos e assinados, manual de Propriedade Intelectual geral, disponibilização de vídeos da plataforma Youtube elaborados pelos sistemas de bibliotecas sobre a temática em exame, cartilha e materiais correspondentes ao plágio e direito autoral nos *sites*.

A partir da análise dos vinte e sete (27) sites dos sistemas de bibliotecas selecionados como sujeitos, foi possível identificar iniciativas de combate ao plágio e informações referentes ao direito autoral disponibilizadas.

Treze (13) sistemas de bibliotecas não disponibilizam em seus sites iniciativas de combate ao plágio e informações referentes ao direito autoral, totalizando 48,1%, permitindo observar pelo percentual que 51,9%, ou seja, quatorze (14) sistemas disponibilizam informações para seu público.

Em relação às ações disponibilizadas nos sites dos sistemas de bibliotecas, observou-se predominância na oferta de *softwares* de detecção de plágio gratuitos e assinados em 12 instituições, além de *links* úteis direcionando para informações sobre direitos autorais e plágio em quatro sites como evidenciado no Gráfico 2.

Gráfico 2: Tipos de ações disponibilizadas nos sites dos sistemas de bibliotecas por instituição.



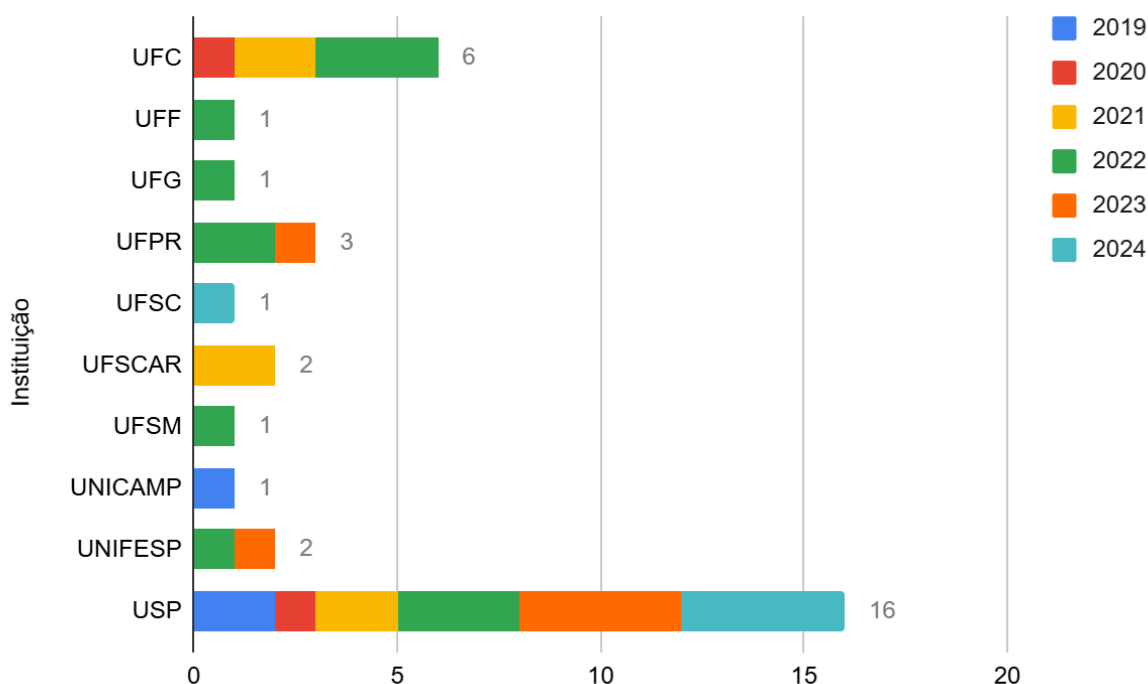
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 2 apresenta um panorama das ferramentas e recursos informacionais oferecidos por diversas instituições de ensino superior brasileiras em seus sites para o combate ao plágio e promoção da integridade acadêmica, demonstrando uma abordagem mais instrumental e operacional para o enfrentamento da questão.

Observa-se também, uma menor incidência de iniciativas voltadas à disseminação de conteúdos informativos, como links úteis, guias e vídeos sobre direitos autorais e plágio, identificadas em apenas cinco instituições. Nota-se que embora haja investimento em mecanismos de controle e verificação, ainda é reduzida a atuação das bibliotecas no campo formativo e educativo, especialmente no que se refere à promoção da conscientização e à construção de uma cultura ética no uso da informação.

Além das ferramentas apontadas, os sistemas de bibliotecas investigados também ofertaram para seu público, no período de 2019 a 2024, capacitações envolvendo a temática do plágio e direitos autorais, cuja frequência da oferta está disposta no Gráfico 3.

Gráfico 3: Frequência das capacitações oferecidas pelos sistemas de bibliotecas no período de 2019-2024.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os dados demonstram que 2022 apresentou a maior concentração de capacitações oferecidas pelos sistemas de bibliotecas, enquanto 2019 registrou menor número de iniciativas voltadas aos direitos autorais e ao combate ao plágio. Essa variação sugere que as ações formativas sobre a temática não ocorreram de maneira contínua ao longo do período analisado, apresentando oscilações entre os anos. O aumento observado em 2022 pode estar relacionado à ampliação das discussões institucionais sobre integridade acadêmica e ao maior uso de atividades formativas em ambientes digitais, especialmente após as transformações ocorridas no contexto educacional a partir de 2020.

O Quadro 4 evidencia a quantidade das capacitações ofertadas categorizadas por temática.

Quadro 4: Quantidade das capacitações oferecidas pelos Sistemas de Bibliotecas entre 2019-2024 categorizadas por temática.

Categoria	Quantidade
Integridade acadêmica e ética na pesquisa	6
Plágio e prevenção	7
Direitos autorais	3
Ferramentas antiplágio	11
Inteligência artificial e integridade	3
Capacitação geral em informação científica	2

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nos sites dos sistemas de bibliotecas do IFSP, UENP, UFBA, UFMG, UFOB, UFPE, UFPI, UFRGS, UFRJ, UFRN, UFRR, UFU, UFV UNB, INIFAL e UNILAB não foram localizadas capacitações no período entre 2019 e 2024 sobre a temática abordada, indicando falta de ações formadoras para combater o plágio e promover o entendimento sobre os direitos autorais, o que implica na ausência de um trabalho mais abrangente junto aos usuários.

A categoria inteligência artificial e integridade aparece em destaque no último ano analisado, pode-se inferir que a oferta de capacitação na temática visa se adequar à atualidade dos elementos que têm impactado na produção dos pesquisadores.

Por outro lado, a UFC, UFF, UFG, UFPR, UFSC, UFSCAR, UFSM, UNICAMP, UNIFESP, e USP, realizaram ações mais consistentes por meio dos seus sistemas de bibliotecas. Nota-se esforço gradual para enfrentar o problema, mas com uma oferta de formação ainda insuficiente ou intermitente.

A agência de bibliotecas da USP se destaca com uma frequência mais constante de capacitações ao longo dos anos (2019 a 2024), apresentando um número crescente de formações a partir de 2020, totalizando 16. Percebe-se uma abordagem mais estruturada e comprometida com o combate ao plágio e à conscientização sobre direitos autorais de forma a atingir uma grande parte dos usuários.

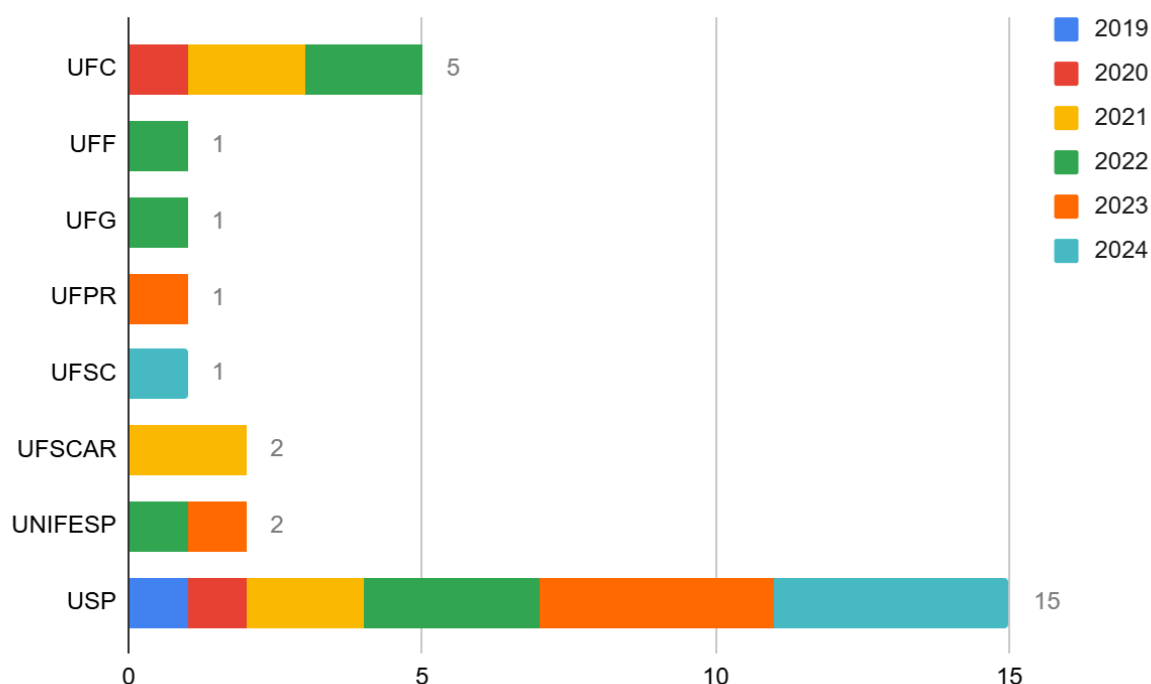
Observa-se que as capacitações, quando oferecidas, ocorreram de forma pontual e isolada, não sendo estruturadas como ações contínuas, com

exceção da USP. Além disso, verifica-se uma variação na oferta dessas atividades ao longo dos anos, o que pode indicar a ausência de um programa institucional estruturado que assegure a realização regular desses treinamentos e, conseqüentemente, comprometido com a sua efetividade. Em 2022, por exemplo, a UFC e a UFPR aumentaram a oferta em 3 e 2 capacitações respectivamente, mas, no ano seguinte, essas iniciativas foram suprimidas novamente (não foram ofertadas capacitações na temática), evidenciando uma falta de regularidade nas ações.

O cenário sinaliza que o tema do plágio e direitos autorais não é tratado como uma prioridade constante pelos sistemas de bibliotecas universitárias públicas no Brasil, mas sim de forma esporádica e dependente de recursos ou de iniciativas pontuais.

Identificou-se trinta e quatro capacitações voltadas para o direito autoral e combate ao plágio. As modalidades de oferta destes treinamentos variaram entre *on-line* e presencial, como descrevem os Gráficos 4 e 5.

Gráfico 4: Capacitações *on-line* oferecidas pelos sistemas de bibliotecas no período de 2019-2024.



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

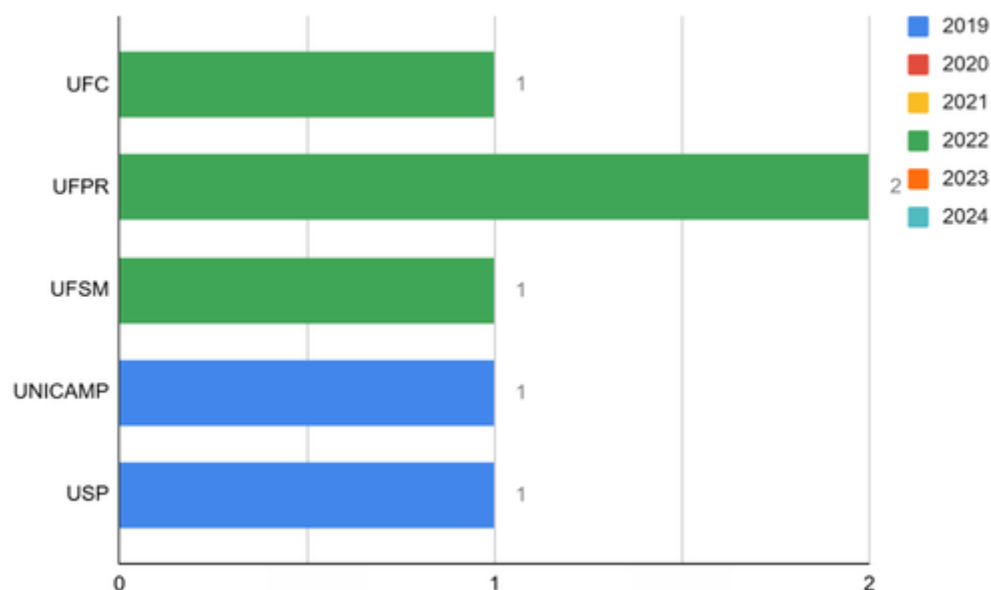
Verifica-se no Gráfico 4 uma maior concentração de capacitações *online* a partir do ano de 2020, o que pode estar associado ao contexto da pandemia de COVID-19, que impulsionou a adoção de tecnologias digitais e a ampliação de atividades remotas no ambiente acadêmico. A Agência de Bibliotecas da USP se destaca com 15 capacitações no período, evidenciando uma grande oferta de conteúdos digitais na expectativa de atingir um número maior de pessoas. Percebeu-se que pouco menos da metade dessas capacitações ficaram disponíveis, e somam milhares de visualizações na plataforma *youtube*.

Outros sistemas de bibliotecas, como os da UFC, UFF, UFG, UFPR, UFSCAR, UNIFESP e UFSC, também utilizam a modalidade *online* com uma frequência variável, mas de forma irregular. Essa modalidade apresenta como principal vantagem a maior acessibilidade e flexibilidade, uma vez que permite a participação de alunos e docentes conforme sua disponibilidade de tempo e recursos.

Além disso, a manutenção dessas capacitações nos anos posteriores indica a consolidação do formato *online* como estratégia eficiente de alcance e democratização do acesso à informação, permitindo que um número maior de usuários participe das ações formativas promovidas pelas bibliotecas.

Em complemento às ações realizadas em ambiente virtual, o Gráfico 5 apresenta as capacitações presenciais oferecidas pelos sistemas de bibliotecas no período de 2019 a 2024.

Gráfico 5: Capacitações presenciais oferecidas pelos sistemas de bibliotecas no período de 2019-2024 .



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O Gráfico 5 evidencia que o SiBi UFPR se destaca com duas capacitações presenciais no período entre 2019 e 2024. Nota-se uma menor frequência de capacitações presenciais quando comparadas às atividades *online*, estando presente em somente seis das capacitações oferecidas de um total de trinta e quatro.

Essa menor frequência é notada especialmente nos anos de 2020 e 2021, o que pode ser associado às restrições impostas pela pandemia de COVID-19. Observa-se, contudo, uma retomada gradual dessas ações a partir de 2022, indicando o restabelecimento das atividades acadêmicas presenciais e a revalorização de práticas formativas que favorecem a interação direta entre bibliotecários e usuários.

Esse movimento aponta que, embora o formato remoto tenha se consolidado como uma estratégia relevante e de amplo alcance, as capacitações presenciais continuam desempenhando um papel importante, sobretudo no aprofundamento de conteúdos e na mediação pedagógica mais próxima. Dessa forma, os dados direcionam para uma coexistência complementar entre as modalidades, reforçando a necessidade de estratégias híbridas no âmbito das bibliotecas universitárias.

Nesse contexto, seria desejável um maior equilíbrio entre as modalidades de capacitação, pois a diversificação dos formatos favorece a inclusão de diferentes perfis de usuários, considerando suas preferências, estilos de aprendizagem e condições de acesso a recursos tecnológicos. Embora os treinamentos *on-line* sejam mais acessíveis em termos logísticos e financeiros, nem todos os membros da comunidade acadêmica possuem familiaridade com o uso de tecnologias digitais ou acesso adequado à internet e equipamentos para usufruir da oferta em formato remoto. Por outro lado, atividades presenciais possibilitam uma interação mais direta com os instrutores, o esclarecimento imediato de dúvidas e a construção colaborativa do conhecimento.

Assim, a promoção de capacitações acessíveis e contínuas, por meio de múltiplas modalidades, contribui para garantir que toda a comunidade acadêmica tenha oportunidades equânimes de aprender sobre questões essenciais como o plágio e os direitos autorais, fortalecendo a formação ética e responsável no âmbito universitário.

7.2 CONSCIÊNCIA AUTORAL NO CONTEXTO DA UFAM

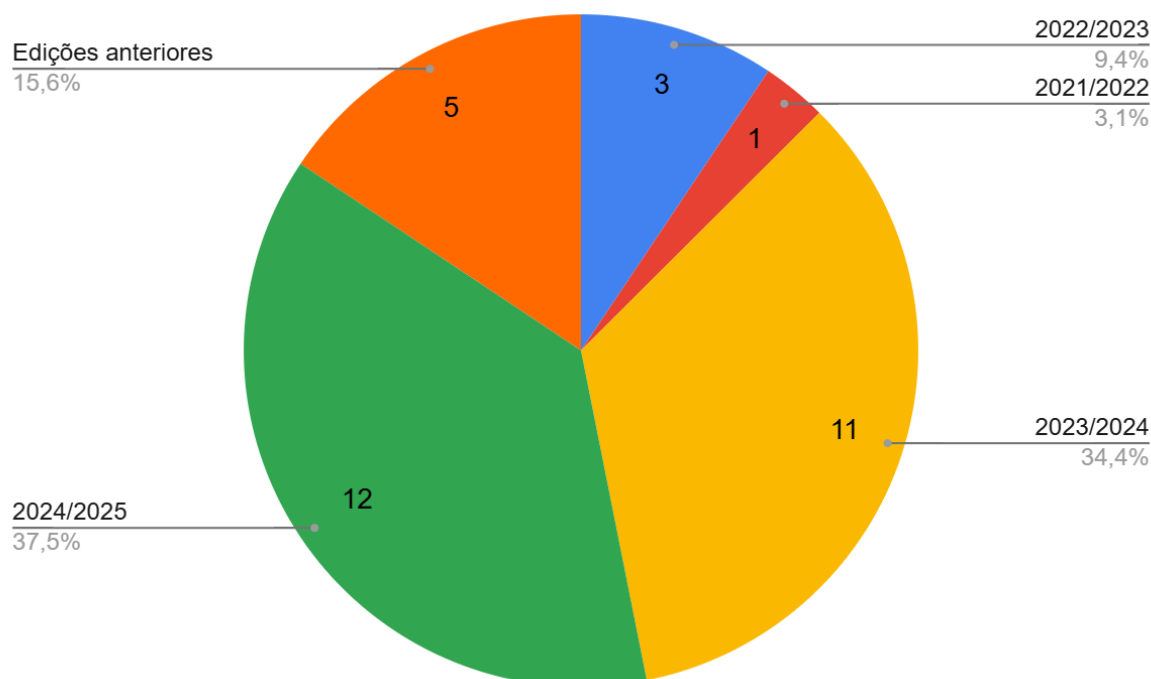
O conjunto de dados apresentado a seguir reúne os resultados obtidos a partir das trinta e duas (32) respostas ao instrumento de coleta de dados aplicado aos participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) no período de 2020 a 2025. As informações coletadas permitiram observar o perfil dos respondentes, bem como identificar seus níveis de conhecimento, percepções e práticas relacionadas aos direitos autorais e ao plágio acadêmico.

A análise das respostas possibilitou identificar diferentes aspectos associados à temática investigada, como o grau de familiaridade dos estudantes com a legislação autoral, a compreensão do conceito de plágio e de suas implicações, as orientações recebidas ao longo da formação universitária e as práticas adotadas na elaboração de citações e referências em trabalhos científicos. Esses elementos permitiram delinear uma visão

geral das experiências e percepções dos discentes sobre o uso adequado da informação no ambiente acadêmico.

Os participantes da pesquisa são discentes que participaram de diferentes edições do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/UFAM), conforme apresentado no Gráfico 6.

Gráfico 6: Edital de participação no PIBITI.



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Em relação à participação nos editais do PIBITI/UFAM, evidencia-se maior presença de estudantes vinculados às edições mais recentes do programa. Observa-se maior concentração de participantes dos editais 2024/2025 (12 respondentes) e 2023/2024 (11 respondentes), seguidos por edições anteriores (5 respondentes), 2022/2023 (3 respondentes) e 2021/2022 (1 respondente).

Esses resultados indicam que a maior parte dos participantes possui vínculo relativamente recente com o programa, o que sugere que as percepções e experiências relatadas refletem, sobretudo, o contexto atual das atividades desenvolvidas no âmbito do PIBITI. A presença de estudantes vinculados a editais anteriores, ainda que em menor número, contribui para ampliar a diversidade temporal das experiências consideradas na análise.

Ao observar a unidade acadêmica de vinculação dos participantes, verifica-se uma distribuição entre diferentes áreas do conhecimento. Destacando-se a Faculdade de Ciências Agrárias (FCA) e o Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB) em Coari, com cinco participantes cada, seguidos pelo Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA) em Humaitá, com quatro respondentes. Também aparecem a Faculdade de Tecnologia (FT) e o Instituto de Ciências Exatas (ICE), com três participantes cada, além de outras unidades com menor representação.

Essa distribuição evidencia maior concentração de respondentes em áreas relacionadas às ciências agrárias, biológicas, saúde, tecnologia e ciências exatas, o que pode estar relacionado com a natureza do PIBITI, que é voltado para inovação e desenvolvimento tecnológico. Ainda assim, a presença de discentes provenientes de unidades das ciências humanas e sociais com 3 respostas, embora menos numerosa, demonstra que o programa também contempla outras áreas do conhecimento dentro da universidade.

Nesse contexto, tal configuração pode impactar a pesquisa ao direcionar os resultados para perspectivas predominantes de áreas técnicas, que possuem dinâmicas próprias de produção e uso da informação, influenciando a compreensão sobre direito autoral e plágio a partir de práticas mais recorrentes nesses campos. Consequentemente, a menor participação das ciências humanas e sociais pode limitar a diversidade de abordagens analíticas, exigindo que a interpretação dos dados considere esse possível viés disciplinar.

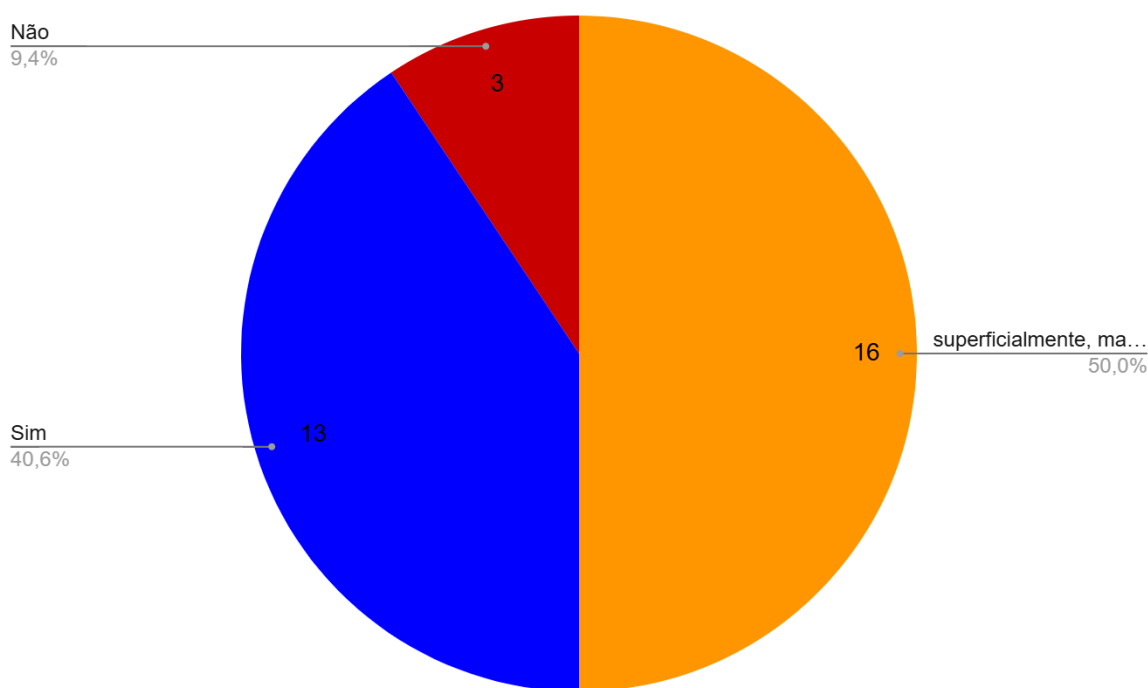
Em relação ao tempo de vínculo dos participantes com a UFAM, observa-se que os respondentes apresentam diferentes níveis de permanência institucional. A maior parte declarou possuir entre 1 e 3 anos de vínculo com a universidade (12 respondentes), seguida por aqueles com 4 a 6 anos (11 respondentes) e por estudantes com mais de 6 anos de vínculo (9 respondentes).

A distribuição indica que o grupo investigado é composto por discentes em diferentes etapas da trajetória acadêmica, abrangendo tanto estudantes em fases iniciais da graduação quanto aqueles com maior tempo de permanência na instituição. Essa diversidade contribui para ampliar a

compreensão das percepções e experiências relacionadas ao plágio acadêmico e aos direitos autorais no contexto da formação universitária.

No que se refere ao conhecimento da Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998), os resultados mostram distintos níveis de familiaridade com a legislação. Entre os 32 respondentes, 12 afirmaram conhecer a Lei, 17 indicaram possuir apenas uma noção superficial de seu conteúdo e 3 declararam não ter conhecimento sobre a norma, conforme demonstrado no Gráfico 7.

Gráfico 7: Conhecimento da Lei nº 9.610/98.



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

De acordo com o Gráfico 7, percebe-se que embora parte dos estudantes reconheça a existência da legislação autoral, predomina entre os participantes uma compreensão limitada acerca de seus dispositivos e implicações. Esse cenário sugere que o contato com o tema durante a formação universitária ocorre, em muitos casos, de maneira pontual ou pouco aprofundada.

A interpretação torna-se ainda mais evidente quando se analisam as respostas referentes ao acesso a conteúdos sobre direitos autorais ao longo da graduação. Dos 32 participantes, 21 afirmaram ter tido contato com o tema de forma superficial, 5 indicaram ter recebido uma abordagem mais

aprofundada e 6 declararam não ter tido acesso a esse tipo de conteúdo durante sua formação acadêmica.

A relação entre esses dados aponta que o nível de conhecimento declarado pelos estudantes tende a refletir a forma como o tema é abordado no processo formativo. A predominância de respostas que afirmam ter contato superficial com conteúdos sobre direitos autorais acompanha o fato de que grande parte dos participantes também relata compreensão limitada da legislação.

Quando analisada a questão referente ao conhecimento sobre o uso legal de obras de terceiros em trabalhos acadêmicos, verifica-se que 16 participantes afirmaram saber como realizar esse procedimento, 12 indicaram possuir apenas conhecimento parcial e 4 declararam não saber como proceder. Os dados demonstram que, embora parte dos estudantes manifeste segurança quanto à utilização de obras de terceiros, uma parcela significativa ainda apresenta dúvidas ou limitações quanto aos procedimentos adequados para o uso de conteúdos protegidos por direitos autorais em produções acadêmicas.

Ademais, a presença de respondentes que afirmam não ter tido acesso a conteúdos sobre direitos autorais durante a graduação reforça a existência de lacunas no processo formativo relacionadas aos aspectos legais do uso da informação e da produção acadêmica. Nesse contexto, os dados apontam para a necessidade de ampliar ações educativas e informativas no ambiente universitário que contribuam para o fortalecimento da compreensão sobre direitos autorais e suas implicações nas atividades de ensino, pesquisa e produção científica.

Buscou-se compreender a percepção dos participantes acerca do conceito de plágio acadêmico, para tanto foi apresentada uma questão aberta na qual os respondentes foram convidados a descrever, com base em seu próprio entendimento, o que caracteriza essa prática. A estratégia permitiu captar diferentes interpretações individuais sobre o tema que foram posteriormente organizadas e categorizadas, conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5: Categorias de compreensão sobre o conceito de plágio entre os respondentes.

Categoria de resposta	Descrição da categoria	Frequência
Cópia sem citação ou sem referência	Entendimento de plágio como reprodução de conteúdo sem indicar a fonte ou autor.	16
Apropriação de autoria ou de ideias	Compreensão do plágio como apropriação do trabalho intelectual de terceiros, total ou parcialmente.	7
Uso indevido de conteúdo de terceiros	Referências ao uso de obras ou informações sem autorização ou sem reconhecimento adequado.	4
Parafraseamento inadequado	Percepção de plágio relacionada à modificação superficial de ideias ou textos de outro autor.	1
Definições amplas ou combinadas	Respostas que mencionam mais de um aspecto do plágio (cópia, apropriação de ideias e ausência de crédito).	2
Total		30

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Evidencia-se que a maioria dos participantes associa o plágio à apropriação indevida de ideias, textos ou produções intelectuais de terceiros sem o devido reconhecimento da autoria. Em diversas respostas, os estudantes mencionam explicitamente a utilização de conteúdos de outra pessoa sem citar a fonte ou sem atribuir os créditos ao autor original. Expressões como “copiar sem citar”, “apresentar o trabalho de outra pessoa como se fosse seu” e “utilizar conteúdo de terceiros sem referência” aparecem com frequência nas definições apresentadas.

Demonstra-se também por meio das respostas, a compreensão do plágio como reprodução total ou parcial de obras sem a indicação da fonte, incluindo textos acadêmicos, pesquisas ou outras formas de produção intelectual. Foram mencionadas ainda situações relacionadas ao compartilhamento ou utilização de conteúdos sem autorização do autor, bem como à apropriação de ideias ou informações provenientes de diferentes fontes sem a devida referência.

Embora a maioria das respostas tenham surgido de uma compreensão geral do plágio como prática associada à ausência de reconhecimento da autoria, observa-se que algumas definições são mais simplificadas ou imprecisas, limitando-se a termos como “cópia” ou “uso indevido”, sem detalhar os elementos que caracterizam essa prática no âmbito acadêmico. Em outros casos, é possível observar interpretações que indicam dúvidas

conceituais, como a associação do plágio à simples reprodução de trechos mesmo quando acompanhados de citação.

De modo geral, as respostas indicam que os estudantes possuem uma noção básica sobre o significado do plágio, especialmente associada à cópia ou à utilização de conteúdos de terceiros sem atribuição de autoria. Entretanto, a diversidade de interpretações observada aponta que o entendimento sobre o tema varia entre os participantes, refletindo diferentes níveis de familiaridade com as normas acadêmicas relacionadas ao uso adequado da informação e à integridade na produção científica.

Essa percepção pode ser relacionada às respostas referentes ao conhecimento das consequências legais do plágio. Quando questionados sobre esse aspecto, 16 participantes afirmaram conhecer tais consequências, 13 indicaram possuir apenas conhecimento parcial e 3 declararam desconhecer-las. Esse resultado sinaliza que, embora parte dos estudantes demonstre alguma familiaridade com os possíveis desdobramentos jurídicos dessa prática, parcela significativa ainda possui compreensão limitada acerca de suas implicações legais.

A análise também pode ser complementada pelas respostas referentes ao recebimento de orientações formais sobre como evitar o plágio ao longo do processo formativo. Nesse caso, 21 participantes indicaram ter recebido orientações durante a realização das disciplinas acadêmicas, 5 relataram participação em oficinas ou treinamentos específicos e 6 afirmaram não ter recebido qualquer orientação formal sobre o tema. Os dados sugerem que, embora a temática esteja presente em determinados momentos da formação universitária, o acesso a orientações estruturadas não ocorre de maneira uniforme entre os estudantes, no entanto há um fator a ser levado em consideração, o tempo médio de vínculo dos participantes com a universidade.

Ao observar especificamente o contexto do desenvolvimento de projetos vinculados ao PIBITI, verifica-se que 14 participantes afirmaram ter recebido orientações de forma superficial, 9 indicaram ter recebido orientações mais aprofundadas e 9 declararam não ter recebido qualquer orientação sobre plágio relacionada ao desenvolvimento do projeto.

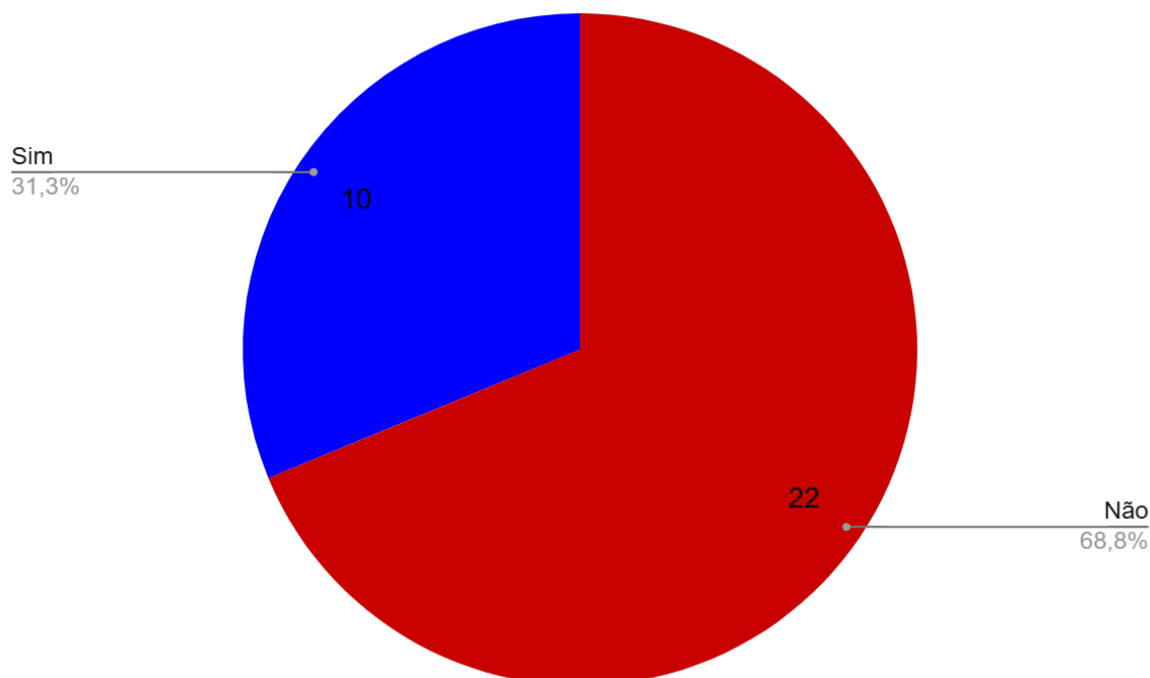
A predominância de orientações superficiais, associada ao número de participantes que relataram não ter recebido instruções específicas, reforça a percepção identificada nas respostas sobre o conceito de plágio e sobre o conhecimento de suas implicações legais. Assim, embora exista uma noção geral acerca dessa prática, o entendimento sobre suas dimensões normativas, jurídicas e institucionais nem sempre se apresenta de forma consolidada.

Essa percepção também se relaciona à forma como os participantes avaliam a ocorrência do plágio no ambiente acadêmico. Quando questionados se acreditam que essa prática ocorre com frequência, 17 respondentes afirmaram que sim, 13 indicaram não saber avaliar e 2 declararam não acreditar que o plágio ocorra com frequência nesse contexto. Observa-se que parte significativa dos estudantes reconhece a possibilidade de ocorrência do plágio no meio acadêmico, contudo, ao mesmo tempo, o número expressivo de participantes que afirmaram não saber avaliar essa frequência indica certa dificuldade em dimensionar o fenômeno ou identificar situações que efetivamente o caracterizem no cotidiano universitário.

Evidencia-se, diante do conjunto de dados, a importância de ampliar e sistematizar ações educativas voltadas à discussão do plágio e dos direitos autorais no ambiente universitário, contribuindo para o fortalecimento da compreensão dos estudantes acerca do uso adequado da informação e das implicações éticas e legais da produção acadêmica.

Para identificar o nível de familiaridade dos participantes com recursos tecnológicos voltados à identificação de similaridades textuais em produções acadêmicas, foi efetuada uma questão referente ao conhecimento de ferramentas de verificação de plágio. Os resultados estão apresentados no Gráfico 8.

Gráfico 8: conhecimento de ferramentas de verificação de plágio



Fonte: Dados da pesquisa (2026)

Verifica-se que 23 participantes declararam não conhecer ferramentas de verificação de plágio, enquanto 9 afirmaram possuir conhecimento sobre esse tipo de recurso. Observa-se, portanto, predominância significativa de respostas negativas, indicando que a maior parte dos estudantes não possui familiaridade com sistemas utilizados para a detecção de similaridades em textos acadêmicos.

Entre os participantes que afirmaram conhecer essas ferramentas, foi solicitada a indicação dos recursos específicos utilizados ou conhecidos. As respostas mencionam, de forma geral, aplicativos e *sites* disponíveis na *internet* que permitem verificar similaridades textuais em produções acadêmicas. Além dessas referências mais amplas, alguns participantes citaram nominalmente ferramentas como *CopySpider*, *Copyleaks* e *Plagium*, utilizadas para a identificação de possíveis ocorrências de plágio ou similaridade textual em documentos.

Outro aspecto investigado refere-se às formas utilizadas pelos estudantes para elaborar citações e referências em trabalhos acadêmicos, elemento diretamente relacionado às práticas de uso adequado da informação. Constatou-se que 18 participantes afirmaram realizar esse

procedimento manualmente, 10 declararam utilizar softwares de apoio, como Mendeley ou Zotero, e 4 relataram recorrer a ferramentas de inteligência artificial para auxiliar na elaboração das citações e referências.

Pela predominância do uso manual, verifica-se que a maior parte dos estudantes ainda organiza referências e citações de maneira tradicional, sem recorrer com frequência a ferramentas automatizadas de gerenciamento bibliográfico. Por outro lado, a presença de participantes que utilizam softwares de apoio indica que parte dos estudantes já incorpora recursos digitais voltados à organização e gestão de referências no processo de elaboração de trabalhos acadêmicos.

Além disso, a menção ao uso de ferramentas de inteligência artificial demonstra a incorporação recente de novas tecnologias no processo de produção acadêmica, ainda que por um número reduzido de participantes. Esse resultado aponta para a coexistência de diferentes práticas no manuseio das referências bibliográficas, variando desde procedimentos manuais até o uso de recursos tecnológicos mais especializados.

Em conjunto, percebe-se que, embora alguns estudantes já utilizem ferramentas digitais para auxiliar na elaboração de citações e referências, ainda predomina a realização desse processo de forma manual. Esse cenário reforça a importância de ampliar a divulgação e o treinamento no uso de ferramentas de apoio à gestão de referências, que podem contribuir para maior padronização, organização das fontes utilizadas e fortalecimento das boas práticas na produção acadêmica.

Foram apresentadas três questões voltadas à compreensão da percepção dos participantes quanto à importância da formação acadêmica sobre plágio e direitos autorais, bem como à identificação de formatos de materiais educativos e conteúdos considerados relevantes para a abordagem do tema.

No que se refere à importância da formação da comunidade universitária sobre plágio e direitos autorais, verificou-se que todos os participantes afirmaram considerar essa formação relevante. Esse resultado evidencia consenso entre os respondentes quanto à necessidade de discutir o tema no ambiente universitário, reforçando a percepção de que o conhecimento sobre direitos autorais, práticas adequadas de citação e

prevenção do plágio constitui elemento fundamental para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e científicas.

Em relação aos formatos de materiais educativos considerados mais úteis, observou-se diversidade de preferências entre os participantes. Destacou-se vídeos explicativos e cartilhas digitais, mencionados com maior frequência, seguidos por oficinas presenciais. Também foram indicados outros formatos, como cursos online, palestras e infográficos. Essa variedade de sugestões evidencia o interesse dos estudantes por diferentes formas de acesso ao conteúdo, combinando materiais de consulta rápida, recursos audiovisuais e atividades formativas mais estruturadas.

Quanto aos temas que os participantes gostariam de ver abordados em materiais didáticos sobre o combate ao plágio e à violação de direitos autorais, as respostas apresentam um conjunto amplo de tópicos que envolvem tanto aspectos conceituais quanto aplicações práticas. Entre os conteúdos mais recorrentes destacam-se: definição de plágio e de direitos autorais, distinção entre plágio intencional e não intencional, formas corretas de realizar citações, orientações para elaboração de referências, estratégias para evitar o plágio e informações sobre as consequências legais dessa prática.

Também foram mencionados tópicos relacionados ao uso de ferramentas de verificação de plágio, identificação de fontes confiáveis de informação, orientações simplificadas sobre normas da ABNT e discussões sobre diferenças entre plágio, autoplágio e uso indevido de fontes. Algumas respostas apontaram ainda interesse em temas emergentes, como a relação entre o uso de inteligência artificial e a ocorrência de plágio, indicando a preocupação dos estudantes com desafios contemporâneos associados à produção acadêmica no ambiente digital.

De modo geral, os resultados indicam que os participantes reconhecem a importância da formação sobre plágio e direitos autorais e demonstram interesse em materiais educativos que articulem fundamentos conceituais, orientações práticas e exemplos aplicados ao contexto universitário. As respostas também evidenciam a necessidade de disponibilização de conteúdos acessíveis e diversificados, capazes de apoiar

os estudantes no desenvolvimento de competências relacionadas ao uso ético e responsável da informação ao longo de sua trajetória acadêmica.

8. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A discussão dos resultados desta pesquisa está organizada em dois momentos complementares, que permitem compreender a temática do plágio e dos direitos autorais a partir de diferentes perspectivas do ambiente universitário.

- a) Análise das ações desenvolvidas pelos sistemas de bibliotecas das universidades públicas federais brasileiras no período de 2019 a 2024, observando-se a presença de iniciativas institucionais voltadas à prevenção do plágio e à disseminação de informações sobre direitos autorais em seus portais institucionais, bem como a oferta de capacitações relacionadas ao tema.
- b) Resultados obtidos por meio do questionário aplicado aos estudantes participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), permitindo identificar percepções, níveis de conhecimento e práticas relacionadas ao uso da informação, à compreensão do plágio acadêmico e à familiaridade com instrumentos de apoio à produção científica.

A análise dessas duas dimensões, institucional e discente, possibilitou observar, de um lado, como as bibliotecas universitárias atuam na promoção da integridade acadêmica e, de outro, como os estudantes compreendem e lidam com questões relacionadas ao uso ético da informação no desenvolvimento de suas atividades acadêmicas. Assim, inicialmente são apresentados os resultados referentes ao panorama das ações dos sistemas de bibliotecas, seguidos pela análise dos dados provenientes do questionário aplicado aos estudantes do PIBITI.

- a) Análise das ações desenvolvidas pelos sistemas de bibliotecas das universidades públicas federais brasileiras no período de 2019 a 2024

A análise dos dados obtidos indica um panorama assimétrico no que se refere à atuação dos sistemas de bibliotecas das universidades públicas federais brasileiras no enfrentamento ao plágio e na disseminação de

informações relacionadas aos direitos autorais. Ainda que pouco mais da metade das instituições investigadas (51,6%) disponibilizem algum tipo de conteúdo sobre essas temáticas em seus portais institucionais, a constatação de que 48,1% permanecem frágeis nesse aspecto indica um descompasso substancial entre o papel estratégico das bibliotecas universitárias e sua efetiva contribuição para a formação ética da comunidade acadêmica.

Essa assimetria institucional encontra correspondência direta com a justificativa deste trabalho, ao evidenciar a ausência de uma política efetiva, articulada e contínua voltada à promoção da integridade intelectual. A carência de ações estruturadas em praticamente metade das instituições analisadas fragiliza a função educativa das bibliotecas e compromete sua relevância enquanto espaços de mediação crítica, comprometidos com a difusão de boas práticas acadêmicas. Como aponta Simões (2024), tal omissão dificulta a consolidação de um ambiente universitário capaz de articular inovação e responsabilidade autoral de forma integrada.

A ausência de conteúdos informativos sobre plágio e direitos autorais em parcela significativa dos sistemas de bibliotecas analisados não se limita a uma questão de comunicação institucional, podendo ser compreendida como um indicativo de fragilidades na abordagem de temáticas essenciais à produção do conhecimento. Tal lacuna pode impactar a formação de estudantes e pesquisadores, ao restringir o acesso a orientações básicas acerca das implicações legais e éticas relacionadas ao uso de obras intelectuais. Ademais, esse cenário pode repercutir na capacidade da universidade de fortalecer a formação de sujeitos comprometidos com a honestidade intelectual, a originalidade e o respeito aos direitos autorais.

Por outro lado, observa-se que parte dos sistemas de bibliotecas vem desempenhando um papel relevante ao disponibilizar conteúdos informativos que abordam, ainda que de forma incipiente, a ética acadêmica, os direitos autorais e as implicações do plágio. Embora essas ações ainda não representem a totalidade das instituições analisadas, a presença de iniciativas em mais de 50% dos sistemas indica uma consciência institucional em desenvolvimento quanto à importância de promover uma cultura de respeito à propriedade intelectual.

Entretanto, os dados sinalizam que, mesmo entre os sistemas que oferecem algum tipo de ação formativa, prevalecem a descontinuidade, a fragmentação e a ausência de planejamento. As capacitações oferecidas no período entre 2019 e 2024 concentram-se em determinados anos, notadamente em 2022, mas são ausentes em outros, como 2019.

Verifica-se também que nos sites de instituições de reconhecida relevância acadêmica, como IFSP, UENP, UFBA, UFMG, UFOB, UFPE, UFPI, UFRGS, UFRJ, UFRN, UFRR, UFU, UFV, UNB, UNIFAL e UNILAB não foram localizadas capacitações sobre a temática pesquisada no período analisado. Destaca-se, ainda, que nove dessas universidades figuram entre as vinte melhores instituições públicas do Brasil, segundo o Ranking RUF 2025 (UFBA, UFMG, UFPE, UFRGS, UFRJ, UFRN, UFU, UFV e UNB), o que amplia a consistência dos achados e evidencia que as lacunas identificadas se manifestam mesmo em instituições de elevado desempenho acadêmico.

Nos casos em que há registro de ações formativas, como nas universidades UFC, UFF, UFG, UFPR, UFSC, UFSCAR, UFSM, UNICAMP, UNIFESP, e USP observa-se certa mobilização marcada por descontinuidade. Em muitos casos, as capacitações aparentam ocorrer de forma esporádica, sem uma periodicidade definida ou inserção clara em uma estratégia institucional contínua. Isso reforça a crítica presente na literatura quanto à ausência de um modelo sistemático de formação sobre ética e direitos autorais no ensino superior brasileiro.

A Universidade de São Paulo (USP) se destaca como uma experiência diferenciada, ao apresentar maior constância e regularidade na oferta de capacitações entre 2019 e 2024. Essa atuação indica a possibilidade concreta de se estruturar programas de formação contínuos, alinhados às especificidades da ética autoral. Todavia, a experiência da USP permanece como exceção, ainda não traduzida em um modelo replicável em escala nacional.

A descontinuidade nas ações, como no caso da UFC e da UFPR, que apresentaram aumento das capacitações em 2022, seguido de queda em 2023, evidencia a falta de planejamento e a dependência de recursos ou decisões pontuais. Essa realidade aponta para questões sobre a sustentabilidade e a priorização das temáticas relacionadas ao plágio e aos

direitos autorais nos sistemas de bibliotecas, o que se torna ainda mais problemático diante das diretrizes da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO), que enfatizam o papel das instituições acadêmicas na promoção da cultura de respeito à criação intelectual como condição para o desenvolvimento científico responsável.

Os dados também indicam que a modalidade *on-line* prevaleceu significativamente, sendo responsável por um grande percentual das capacitações registradas. Embora a adoção do formato digital possa representar uma busca por ampliar o alcance e democratizar o acesso, a escassez de eventos presenciais compromete a interação e o aprofundamento das discussões, características que são especialmente importantes em temáticas éticas e jurídicas.

No que tange à literatura, os achados reforçam os apontamentos de Adu, Asare e Arthur (2024), ao indicarem que a ausência de políticas institucionais integradas e a baixa atratividade dos programas disponíveis impactam negativamente na percepção e no engajamento da comunidade acadêmica com relação ao tema. Esses autores alertam para o paradoxo existente entre a disponibilidade de recursos e a persistência do desconhecimento generalizado sobre direitos autorais nas universidades.

Além disso, os resultados se articulam com os estudos de Idiegbeyan-Ose *et al.* (2018) e Burke (2004), que destacam o papel estratégico das bibliotecas no enfrentamento ao plágio. Segundo tais autores, cabe às bibliotecas o desenvolvimento de ações formativas contínuas, a oferta de oficinas, o fortalecimento das competências informacionais e a atuação como núcleos de formação para a integridade científica, função que, como se vê, ainda não se concretizou plenamente no contexto brasileiro.

b) Resultados obtidos por meio do instrumento de coleta de dados

A análise dos dados evidencia a existência de lacunas formativas, ainda que os estudantes demonstrem reconhecer a relevância do tema para a produção científica.

Observa-se que a maior parte dos respondentes possui apenas conhecimento superficial acerca da legislação autoral. Embora alguns

estudantes afirmem conhecer a Lei nº 9.610/1998, predomina entre os participantes uma compreensão limitada sobre seus conteúdos e implicações práticas. Esse resultado reforça a importância de ampliar a abordagem do tema durante a formação universitária, uma vez que o direito autoral constitui elemento fundamental para a proteção das criações intelectuais e para a valorização da produção científica.

Nesse sentido, destaca-se que a proteção autoral desempenha papel relevante no reconhecimento da autoria e na regulação da utilização e circulação de obras intelectuais, sendo um dos pilares do sistema de propriedade intelectual (Ghesti; Areas; Panzolini, 2018)

Os dados também demonstram que o contato dos estudantes com conteúdos relacionados aos direitos autorais ocorre, em grande parte, de maneira superficial ao longo da graduação. Tal resultado sugere que a abordagem desse tema ainda não está plenamente consolidada nas práticas formativas. Conforme argumenta Panzolini (2018), a inclusão sistemática de conteúdos sobre direitos autorais nas matrizes curriculares constitui uma estratégia importante para promover a conscientização e fortalecer a gestão adequada das criações intelectuais no ambiente acadêmico.

No que se refere à compreensão do conceito de plágio, os resultados sinalizam que a maioria dos participantes associa a prática à cópia de conteúdos sem a devida citação ou à apropriação indevida de ideias de terceiros. Essa percepção está alinhada com a literatura especializada, que caracteriza o plágio como uma forma de imitação fraudulenta de obra protegida por direitos autorais, representando violação dos direitos morais do autor, especialmente no que se refere à paternidade da obra (Moraes, 2004).

Além disso, a discussão sobre o plágio está diretamente relacionada aos conceitos de autoria e propriedade intelectual, uma vez que envolve o reconhecimento da contribuição intelectual de cada autor no processo de produção do conhecimento (Vasconcelos, 2007).

Apesar de os estudantes demonstrarem noções gerais sobre o conceito de plágio, a diversidade de respostas e a presença de definições simplificadas indicam diferentes níveis de compreensão sobre o tema. Esse resultado reforça a importância de ampliar o debate sobre ética e integridade científica no ensino superior. Conforme destacam Alves, Casarin e

Fernández-Molina (2016), a análise crítica e a conscientização acerca da ética acadêmica, bem como a compreensão das tipologias e causas do plágio, constituem estratégias relevantes para o enfrentamento dessa problemática no contexto universitário.

Outro aspecto relevante identificado refere-se ao conhecimento das consequências legais do plágio. Embora parte dos estudantes declare conhecer tais implicações, parcela significativa afirma possuir apenas compreensão parcial ou desconhecê-las. Esse cenário pode estar associado ao fato de que as discussões sobre plágio, em muitos casos, concentram-se em orientações práticas sobre citações e referências, sem necessariamente abordar de forma aprofundada os aspectos jurídicos envolvidos. Nesse sentido, Rodrigues e Lopes (2019) argumentam que o fortalecimento de uma cultura de integridade acadêmica depende da promoção contínua de debates sobre honestidade intelectual e responsabilidade no uso da informação durante todo o processo formativo.

Os resultados também evidenciam que a maioria dos participantes não possui familiaridade com ferramentas de verificação de plágio. A predominância de respostas negativas indica que os estudantes, em grande parte, não conhecem ou não utilizam sistemas de detecção de similaridade textual. Tal constatação reforça a necessidade de ampliar a divulgação e o treinamento no uso desses recursos, especialmente no contexto de programas de iniciação científica e tecnológica, nos quais a produção textual acadêmica constitui parte fundamental das atividades de pesquisa.

No que se refere às práticas relacionadas à elaboração de citações e referências, observa-se predominância do uso manual, embora parte dos estudantes já utilize *softwares* de gerenciamento bibliográfico, como Mendeley e Zotero. A presença, ainda que reduzida, de respostas indicando o uso de ferramentas de inteligência artificial evidencia a incorporação gradual de novas tecnologias no processo de produção acadêmica. Esse cenário reflete as transformações recentes na forma de produção e circulação do conhecimento científico, impulsionadas pelo avanço das tecnologias digitais e da inteligência artificial, que têm provocado mudanças significativas nas dinâmicas de ensino, pesquisa e autoria intelectual (Aparício-Gómez, 2023).

Outro resultado relevante refere-se à percepção dos estudantes quanto à importância da formação sobre plágio e direitos autorais. A totalidade dos participantes indicou considerar essa formação necessária, evidenciando consenso quanto à relevância do tema para o ambiente universitário. Tal percepção está em consonância com estudos que apontam o ensino superior como espaço fundamental para a formação ética e cidadã dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento de valores relacionados à responsabilidade, à integridade acadêmica e ao respeito à produção intelectual de terceiros (Pérez-Crego; Muñoz-Cantero; Espiñeira-Bellón, 2022).

Além disso, as sugestões apresentadas pelos participantes quanto aos formatos de materiais educativos mostram preferência por recursos diversificados, como vídeos explicativos, cartilhas digitais, oficinas e cursos *online*. Essa diversidade de preferências demonstra que estratégias educativas multimodais podem contribuir para ampliar o acesso às informações e fortalecer a compreensão sobre o tema. Nesse contexto, destaca-se também o papel estratégico das bibliotecas universitárias na promoção da integridade acadêmica, por meio de ações educativas voltadas à orientação sobre uso ético da informação e boas práticas de pesquisa (Alves; Casarin; Fernández-Molina, 2016).

Em síntese, a análise das duas dimensões investigadas (institucional e discente) permite compreender de forma mais ampla os desafios relacionados à promoção da integridade acadêmica no contexto universitário.

Os dados referentes aos sistemas de bibliotecas das universidades públicas federais brasileiras evidenciam que, embora existam iniciativas voltadas à disseminação de informações sobre plágio e direitos autorais, tais ações ainda se apresentam de maneira desigual, fragmentada e, em muitos casos, descontinuada. Paralelamente, os resultados obtidos junto aos estudantes do PIBITI da UFAM indicam que, apesar de demonstrarem reconhecimento da importância do tema e possuírem noções gerais sobre plágio e direitos autorais, persistem lacunas significativas relacionadas ao conhecimento da legislação autoral, às implicações jurídicas do plágio e à familiaridade com ferramentas de apoio à produção científica.

Esse conjunto de evidências sugere que as fragilidades observadas no âmbito institucional tendem a refletir-se também no processo formativo dos estudantes, apontando a necessidade de maior articulação entre políticas institucionais, ações educativas desenvolvidas pelas bibliotecas universitárias e estratégias pedagógicas voltadas ao uso ético da informação.

Sendo assim, os resultados discutidos ao longo deste capítulo não apenas destacam lacunas existentes, mas também reforçam a importância de iniciativas que contribuam para o fortalecimento da cultura de integridade acadêmica, para a valorização da autoria e para o desenvolvimento de práticas responsáveis na produção e no uso do conhecimento no ambiente universitário

9. IMPACTOS

Os resultados desta pesquisa evidenciam impactos relevantes no campo da propriedade intelectual no ensino superior, especialmente ao articular o diagnóstico das práticas institucionais adotadas pelos sistemas de bibliotecas universitárias no enfrentamento ao plágio com a análise das percepções e conhecimentos da comunidade acadêmica acerca dos direitos autorais.

A análise das ações desenvolvidas pelos sistemas de bibliotecas das universidades públicas federais brasileiras no período de 2019 a 2024 apontou um cenário marcado por assimetrias institucionais, caracterizado pela presença de iniciativas em parte das instituições, mas também pela ausência ou descontinuidade de ações em parcela significativa dos sistemas analisados. Embora algumas bibliotecas disponibilizem conteúdos informativos ou promovam capacitações voltadas à ética acadêmica e aos direitos autorais, tais iniciativas ainda se apresentam, em muitos casos, de forma fragmentada, pontual e desvinculada de políticas institucionais consolidadas. Esse panorama reforça a necessidade de fortalecimento do papel das bibliotecas universitárias como espaços estratégicos de mediação informacional e de promoção da integridade acadêmica.

Nesse contexto, a principal contribuição desta pesquisa consiste em evidenciar, de forma sistematizada, a existência de uma lacuna estrutural no tratamento institucional do plágio e dos direitos autorais, tanto em âmbito nacional quanto no contexto específico da Universidade Federal do Amazonas. No caso da UFAM, identificou-se a carência de documentos orientadores claros, acessíveis e amplamente difundidos no âmbito do Sistema de Bibliotecas (SISTEBIB/UFAM), o que limita a disseminação de informações qualificadas sobre o uso ético da informação e sobre as implicações legais relacionadas à produção intelectual. Ainda que existam iniciativas pontuais, como a proposta de política institucional apresentada por Simões (2024), tais esforços não se consolidaram de forma contínua e estruturada na dinâmica institucional.

A partir desse diagnóstico, o mapeamento realizado fornece uma base empírica consistente para subsidiar a formulação e o aprimoramento de políticas institucionais voltadas à promoção da integridade acadêmica. A identificação da presença, ausência ou fragilidade de conteúdos informativos, capacitações e instrumentos de orientação nos sistemas de bibliotecas analisados evidencia a necessidade de construção de estratégias mais robustas, capazes de integrar ações educativas, diretrizes normativas e mecanismos de apoio à produção científica responsável.

Adicionalmente, a análise comparativa possibilitou identificar experiências institucionais que se destacam pela maior regularidade e organização de suas ações formativas. O caso da Agência de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP) evidencia a viabilidade de estruturar programas contínuos de formação sobre direitos autorais e integridade acadêmica, configurando-se como referência para o desenvolvimento de iniciativas semelhantes em outras instituições de ensino superior.

Outro impacto relevante da pesquisa refere-se à proposição de estratégias educativas voltadas à disseminação de boas práticas relacionadas aos direitos autorais e à prevenção do plágio, materializadas na elaboração de um material didático informativo. Esse produto, fundamentado na legislação vigente, na literatura especializada e nos achados empíricos desta investigação, constitui um instrumento de apoio à comunidade acadêmica, com potencial para orientar estudantes, docentes e pesquisadores quanto ao uso adequado da informação, à correta atribuição de autoria e à compreensão das implicações éticas e jurídicas do plágio.

Espera-se que a utilização desse material contribua para o fortalecimento da cultura de integridade acadêmica no âmbito da UFAM, promovendo maior conscientização sobre os direitos autorais, incentivando práticas responsáveis na produção científica e auxiliando na redução de ocorrências de plágio, especialmente aquelas decorrentes do desconhecimento ou da compreensão insuficiente da legislação e das normas acadêmicas.

Dessa forma, ao integrar diagnóstico institucional, a análise das percepções discentes e a proposição de intervenção aplicada, esta pesquisa amplia a compreensão sobre os desafios relacionados à promoção da ética

autoral no ensino superior, ao mesmo tempo em que oferece subsídios práticos para o aprimoramento das ações institucionais. Reafirma-se, assim, a relevância da propriedade intelectual como elemento fundamental para a valorização da autoria, para o fortalecimento da integridade científica e para o desenvolvimento responsável da produção acadêmica nas universidades públicas brasileiras.

10. CONCLUSÃO

A dissertação teve como objetivo geral discutir, à luz das novas demandas tecnológicas, as interações entre ética, direito autoral e as práticas acadêmicas, tomando como referência iniciativas dos sistemas de bibliotecas de universidades brasileiras voltadas para o combate ao plágio e violações de direitos autorais disponíveis em seus *sítes* institucionais e a investigação do conhecimento da comunidade universitária da UFAM sobre plágio e direitos autorais. Nesse sentido, a pesquisa foi orientada pela necessidade de compreender como essas instituições e seus usuários vêm enfrentando as questões relacionadas ao plágio e à proteção dos direitos autorais em um cenário marcado pela intensificação do uso de tecnologias digitais, especialmente a IA.

No que concerne aos objetivos específicos, pode-se destacar que todos foram plenamente atendidos ao longo do desenvolvimento do estudo. O exame da literatura, das legislações e das discussões acadêmicas permitiu a construção de um referencial teórico consistente acerca dos fundamentos do direito autoral, suas limitações e seus desafios contemporâneos, especialmente no contexto da produção científica. A identificação das iniciativas desenvolvidas pelos sistemas de bibliotecas de universidades públicas federais brasileiras possibilitou delinear um panorama institucional que evidencia fragilidades estruturais, descontinuidade de ações e ausência de políticas sistematizadas voltadas à prevenção do plágio e à promoção dos direitos autorais.

No âmbito da investigação empírica, a análise do conhecimento da comunidade universitária da Universidade Federal do Amazonas permitiu evidenciar que, embora os estudantes apresentem noções gerais sobre o plágio e reconheçam a importância dos direitos autorais na produção acadêmica, persistem lacunas significativas relacionadas à compreensão da legislação vigente, às implicações jurídicas das práticas inadequadas e ao uso de ferramentas de apoio à escrita científica. Esses achados reforçam a necessidade de fortalecimento de ações educativas contínuas e estruturadas no ambiente universitário.

Adicionalmente, a elaboração do material didático para boas práticas de direitos autorais constitui a materialização dos resultados desta pesquisa, ao disponibilizar uma cartilha e vídeo acessível, alinhados às especificidades institucionais da Universidade Federal do Amazonas e voltada à promoção da integridade acadêmica. Tal produto articula os elementos teóricos e empíricos analisados, configurando-se como uma estratégia de intervenção que visa contribuir para a formação ética da comunidade acadêmica e para o uso responsável da informação.

Diante do exposto, conclui-se que o enfrentamento do plágio e a promoção dos direitos autorais no ensino superior demandam maior institucionalização de políticas, planejamento contínuo e ampliação de estratégias formativas, capazes de integrar aspectos legais, éticos e pedagógicos. Nesse contexto, as bibliotecas universitárias assumem papel estratégico, não apenas como unidades de gestão da informação, mas como espaços educativos que podem atuar de forma ativa na construção de uma cultura acadêmica pautada na ética, no respeito à autoria e na valorização da produção intelectual.

Por fim, destaca-se que a relevância desta pesquisa reside não apenas na discussão teórica desenvolvida, mas também na contribuição prática representada pelo produto elaborado, o qual possui potencial para subsidiar ações institucionais, apoiar processos formativos e fortalecer as práticas acadêmicas no contexto do ensino superior. Dessa forma, o estudo contribui para o avanço das reflexões sobre direito autoral, ética e produção do conhecimento, especialmente diante dos desafios contemporâneos impostos pelas transformações tecnológicas.

11. PERSPECTIVAS FUTURAS

A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, delineiam-se possibilidades concretas para a continuidade e aprofundamento dos estudos sobre o papel dos sistemas de bibliotecas universitárias na promoção da integridade acadêmica, em especial no enfrentamento ao plágio e na difusão dos direitos autorais. Tais perspectivas apontam para caminhos promissores tanto no campo da pesquisa quanto no desenvolvimento de práticas institucionais.

Uma primeira possibilidade de desdobramento reside na validação e aplicação do material didático proposto junto à comunidade acadêmica da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A implementação experimental desse instrumento poderá subsidiar avaliações qualitativas e quantitativas quanto à sua efetividade, acessibilidade e impacto na formação ética dos discentes, docentes e servidores técnico-administrativos.

Outra perspectiva relevante consiste na ampliação do recorte institucional da pesquisa, com o objetivo de contemplar não apenas universidades federais, mas também estaduais e privadas. Essa expansão permitiria identificar singularidades e convergências entre diferentes redes de ensino superior, além de possibilitar a formulação de propostas mais abrangentes e adaptáveis a distintos contextos institucionais.

Outro caminho a ser explorado refere-se à integração interinstitucional de boas práticas, por meio da construção de redes colaborativas entre bibliotecas universitárias, núcleos de propriedade intelectual, comissões de ética e demais setores envolvidos na formação acadêmica. A sistematização e o compartilhamento de iniciativas exitosas podem contribuir para o fortalecimento de políticas públicas mais eficazes, além de favorecer a criação de diretrizes nacionais de enfrentamento ao plágio, orientadas por organismos como a WIPO, o MEC e a CAPES.

Finalmente, destaca-se como perspectiva futura a exploração do papel das tecnologias emergentes, como a inteligência artificial generativa e os sistemas de detecção automática de similaridade textual, no contexto da prevenção ao plágio e da promoção dos direitos autorais. Avaliar como essas ferramentas podem ser incorporadas de maneira ética, pedagógica e crítica

às rotinas das bibliotecas universitárias representa um campo de investigação atual e necessário.

Portanto, os caminhos delineados por esta dissertação não se encerram nos resultados obtidos, mas abrem oportunidades significativas para o desenvolvimento de ações concretas, pesquisas complementares e formulação de políticas institucionais comprometidas com a integridade intelectual no ensino superior brasileiro.

12. ENTREGÁVEIS DE ACORDO COM OS PRODUTOS DO TCC

São cinco itens obrigatórios:

1. Matriz de SWOT (FOFA) sendo um Anexo do texto dissertativo do TCC (APÊNDICE A).
2. Figura Diagrama do Modelo de Negócio CANVAS como um Anexo do texto dissertativo do TCC (APÊNDICE B).
4. Texto Dissertativo no formato mínimo do PROFNIT Nacional.
5. Pelo menos um produto técnico-tecnológico: Direito autoral, plágio e integridade acadêmica: cartilha informativa para a comunidade universitária e vídeo (APÊNDICE D).
3. Pelo menos 01 artigo em avaliação ou já publicado por revista Qualis B3 ou mais da área do PROFNIT, em coautoria do discente e do orientador pelo menos, sendo um Anexo do texto dissertativo do TCC (APÊNDICE E).

REFERÊNCIAS

ADU, Theresa L.; VAN DER WALT, Thomas B. An evaluation of copyright communication infrastructure: Fostering stakeholder harmony *in* academic libraries in Ghana. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 47, n. 5, p. 102401, 2021. DOI: 10.1016/j.acalib.2021.102401. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.acalib.2021.102401>. Acesso em: 1 maio 2025.

ADU, T.; ASARE, C.; ARTHUR, C. Adequacy of copyright information or documentation, the need for training in, and evaluation of mechanisms for delivering copyright education in academic libraries in Ghana. **Libri**, v. 74, n. 4, p. 369-379, 2024. DOI: 10.1515/libri-2024-0045. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/libri-2024-0045>. Acesso em: 1 maio 2025.

ALVES, Ana Paula Meneses; CASARIN, Helen de Castro Silva; FERNANDÉZ-MOLINA, Juan Carlos. Uso ético da informação e combate ao plágio: olhares para as bibliotecas universitárias brasileiras. **Informação & Sociedade: Estudos**, [S. l.], v. 26, n. 1, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/92137>. Acesso em: 24 abr. 2025.

APARICIO-GÓMEZ, W. La Inteligencia Artificial y su Incidencia en la Educación: Transformando el Aprendizaje para el Siglo XXI. **Revista Internacional de Pedagogía e Innovación Educativa**, p. 217–229, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/372053496_La_Inteligencia_Artificial_y_su_Incidencia_en_la_Educacion_Transformando_el_Aprendizaje_para_el_Siglo_XXI. Acesso em: 1 maio 2025.

ÁVILA, A. P. O.; EPSTEIN, R. A Fraude Acadêmica Hoje: Causas Sociais E Respostas Institucionais. **Revista Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 2264-2286, 2015.

BEZERRA, M. G.; SERAFIM, L. A. Competências em informação dos usuários do Sistema de Bibliotecas da UEPB, Catolé do Rocha (PB). **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 13, n. 2, 2018. DOI: 10.22478/ufpb.1981-0695.2018v13n2.41826. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/41826>. Acesso em: 6 out. 2025.

BOFF, Salete Oro; ABIDO, Leonardo. O direito de autor no Brasil de obras produzidas pela inteligência artificial. **Revista da Faculdade Mineira de Direito - PUC MINAS**, [S.l.], v. 23, n. 45, p. 301–317, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2318-7999.2020v23n45p301-317>. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/Direito/article/view/22269>. Acesso em: 1 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 1 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 15 maio 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm. Acesso em: 1 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997**. Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 28 abr. 1997.

BRASIL. **Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007**. Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital – PATVD; altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga o art. 26 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 1º jun. 2007.

BURKE, Margaret. Deterring Plagiarism: A New Role for Librarians. **Library Philosophy and Practice**, Lincoln, v. 6, n. 2, 2004. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1009&context=libphilprac>. Acesso em: 28 maio 2025.

CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA. **Convenção sobre a Diversidade Biológica**. Rio de Janeiro: 1992. Disponível em: <https://www.cbd.int/>. Acesso em: 18 set. 2025.

CALANDÍN, J. G. ***El desafío ético de la educación***. 1. ed. Madrid: Dykinson, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctvk8w03b>. Acesso em: 1 maio 2025.

CASANOVA, M. de B.; QUINTANA, M. A. A propriedade intelectual na era da informação: uma abordagem histórica acerca dos direitos do autor e a sua (in)adequação à atual sociedade em rede. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 74–90, 2013. DOI: 10.5902/198136948840. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/8840>. Acesso em: 5 mar. 2026.

COSTA, Anna Helena Reali *et al.* Trajetória acadêmica da Inteligência Artificial no Brasil. *in* SILVA, Cláudia Maria de Oliveira *et al.* **Inteligência artificial: avanços e tendências**. São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/BibDigitalLivros/TodosOsLivros/Inteligencia-artificial=avancos-e-tendencias.pdf. Acesso em: 28 maio 2025.

D'ÁVILA, Fernanda Felitti da Silva; HOHENDORFF, Raquel Von; CANTALI, Fernanda Borghetti. Inteligência artificial e direitos autorais: desafios e possibilidades no cenário jurídico brasileiro e internacional. **PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 249–273, 2020. DOI: 10.22409/pragmatizes.v10i19.41210. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/41210>. Acesso em: 4 mar. 2026.

DI VALENTINO, Lisa. Awareness and Perception of Copyright Among Teaching Faculty at Canadian Universities. **Partnership: The Canadian Journal of Library and Information Practice and Research**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2016. DOI: 10.21083/partnership.v10i2.3556. Disponível em: <https://journal.lib.uoguelph.ca/index.php/perj/article/view/3556>. Acesso em: 26 nov. 2025.

DIVINO, S.B.S.; MAGALHÃES, R.A. Propriedade Intelectual e Direito Autoral de Produção Autônoma Da Inteligência Artificial. **R. Dir. Gar. Fund.**, Vitória, v. 21, n. 1, p. 167-192, 2020.

FIUZA, Raigenis da Paz; ESCODRO, Pierre Barnabé; CARLSON, Luiz Henrique Castelan; SANTOS, Wagna Piler Carvalho dos. **Patentes de invenção e modelo de utilidade**. In: SANTOS, Wagna Piler Carvalho dos (org.). **Conceitos e Aplicações de Propriedade Intelectual: Volume I**. Salvador, BA: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, 2018. p. xx–xx. Disponível em: <https://profnit.org.br/wp-content/uploads/2025/03/PROFNIT-Serie-Conceitos-e-Aplicacoes-de-Propriedade-Intelectual-Volume-I.pdf>. Acesso em: 1 maio 2025.

FORTES, Paulo Antonio de Carvalho. **Ética e saúde: questões éticas, deontológicas e legais; autonomia e direitos do paciente, estudo de casos**. São Paulo: EPU, 1998.

GIBSON, N. Snyder; CHESTER-FANGMAN, C. The librarian's role in combating plagiarism. **Reference Services Review**, Bingley, v. 39, n. 1, p. 132–150, 2011.

DOI: 10.1108/00907321111108169. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00907321111108169/full/html>. Acesso em: 1 maio. 2025.

GHESTI, Grace Ferreira; AREAS, Patrícia de Oliveira; PANZOLINI, Carolina Diniz. **Direito autoral**. In: SANTOS, Wagna Piler Carvalho dos (org.). Conceitos e Aplicações de Propriedade Intelectual: Volume I. Salvador, BA: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, 2018. p. 21–92. Disponível em: <https://profnit.org.br/wp-content/uploads/2025/03/PROFNIT-Serie-Conceitos-e-Aplicacoes-de-Propriedade-Intelectual-Volume-I.pdf>. Acesso em: 1 maio. 2025.

IDIEGBEYAN-OSE, Jerome; IFIJEH, Goodluck; SEGUN-ADENIRAN, Chidi Deborah; ESSE, Ugwunwa; OWOLABI, Sola; AREGESOLA, Ayooluwa. Towards curbing plagiarism in higher institutions of learning: the strategic role of the library. **Library Philosophy and Practice**, Lincoln, 2018. Disponível em: <https://digitalcommons.unl.edu/libphilprac/2114/>. Acesso em: 1 maio 2025.

LANTYER, Victor Habib. Inteligência Artificial Generativa E Direito Autoral: Investigando Os Limites Do Uso Justo Na Era Da Tecnologia. **Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência**, Florianópolis, Brasil, v. 10, n. 1, 2024. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2526-0014/2024.v10i1.10352. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadipic/article/view/10352>. Acesso em: 10 mar. 2025.

LARA ANDINO, AR; SACATORO TOAQUIZA, JI; LEON VINUEZA, AG; JARRÍN TRUJILLO, GM; SIMANCAS MALLA, FM Avaliação, inteligência artificial e outras tecnologias de ponta no Ensino Básico Superior Geral. **Prometeu Conhecimento Científico**, [S. l.], v. 4, n. 1, pág. e85, 2024. DOI: 10.55204/pcc.v4i1.e85. Disponível em: <https://prometeojournal.com.ar/index.php/prometeo/article/view/85>. Acesso em: 1 de maio de 2025.

LIMA, Jéssica Pinto. **Proposta legislativa na Lei de Direitos Autorais – LDA: limitações e exceções com o advento das novas tecnologias**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://profnit.org.br/wp-content/uploads/2019/06/UNB-Jessica-Pinto-Lima-TCC-1.pdf>. Acesso em: 15 maio 2025.

LOPES, Fabiano Ferreira; ALMADA, Bruno Augusto Trindade. Proteção de Direitos Autorais na Era da Inteligência Artificial: Desafios e Estratégias para o Brasil. **Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e**

Concorrência, Florianópolis, Brasil, v. 10, n. 2, 2025. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2526-0014/2024.v10i2.10837. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadipic/article/view/10837>. Acesso em: 10 mar. 2025.

LOPES, Thiago Beirigo; COSTA, Dailson Evangelista; BRACHO, Luis Andrés Castillo; CARNEIRO, Raylson dos Santos. Desafios no combate ao plágio na comunidade científica: perspectivas de experiências editoriais. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 24, n. 82, 2024. DOI: 10.7213/1981-416X.24.082.DS04. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/31424>. Acesso em: 1 maio. 2025.

MAIA, Juliane Elizabete de Souza. **A titularidade das criações decorrentes da inteligência artificial**. 2022. 64 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2021.

MARTÍNEZ MARTÍN, Miguel. Formação em cidadania e ensino superior. **Revista Ibero-Americana de Educação**, [S.l.] , v. 42, pág. 85–102, 2006. DOI: 10.35362/rie420763. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/763>. Acesso em: 1 de maio de 2025.

Mestrado Profissional em Rede Nacional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT). **Regimento Nacional do Profnit**. FORTEC: 2022. Disponível em: https://profnit.org.br/wp-content/uploads/2022/06/PROFNIT_Regimento-APROVADO-PELO-FORTEC-em-220601.pdf. Acesso em: 30 abril, 2024.

MORAES, Rodrigo. O plágio na pesquisa acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual. **Revista Diálogos Possíveis**. Salvador, Faculdade Social da Bahia. Ano 3, n. 1, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://revista.grupofaveni.com.br/index.php/dialogospossiveis/article/view/244>. Acesso em: 14 maio, 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI). Compreender a propriedade intelectual. Genebra: OMPI, 2002. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_250.pdf. Acesso em: 1 maio 2025.

PANZOLINI, Carolina Raquel Leite Diniz. **Direitos autorais: aspectos essenciais e tendências**. 2018. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

Disponível em:
<https://profnit.org.br/wp-content/uploads/2020/11/UNB-CAROLINA-RAQUEL-LEITE-DINIZ-PANZOLINI-TCC.pdf>. Acesso em: 1 maio 2025.

PATTERSON, Erin. The Canadian University Copyright Specialist: A Cross-Canada Selfie. **Partnership: The Canadian Journal of Library and Information Practice and Research**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2017. DOI: 10.21083/partnership.v11i2.3856. Disponível em: <https://journal.lib.uoguelph.ca/index.php/perj/article/view/3856>. Acesso em: 26 nov. 2025.

PEREZ-CREGO, MC; MUÑOZ-CANTERO, JM; ESPIÑEIRA-BELLÓN, EM . Construindo Cidadania com Consciência Ética por meio da Honestidade Acadêmica. RECEITA. **Revista Ibero-americana de Qualidade, Eficácia e Mudança na Educação** , [S. l.] , v. 20, n. 3, 2022. DOI: 10.15366/reice2022.20.3.007. Disponível em: <https://revistas.uam.es/reice/article/view/15814>. Acesso em: 1 de maio de 2025.

PIRES, Jansen Ribeiro; SHIMIZU, Helena Eri. Ética, bioética e educação. **Revista Tempus: Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 191-204, nov., 2013. Disponível em: <http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1404/1180>. Acesso em: 1 mai. 2025.

Property Rights Alliance. **International Property Rights Index 2025**. Washington, DC: Property Rights Alliance, 2025. Disponível em: https://atr-ipri25.s3.us-east-1.amazonaws.com/IPRI_Full_report_2025_combined_v4.pdf. Acesso em: 5 mar. 2025.

RODRIGUES, Sirlene; LOPES, Carlos. PLÁGIO NA EDUCAÇÃO: reflexões em torno da literatura internacional e nacional. **Cadernos de Pesquisa**, v. 26, n. 1, p. 89–106, 29 Mar 2019. Disponível em: <https://periodicoseltronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/11099>. Acesso em: 4 mar 2025.

SANTOS, Fernanda Oliveira; REBOUÇAS, Gabriela Maia. Direitos Autorais, Acesso aos Bens Imateriais e Direitos Humanos nas Sociedades da Informação: Uma Análise do Marco Normativo Brasileiro e Internacional. **Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência, Florianópolis**, Brasil, v. 2, n. 1, p. 94–113, 2016. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2526-0014/2016.v2i1.925. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistadipic/article/view/925>. Acesso em: 5 mar. 2025.

SALMERON, Bruno Ricardo. **Inteligência Artificial e Direito Autoral: a proteção das obras criadas por algoritmos**. São Paulo: Almedina, 2023.

SIMÕES, Priscila Pessoa. **Proposta de Política Institucional de Direitos Autorais para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas**, Manaus, 2024. 106 f. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Universidade do Estado do Amazonas. Disponível em: <https://ri.uea.edu.br/handle/riuea/7361>. Acesso em: 15 maio 2025.

SOUZA, A. V. de; SOUZA, Érika A. de M. e; CRUZ, T. C. da S.; ANDRADE, R. L. P. de. Direito autoral e inteligência artificial (ia): o paradigma da intelectualidade humana e a personalidade jurídica eletrônica em debate. **Revista foco**, [S. l.], v. 17, n. 9, p. e6223, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n9-131. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6223>. Acesso em: 15 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/UFAM). Apresentação. Disponível em: <https://www.cep.ufam.edu.br/apresentacao.html>. Acesso em: 1 maio 2025.

VANIN, Carlos Eduardo. Propriedade intelectual: conceito, evolução histórica e normativa, e sua importância. JusBrasil, 23 nov. 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/propriedade-intelectual-conceito-evolucao-historica-e-normativa-e-sua-importancia/407435408>. Acesso em: 02 Mai, 2024.

VASCONCELOS, Sonia M. R.. O plágio na comunidade científica: questões culturais e linguísticas. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 59, n. 3, p. 4-5, Set. 2007. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000300002&lng=en&nrm=iso. acesso em: 02 Mai, 2024.

WIPO ACADEMY, 2024 Disponível em <https://www.wipo.int/academy/pt/>. Acesso em 18 abril. 2024.

WITTER, Geraldina Porto. Ética e pesquisa: gestores e pesquisadores. In: Curty, Renata Gonçalves (org.). **Produção intelectual no ambiente acadêmico**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009. p. 13–28. Disponível em: https://www.uel.br/pos/mestradoinformacao/pages/arquivos/Producao_Intelectual.pdf. Acesso em: 1 maio 2025.

APÊNDICE A – Matriz FOFA (SWOT)

	AJUDA	ATRAPALHA
INTERNA (Organização)	FORÇAS: 1. Tema faz parte do cotidiano de trabalho do pesquisador; 2. Interação com a comunidade acadêmica; 3. O pesquisador atua no local que será proposto o manual.	FRAQUEZAS: 1. Pesquisador não está afastado exclusivamente para cursar o mestrado; 1. Baixa resposta do questionário; 2. Desconhecimento do assunto pelos respondentes do questionário.
EXTERNA (Ambiente)	OPORTUNIDADES: 1. Disponibilidade de informações em acesso aberto; 2. Apoio do demandante; 3. Interesse da Administração do Sistebib para a criação do manual.	AMEAÇAS: 1. Alto volume de informações disponíveis; 2. Mudança na legislação; 3. Alcance do material didático.

APÊNDICE B – Modelo de Negócio CANVAS

Parcerias Chave: 1. INPI 2. PROT EC	Atividades Chave: 1. Examinar a legislação vigente; 2. Coletar dados primários (questionário). 3. Elaboração do material didático de boas práticas de Direitos Autorais.	Propostas de Valor: 1. Criar um instrumento o disponibilizado pelo Sistebib/UFAM envolvendo o Direito Autoral e plágio. 2. Conscientização e prevenção da ocorrência de plágio no ambiente acadêmico .	Relacionamento: 1. Feedback dos usuários do material didático de boas práticas de Direitos Autorais. 2. Orientação para o uso do material didático de boas práticas de Direitos Autorais.	Segmentos de Clientes: 1. Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Amazonas 2. Comunidade acadêmica
	Recursos Chave: 1. Recursos humanos; 2. Recursos tecnológicos; 3. Legislação vigente.		Canais: 1. Site institucional 2. E-mail 3. Redes sociais 4. SEI	
Estrutura de Custos: 1. Não se aplica pois utilizará a estrutura existente na UFAM.		Fontes de Receita: 1. Não se aplica pois será disponibilizado ao público geral		

APÊNDICE C – Questionário sobre plágio e direitos autorais na UFAM

Questionário sobre Plágio e Direitos Autorais na UFAM

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa Direito autoral no contexto do ensino superior, cujo pesquisador responsável é Thalisson Freitas Leite.

O(A) Sr(a) está sendo convidado porque faz parte da amostra escolhida para estudo, ou seja, estudantes de graduação que participaram do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), nos últimos cinco anos. A escolha se justifica em razão dos objetivos e características inerentes ao referido programa. Os estudantes de graduação que participaram do PIBITI/UFAM nos últimos cinco anos constituem uma amostra qualificada por sua experiência direta em atividades de inovação, desenvolvimento tecnológico e, frequentemente, em processos relacionados à propriedade intelectual e transferência de tecnologia. Esse recorte temporal assegura a atualidade das informações, permitindo captar percepções recentes da comunidade acadêmica sobre práticas de pesquisa, inovação e questões ligadas ao plágio e aos direitos autorais.

O objetivo geral do projeto é discutir, à luz das novas demandas tecnológicas, as interações entre ética, direito autoral e as práticas acadêmicas, apoiado pelos objetivos específicos: examinar a literatura, legislações e jurisprudências sobre plágio e direitos autorais; Identificar iniciativas dos sistemas de bibliotecas de universidades brasileiras voltadas para o combate ao plágio e violações de direitos autorais; Investigar o conhecimento da comunidade universitária da UFAM sobre plágio e direitos autorais; Por fim, estruturar e elaborar o material didático para boas práticas de Direitos Autorais.

Caso aceite participar da pesquisa, sua participação consiste em responder o questionário online que aborda questões sobre o plágio e direitos autorais.

A estrutura do questionário foi organizada em quatro blocos temáticos:

- (i) perfil do respondente;
- (ii) conhecimento sobre direitos autorais;

- (iii) conhecimento sobre plágio acadêmico;
- (iv) práticas formativas e sugestões para a construção de materiais educativos.

O instrumento incluiu perguntas fechadas (de múltipla escolha) e abertas (respostas discursivas), permitindo tanto a quantificação quanto a captação de percepções qualitativas.

O(A) Sr(a). tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa 06/03/26, 15:51 Questionário sobre Plágio e Direitos Autorais na UFAM <https://docs.google.com/forms/d/1do2Yv2Y2Zbiln7pRPHyJF1cJBYuwaMpkGmKCU821wXs/edit> 1/11

Caso após preencher e enviar o questionário o(a) Sr(a) desejar retirar seu consentimento para uso dos dados, deve entrar em contato com o pesquisador responsável que lhe enviará resposta confirmando ciência de sua decisão.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos para o(a) Sr.(a) são de possíveis constrangimentos e/ou incômodos. A pesquisa assegura o anonimato e sigilo aos/às participantes, para minimizar os riscos envolvendo constrangimentos e/ou incômodos, além de o pesquisador se disponibilizar a esclarecer qualquer ponto que venha a trazer dúvidas ou se necessário a imediata exclusão das respostas, se assim for solicitado.

Quanto aos riscos para o anonimato e sigilo, garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica. Entretanto, por estarmos usando esta plataforma, "nuvem" eletrônica (ambiente virtual), para armazenamento das respostas, há limitações para assegurar a total confidencialidade e, por isso, uma vez terminada a coleta de dados será realizado o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local do pesquisador responsável, apagando todo e qualquer registro da plataforma virtual ("nuvem").

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa aos respondentes do questionário online, um possível benefício direto em receber os resultados desta pesquisa, os quais serão compartilhados com os

participantes que assim o desejarem após a conclusão do estudo. Possíveis benefícios indiretos estão em fornecer subsídios teóricos e práticos para amparar políticas institucionais mais robustas de gestão da propriedade intelectual, fomentando a cultura do respeito ao direito do autor e, conseqüentemente, colaborando para o fortalecimento dos ecossistemas de inovação no país.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo (5 dias) para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

Garantimos ao(à) Sr(a) o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Este ressarcimento será feito em conta corrente a ser informada pelo respondente, se assim julgar necessário. Não haverá ressarcimento dos gastos de créditos de internet do participante para acessar o ambiente virtual.

Também estão assegurados ao(à) Sr(a) o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa.

Asseguramos ao(à) Sr(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da sua participação no estudo, pelo tempo que for necessário.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável Thalisson Freitas Leite a qualquer tempo para informação adicional no endereço eletrônico thalissonfreitas@ufam.edu.br.

O pesquisador se compromete em seguir as legislações vigentes, especialmente as Resoluções CNS no 466/2012, 510/2016, Carta Circular nº 1/2021-CONEP/SECNS/MS, bem como outras normativas complementares.

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender

os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Recomendamos o(a) Sr.(a). imprimir este TCLE e guardá-lo como comprovante de seu consentimento e dos termos aqui descritos, ou fazer download em pdf.

Ao imprimir marcar a opção imprimir "cabeçalhos e rodapés", para ter o link da página de origem e a paginação do TCLE.

Ao clicar no botão abaixo [Avançar], o(a) Senhor(a) concorda em participar da pesquisa nos termos apresentados neste TCLE, e iniciará a resposta ao questionário. Caso não concorde em participar, apenas feche essa página no seu navegador. Caso desista da participação antes de finalizar o formulário basta não enviar ao final.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

I. Perfil do Respondente

1. Qual Edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) UFAM você participou? (Obrigatória)

☐ 2020/2021

☐ 2021/2022

☐ 2022/2023

☐ 2023/2024

☐ 2024/2025

☐ Edições anteriores

2. Informe a sua unidade acadêmica:

☐ Escola de Enfermagem de Manaus (EEM) Faculdade de Artes (Faartes)

☐ Faculdade de Ciências Agrárias (FCA)

☐ Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF) Faculdade de Direito (FD)

- ☐ Faculdade de Educação (Faced)
- ☐ Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF) Faculdade de Estudos Sociais (FES)
- ☐ Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) Faculdade de Letras (FLet)
- ☐ Faculdade de Medicina (FM) Faculdade de Odontologia (FAO) Faculdade de Psicologia (Fapsi) Faculdade de Tecnologia (FT)
- ☐ Instituto de Ciências Biológicas (ICB) Instituto de Ciências Exatas (ICE) Instituto de Computação (IComp)
- ☐ Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS)
- ☐ Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA)
- ☐ Instituto de Natureza e Cultura (INC)
- ☐ Instituto de Saúde e Biotecnologia (ISB)
- ☐ Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ)
- ☐ Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia (ICET)

3. Há quanto tempo você tem vínculo com a UFAM?

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ 1 a 3 anos
- ☐ 4 a 6 anos
- ☐ Mais de 6 anos

II. Conhecimento sobre Direitos Autorais

4. Você conhece a Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98)?

- ☐ Sim
- ☐ superficialmente, mas não conheço o conteúdo
- ☐ Não

5. Você teve acesso a conteúdos sobre direitos autorais em sua formação na graduação?

- ☐ Sim, de forma aprofundada
- ☐ Sim, de forma superficial

☐ Não

6. Você sabe como fazer o uso legal de obras de terceiros em trabalhos acadêmicos?

☐ Sim

☐ Parcialmente

☐ Não

7. Qual das alternativas abaixo constitui, em sua opinião, infração de direito autoral? (Múltipla escolha)

☐ Citar um autor sem indicar a fonte

☐ Reproduzir parte de um livro com a devida citação

☐ Compartilhar PDF de livros em grupos de WhatsApp acadêmico

☐ Utilizar imagens da internet sem licença

☐ Traduzir um artigo e publicá-lo como seu

☐ Nenhuma das anteriores

☐ Não sei opinar

III. Conhecimento sobre Plágio

8. Você sabe o que é plágio acadêmico?

☐ Sim

☐ Parcialmente

☐ Não

9. O que, para você, configura plágio? (Parágrafo – resposta aberta)

10. Você conhece as consequências legais do plágio ?

☐ Sim

☐ Parcialmente

☐ Não

11. Você já recebeu alguma orientação formal sobre como evitar o plágio no seu processo de formação?

☐ Sim, durante disciplinas acadêmicas

☐ Sim, em oficinas ou treinamentos

☐ Não

12. Você já recebeu alguma orientação sobre plágio para o desenvolvimento do projeto de PIBITI?

☐ Sim, de forma aprofundada

☐ Sim, de forma superficial

☐ Não

13. Você acredita que o plágio ocorre com frequência no meio acadêmico?

☐ Sim

☐ Não

☐ Não sei avaliar

14. Você conhece ferramentas de verificação de plágio?

☐ Sim

☐ Não

15. Caso tenha respondido SIM na questão anterior, quais ferramentas de verificação de plágio você conhece?

IV. Práticas e Necessidades Formativas

16. Como você costuma realizar citações e referências em trabalhos acadêmicos?

☐ Manualmente

☐ Com softwares de apoio (ex: Mendeley, Zotero)

- ☐ Com ajuda de inteligência artificial
- ☐ Peço ajuda a colegas ou professores
- ☐ Não costumo me preocupar com isso

17. Você considera importante a formação da comunidade universitária sobre plágio e direitos autorais?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Indiferente

18. Qual formato de material educativo você considera mais útil? (Múltipla escolha)

- ☐ Cartilhas digitais
- ☐ Vídeos explicativos
- ☐ Oficinas presenciais
- ☐ Cursos online
- ☐ Palestras
- ☐ Infográficos

19. Que temas você gostaria de ver abordados em materiais didáticos sobre o assunto? (Resposta aberta – parágrafo)

20. Gostaria de deixar alguma sugestão ou comentário? (Resposta aberta – parágrafo)

Obrigado pela contribuição na pesquisa!

**APÊNDICE D – Direito Autoral, plágio e integridade acadêmica:
cartilha informativa para a comunidade universitária e vídeo.**

2026

Direito Autoral, plágio e integridade acadêmica:

cartilha informativa para a
comunidade universitária

Thalisson Freitas Leite

Célia Regina Simonetti Barbalho



PROFNIT
Programa de Gestão e Avaliação da Integridade Acadêmica e da Formação de Professores

© 2026

Universidade Federal do Amazonas

Reitora – Tanara Lauschner

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação - Adriana Malheiro Alle Marie

Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual de Transferência de Tecnologia para a Inovação - PROFNIT/UFAM

Coordenadora - Kleomara Gomes Cerquinho

Orientadora - Célia Regina Simonetti Barbalho

Direito Autoral, plágio e integridade acadêmica: cartilha informativa para a comunidade universitária**Ficha técnica:**

Capa e projeto gráfico: Jhonatan dos Santos Roque

Ilustrações: Thalisson Freitas Leite adaptando fontes com emprego da ferramenta NotebookLM.

Diagramação e layout: Thalisson Freitas Leite e Jhonatan dos Santos Roque

Revisão de texto: Thalisson Freitas Leite e Célia Regina Simonetti Barbalho



Esta obra está sob uma licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

**Ficha catalográfica elaborada pelo
Bibliotecário Thalisson Freitas Leite CRB/11 - 1067**

L533 Leite, Thalisson Freitas.

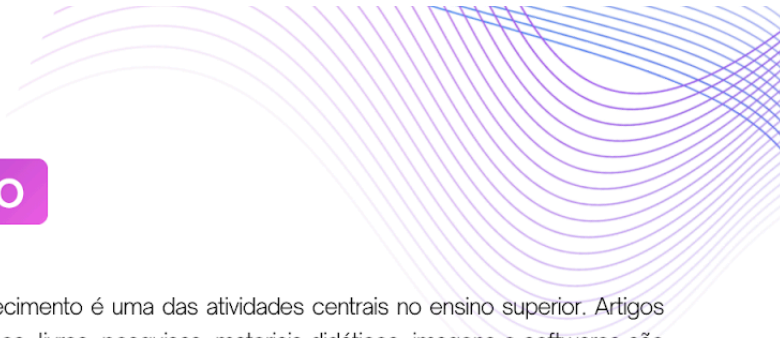
Direito Autoral, plágio e integridade acadêmica: cartilha informativa para a comunidade universitária / Thalisson Freitas Leite, Célia Regina Simonetti Barbalho - Manaus: PROFNIT, 2026.

15 p.: il.; 20 cm.

ISBN [digital] : 978-65-02-03709-6

1. Direito autoral. 2. Plágio. 3. Integridade acadêmica. II. Barbalho, Célia Regina Simonetti. IV. Título.

CDU Ed. 2007 – 347.78(075.2)



Apresentação

A produção de conhecimento é uma das atividades centrais no ensino superior. Artigos científicos, trabalhos acadêmicos, livros, pesquisas, materiais didáticos, imagens e softwares são exemplos de criações intelectuais presentes no cotidiano de estudantes, docentes e pesquisadores. Nesse contexto, os direitos autorais assumem papel fundamental, pois protegem as criações humanas de natureza artística, científica e literária, garantindo o reconhecimento da autoria e estabelecendo regras para o uso dessas obras.

No ambiente acadêmico, o uso inadequado de obras intelectuais, muitas vezes associado ao plágio, pode comprometer a originalidade, a credibilidade da produção científica e a segurança jurídica das instituições e dos pesquisadores. Diante disso, fortalecer uma cultura de respeito à propriedade intelectual torna-se essencial para o desenvolvimento da ciência, da inovação e da integridade acadêmica nas universidades brasileiras.

Esta cartilha constitui o produto técnico-educacional da dissertação intitulada “Direito Autoral no contexto do ensino superior”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT), ponto focal da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

A pesquisa teve como objetivo principal discutir, à luz das novas demandas tecnológicas, as interações entre ética, direito autoral e práticas acadêmicas. De forma específica, buscou-se: analisar a literatura, legislações e jurisprudências relacionadas ao plágio e aos direitos autorais; identificar iniciativas dos sistemas de bibliotecas de universidades brasileiras voltadas à prevenção de violações autorais; investigar o nível de conhecimento da comunidade universitária da UFAM sobre o tema; e elaborar um material didático voltado à promoção de boas práticas em direitos autorais no ambiente acadêmico.

Os dados obtidos por meio de questionário aplicado a estudantes participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/UFAM) permitiram identificar lacunas formativas relacionadas ao conhecimento sobre plágio, legislação autoral e uso adequado de obras intelectuais. A partir dessas evidências, foi desenvolvido o material educativo apresentado nesta cartilha, concebido com caráter informativo, preventivo e acessível, voltado à promoção da integridade acadêmica e do uso responsável da informação.

O conteúdo foi elaborado com base na Lei nº 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais), nas diretrizes institucionais e nos princípios da ética acadêmica. A cartilha aborda temas essenciais como direitos autorais, plágio acadêmico, uso legal de obras protegidas, boas práticas de citação e referência, domínio público e licenciamento aberto.

Espera-se que este material contribua para fortalecer a cultura de respeito à autoria, orientar a comunidade universitária sobre o uso adequado da informação e apoiar o desenvolvimento de práticas científicas éticas e responsáveis no ensino superior.



SUMÁRIO

1. O QUE É PROPRIEDADE INTELECTUAL?	4
2. O QUE É DIREITO AUTORAL?	4
2.1 O que pode ser protegido por direito autoral?	4
2.2 O que não pode ser protegido pelo direito autoral?	5
2.3 Direitos garantidos pela Lei de Direitos Autorais	5
2.3.1 Direitos morais do autor	6
2.3.2 Direitos patrimoniais do autor	6
2.4 Qual o tempo de proteção das obras?	6
2.5 Quando o uso de uma obra não viola direitos autorais?	7
2.6 O que acontece quando há violação de direitos autorais?	7
3. DIREITO AUTORAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	7
4. PLÁGIO E TIPOS DE PLÁGIO	8
4.1 Ferramentas anti plágio	9
5. BOAS PRÁTICAS NO USO DE OBRAS E INFORMAÇÕES	9
5.1 Como utilizar fontes em trabalhos científicos?	10
5.2 Como indicar as fontes utilizadas?	10
6. DOMÍNIO PRIVADO X DOMÍNIO PÚBLICO	11
7. LICENÇAS CREATIVE COMMONS (cc)	11
8. REFERÊNCIA	14

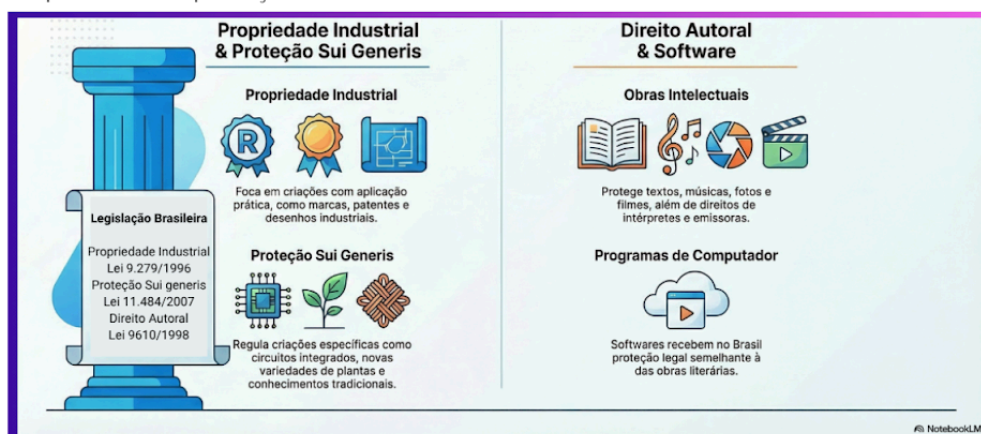
1. O QUE É PROPRIEDADE INTELECTUAL?

A propriedade intelectual refere-se ao conjunto de direitos que protege as criações resultantes do esforço intelectual humano. Isso inclui produções como livros, artigos científicos, músicas, obras de arte, invenções, marcas, desenhos industriais e outras formas de conhecimento.

Esses direitos existem para reconhecer e valorizar o trabalho de quem cria, garantindo que autores e inventores tenham controle sobre o uso de suas obras e possam receber reconhecimento por elas (OMPI, 2002).

No Brasil, a proteção dessas criações está organizada em três grandes áreas: direito autoral, propriedade industrial e proteção *sui generis* (Fiuza et al., 2018).

Cada uma dessas áreas reúne diferentes tipos de criações e possui regras específicas de proteção.



Fonte: Elaborado pelo autor com emprego do NotebookLM (2026) baseado na Lei nº 9.610 (1998).

Em conjunto, essas formas de proteção ajudam a valorizar a produção científica, tecnológica, cultural e artística, estimulando a inovação e o desenvolvimento do conhecimento na sociedade.

2. O QUE É DIREITO AUTRAL?

O direito autoral é um termo legal usado para descrever os direitos que os criadores têm sobre suas obras literárias e artísticas (WIPO, 2024).

No Brasil, os direitos autorais são regulados pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Seu principal objetivo é proteger juridicamente as criações intelectuais, garantindo que os autores tenham reconhecimento e controle sobre o uso de suas obras.

2.1 O que pode ser protegido por direito autoral?

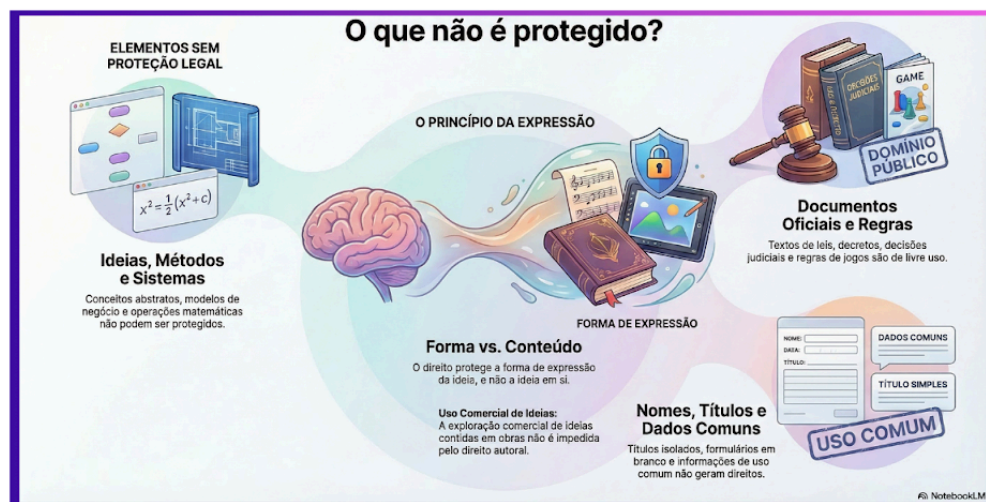
Podem ser protegidas por direito autoral:



2.2 O que não pode ser protegido pelo direito autoral?

A legislação também estabelece que alguns elementos não são protegidos por direito autoral.

Entre eles:



2.3 Direitos garantidos pela Lei de Direitos Autorais

A Lei nº 9.610/1998 estabelece que o autor possui dois tipos principais de direitos: direitos morais e direitos patrimoniais.

2.3.1 Direitos morais do autor

Os direitos morais garantem o **vínculo** do autor com sua obra.



2.3.2 Direitos patrimoniais do autor

Os direitos patrimoniais dizem respeito **ao uso econômico** da obra.

Somente o autor pode autorizar:



2.4 Qual o tempo de proteção das obras?

Os direitos patrimoniais duram 70 anos após a morte do autor.

Depois disso, a obra entra em domínio público.

2.5 Quando o uso de uma obra não viola direitos autorais?

A lei prevê exceções, como:



Fonte: Elaborado pelo autor com emprego do NotebookLM (2026) baseado na Lei nº 9.610 (1998).

2.6 O que acontece quando há violação de direitos autorais?

Quando ocorre violação, podem ocorrer:



Fonte: Elaborado pelo autor com emprego do NotebookLM (2026) baseado na Lei nº 9.610 (1998).

3. DIREITO AUTORAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A inteligência artificial é uma tecnologia capaz de processar grandes volumes de dados e gerar resultados automatizados (Boff; Abido, 2020).

Esses sistemas dependem de dados previamente fornecidos, muitas vezes provenientes de obras humanas protegidas por direitos autorais (Salmeron, 2023).

A produção de conteúdos por IA tem levantado debates sobre autoria e proteção jurídica (Hohendorff; Cantali; D'Ávila, 2020).

Pesquisadores destacam que o direito autoral continua baseado na criatividade humana (Souza et al., 2024).

Por isso, discute-se a necessidade de regras claras para o uso da IA na criação de obras (Lopes; Almada, 2025).



Fonte: Elaborado pelo autor com emprego do NotebookLM (2026) baseado em Boff e Abido (2020); Salmeron (2023); Hohendorff, Cantali e D'Ávila (2020); Souza et al., (2024); Lopes e Almada (2025).

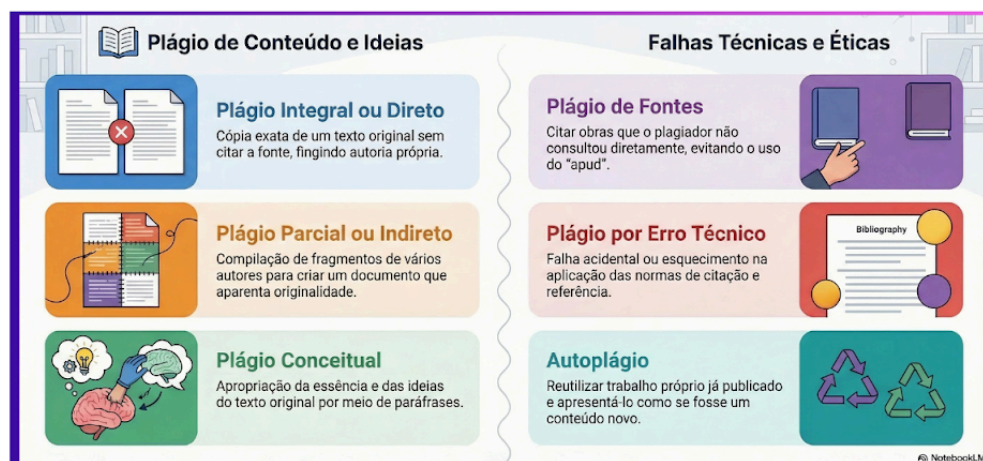
De modo geral, o debate sobre direito autoral e inteligência artificial ainda está em desenvolvimento, e novas regulamentações podem surgir nos próximos anos para equilibrar a proteção das obras intelectuais e o uso das tecnologias emergentes.

4. PLÁGIO E TIPOS DE PLÁGIO

O plágio ocorre quando alguém utiliza ideias, textos ou outros conteúdos produzidos por outra pessoa sem dar o devido crédito ao autor original. Essa prática é considerada uma violação ética e pode também representar uma infração aos direitos autorais, especialmente no que se refere ao reconhecimento da autoria e ao respeito pela obra original (Moraes, 2004).

A discussão sobre plágio está diretamente relacionada aos conceitos de autoria e propriedade intelectual, pois envolve o reconhecimento de quem realmente produziu determinado conhecimento ou criação (Vasconcelos, 2007).

De acordo com Lopes et al. (2024), existem diferentes tipos de plágio, que podem ocorrer de várias formas no contexto acadêmico e científico.



Fonte: Elaborado pelo autor com emprego do NotebookLM (2026) baseado em baseado em Lopes et. al. (2024)..

De modo geral, compreender os diferentes tipos de plágio é fundamental para garantir a integridade acadêmica, valorizar o trabalho intelectual e promover o uso ético da informação no ambiente universitário.

4.1 Ferramentas antiplágio

As ferramentas ajudam a identificar trechos semelhantes a conteúdos já publicados na internet ou em bases de dados. No entanto, elas não substituem o uso correto de citações e referências.

A seguir estão algumas ferramentas com versões gratuitas que podem ser utilizadas para verificação de similaridade:

AntiPlagiarist – <http://www.anticutandpaste.com/antiplagiarist/>

Article Checker – <https://www.articlechecker.com/>

Check for Plagiarism – <https://www.checkforplagiarism.net/>

Copyscape – <https://www.copyscape.com/>

CopySpider – <https://copyspider.com.br>

Dupli Checker – <https://www.duplichecker.com/>

PaperRater – <https://www.paperrater.com/>

Plagiarism Checker – <https://www.plagiarism-checker.me/pt/>

Plagiarisma – <http://plagiarisma.net/pt/>

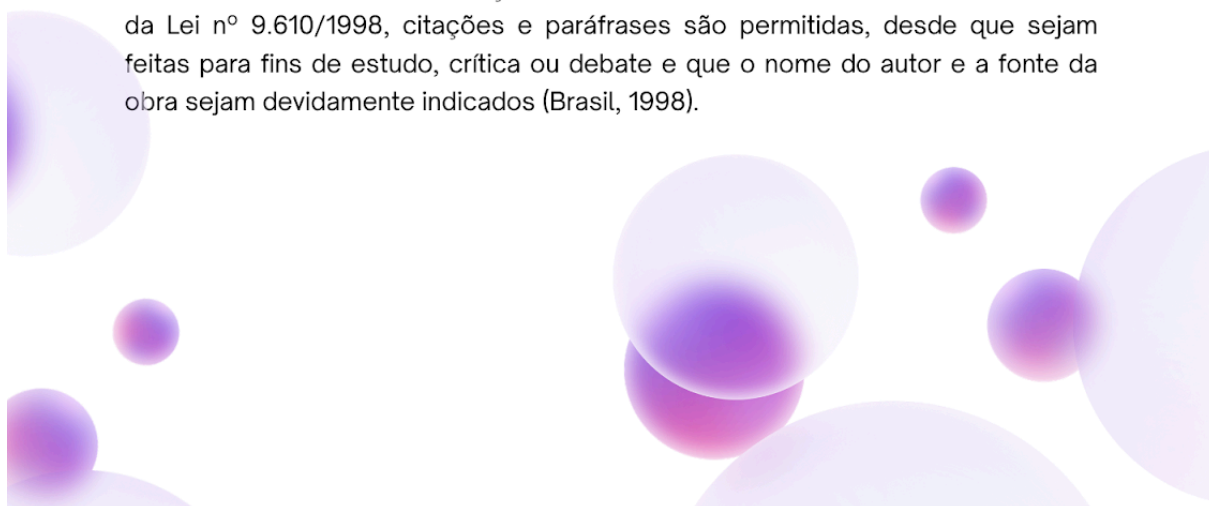
Plagium – <https://www.plagium.com>

Google Acadêmico – <http://scholar.google.com.br/>

TinEye (verificação de imagens) – <https://tineye.com/>

5. BOAS PRÁTICAS NO USO DE OBRAS E INFORMAÇÕES

A legislação brasileira permite o uso de trechos de obras de outros autores em determinadas situações. De acordo com o art. 46 (inciso III) e o art. 47 da Lei nº 9.610/1998, citações e paráfrases são permitidas, desde que sejam feitas para fins de estudo, crítica ou debate e que o nome do autor e a fonte da obra sejam devidamente indicados (Brasil, 1998).



5.1 Como utilizar fontes em trabalhos científicos?

No ambiente acadêmico, para utilizar corretamente ideias ou trechos de outros autores, é importante seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente a NBR 10520 INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO — CITAÇÕES EM DOCUMENTOS, que orienta como realizar citações em trabalhos científicos.

Citação direta curta (até três linhas)

A citação direta ocorre quando um trecho da obra é copiado exatamente como está no texto original, devendo aparecer no próprio parágrafo, entre aspas.

Além disso, é necessário informar o sobrenome do autor, ano da publicação e a página de onde o trecho foi retirado.

Exemplo:

“Texto citado do autor original.” (Sobrenome, ano, p. xx)

Citação direta longa (mais de três linhas)

Quando a citação possui mais de três linhas, ela deve aparecer em parágrafo separado, com recuo de 4 cm da margem esquerda, fonte menor que a utilizada no texto e sem aspas.

Também é necessário indicar autor, ano e página da obra citada.

Paráfrase

A paráfrase ocorre quando o autor explica ou reescreve com suas próprias palavras a ideia de outro autor, sem copiar exatamente o texto original.

Mesmo nesse caso, é obrigatório indicar o autor e o ano da obra consultada, pois a ideia utilizada continua pertencendo ao autor original.

Exemplo:

(Sobrenome, ano)

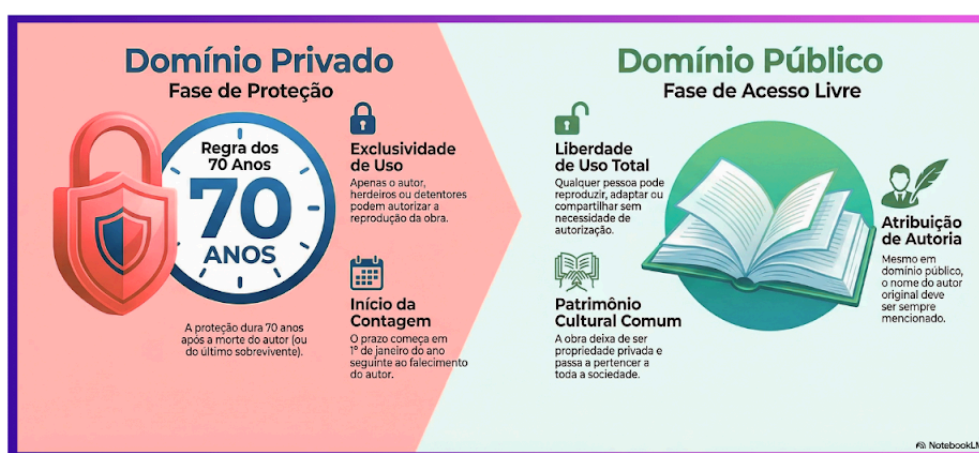
5.2 Como indicar as fontes utilizadas?

13

Sempre que forem feitas citações ou paráfrases, é necessário incluir a referência completa da obra na lista de referências do trabalho. Para isso, utiliza-se geralmente a ABNT NBR 6023 INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO - REFERÊNCIAS, que define como registrar as informações das fontes consultadas.

Utilize como exemplos, além da consulta à norma, as referências contidas neste material.

6. DOMÍNIO PRIVADO X DOMÍNIO PÚBLICO



Fonte: Elaborado pelo autor com emprego do NotebookLM (2026) baseado na Lei nº 9.610 (1998).

7. LICENÇAS CREATIVE COMMONS (CC)

As licenças Creative Commons permitem que autores autorizem previamente o uso de suas obras.



Fonte: Elaborado pelo autor com emprego do NotebookLM (2026) baseado em About Creative Commons (2026)

8. REFERÊNCIA

14

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 6023:2025**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2025. Disponível em: Target GedWeb. Acesso em: 14 mar. 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520:2023**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2023. Disponível em: Base de dados Target GedWeb. Acesso em: 14 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 1 mar. 2025.

CREATIVE COMMONS. **About CC licenses**. Share your work. Disponível em: <https://creativecommons.org/share-your-work/cclicenses/>. Acesso em: 14 mar. 2026.

D'ÁVILA, Fernanda Felitti da Silva; HOHENDORFF, Raquel Von; CANTALI, Fernanda Borghetti. Inteligência artificial e direitos autorais: desafios e possibilidades no cenário jurídico brasileiro e internacional. **PragMATIZES – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 249–273, 2020. DOI: 10.22409/pragmatizes.v10i19.41210. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/41210>. Acesso em: 4 mar. 2026.

FERREIRA LOPES, Fabiano; TRINDADE ALMADA, Bruno Augusto. Proteção de Direitos Autorais na Era da Inteligência Artificial: Desafios e Estratégias para o Brasil. **Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência**, Florianópolis, Brasil, v. 10, n. 2, 2025. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2526-0014/2024.v10i2.10837. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadipic/article/view/10837>. Acesso em: 10 mar. 2025.

FIUZA, Raigenis da Paz; ESCODRO, Pierre Barnabé; CARLSON, Luiz Henrique Castelan; SANTOS, Wagna Piler Carvalho dos. Patentes de invenção e modelo de utilidade. In: SANTOS, Wagna Piler Carvalho dos (org.). **Conceitos e Aplicações de Propriedade Intelectual**. Volume I. Salvador, BA: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, 2018. p. xx–xx. Disponível em: <https://profnit.org.br/wp-content/uploads/2025/03/PROFNIT-Serie-Conceitos-e-Aplicacoes-de-Propriedade-Intelectual-Volume-I.pdf>. Acesso em: 1 maio 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Ferramentas antiplágio**. Publicado em: 13 jan. 2022. Atualizado em: 22 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inpe/ptbr/areaconhecimento/biblioteca/servicos/ferramentas-antiplagio>. Acesso em: 14 mar. 2026.

LOPES, Thiago Beirigo; COSTA, Dailson Evangelista; BRACHO, Luis Andrés Castillo; CARNEIRO, Raylson dos Santos. Desafios no combate ao plágio na comunidade científica: perspectivas de experiências editoriais. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 24, n. 82, 2024. DOI: 10.7213/1981-416X.24.082.DS04. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/31424>. Acesso em: 1 maio. 2025.

MORAES, Rodrigo. O plágio na pesquisa acadêmica: a proliferação da desonestidade intelectual. **Revista Diálogos Possíveis**. Salvador, Faculdade Social da Bahia. Ano 3, n. 1, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://revista.grupofaveni.com.br/index.php/dialogospossiveis/article/view/244>. Acesso em: 14 maio, 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI). **Compreender a propriedade intelectual**. Genebra: OMPI, 2002. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_250.pdf. Acesso em: 1 maio 2025.

SALETE ORO BOFFE; ABIDO, LEONARDO. O direito de autor no Brasil de obras produzidas pela inteligência artificial. **Revista da Faculdade Mineira de Direito - PUC MINAS**, [S.l.], v. 23, n. 45, p. 301-317, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2318-7999.2020v23n45p301-317>. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/Direito/article/view/22269>. Acesso em: 1 maio 2025.

SALMERON, Bruno Ricardo. **Inteligência Artificial e Direito Autoral: a proteção das obras criadas por algoritmos**. São Paulo: Almedina, 2023.

SOUZA, A. V. de; SOUZA, Érika A. de M. e; CRUZ, T. C. da S.; ANDRADE, R. L. P. de. Direito autoral e inteligência artificial (ia): o paradigma da intelectualidade humana e a personalidade jurídica eletrônica em debate. **Revista foco**, [S. l.], v. 17, n. 9, p. e6223, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n9-131. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/6223>. Acesso em: 15 abr. 2025.

VASCONCELOS, Sonia M. R.. O plágio na comunidade científica: questões culturais e linguísticas. **Cienc. Cult.**, São Paulo , v. 59, n. 3, p. 4-5, Set. 2007 . Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000300002&lng=en&nrm=iso. acesso em: 02 Mai, 2024.

